

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Simone Silva Alves



SABERES DAS MULHERES VETERANAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
SORORIDADE A OUTRA EDUCAÇÃO!

Porto Alegre
Agosto, 2014

Simone Silva Alves

SABERES DAS MULHERES VETERANAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
SORORIDADE A OUTRA EDUCAÇÃO!

Tese ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro

Linha de Pesquisa: Trabalho, educação e movimentos sociais.

Porto Alegre

Agosto, 2014

CIP - Catalogação na Publicação

Silva Alves, Simone
Saberes das Mulheres Veteranas na Economia
Solidária: Sororidade a Outra Educação! / Simone
Silva Alves. -- 2014.
173 f.

Orientador: Jorge Alberto da Rosa Ribeiro.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Saberes. 2. Mulheres Veteranas. 3. Economia
Solidária. 4. Sororidade. 5. Cooperação. I. Alberto
da Rosa Ribeiro, Jorge, orient. II. Título.

Simone Silva Alves

SABERES DAS MULHERES VETERANAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
SORORIDADE A OUTRA EDUCAÇÃO!

Tese ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador:
Prof. Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro

Linha de Pesquisa: Trabalho, educação e movimentos sociais.

Aprovada em 26 de agosto de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Presidente da Banca e Orientador da Doutoranda

Prof^a. Dr^a. Ana Cristina da Silva Rodrigues – Universidade Federal do Pampa-
UNIPAMPA

Prof. Dr. Jaime José Zitzoski – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes – Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

AGRADECIMENTOS

Ao chegar ao final de mais uma etapa, explanada em um grande desafio, alguns agradecimentos pessoais são necessários, até porque, sem o auxílio destas pessoas não teríamos alcançado este propósito.

Ao meu querido professor Dr. Augusto Nivaldo Silva Triviños, pelo apoio, disponibilidade e amizade. Agradeço também pelo seu exemplo de luta, humanidade e sabedoria, que sem dúvida, sempre será referência para minha vida.

Aos professores da faculdade de Educação, em especial ao professor Dr. Paulo Peixoto de Albuquerque que com sua sabedoria me acolheu de maneira afetiva e fraterna e que tem me orientado de forma inteligente para alcançar o objetivo deste estudo.

Ao Presidente da Banca e Orientador Prof. Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro e aos professores convidados da banca examinadora Prof.^a Dr.^a Ana Cristina da Silva Rodrigues, Prof. Dr. Jaime José Zitkoski e Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes, por aceitarem o convite em participar da arguição desta pesquisa.

Às minhas amigas professoras Lourdes Spazzini, Niva Chamis, Juliana Silva dos Santos e Dirceia Fajardo, com quem compartilhei dúvidas e reflexões.

Aos meus estimados amigos Professores Liderlanio Araújo e Leandro Zanetti Lara pelos momentos de companheirismos.

A todos meus colegas, em especial aos da linha de pesquisa, Trabalho Movimentos Sociais e Educação do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU-UFRGS), pela acolhida e oportunidade de estreitarmos laços de amizade.

Ao programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, pela oportunidade de aprimorar minha formação.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro, que é muito importante para dar conta dos movimentos necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

A minha família, especialmente, minha mãe Gloria Alves da Silva, que foi sempre solidária nos momentos distantes e nas horas difíceis.

Por fim, a todos que colaboraram direta ou indiretamente para a realização dessa pesquisa, MUITO OBRIGADA!!!

“[...] para conhecer o pensamento e a experiência vivida pelas mulheres, fui “ver *in loco*”, e descobri de passagem quão raros eram aqueles e aquelas que assumiam esta elementar postura de observador e ouvinte. E descobri que o que pensam e fazem as mulheres é diferente, e até mesmo o oposto, daquilo que se diz que elas dizem e fazem”.

Alain Touraine

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender como os saberes das mulheres veteranas na rede de economia solidária, se constroem e podem ou não trazer elementos para se pensar outra proposta de ensinar, aprender, criar e produzir, outra(s) sociabilidade(s) e outro(s) modo(s) de viver e ser no coletivo social. Entendemos que o processo educativo não acontece deslocado da construção da cidade, da cultura, das identidades, do trabalho, dos tempos e espaço de socialização. A natureza da pesquisa foi qualiquantitativa. A pesquisa de representação social deve ser qualitativa, porque as opiniões coletivas apresentam, ao mesmo tempo, uma dimensão qualitativa e uma quantitativa. Dados qualitativos e quantitativos não estão em oposição, pelo contrário, entre eles há uma oposição complementar, agregar o que a pesquisa qualitativa tem de positivo às virtudes da pesquisa quantitativa é oferecer riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa. Para a coleta de dados empíricos realizamos observação participante e entrevista semiestruturada. O trabalho de campo foi realizado na segunda edição do Fórum Social e Feira Mundial de Economia Solidária ocorrida nos dias 11 a 14 de julho de 2013, na cidade de Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul – Brasil. Participaram da pesquisa seis mulheres veteranas de cada região do Brasil. As regiões pesquisadas foram Sul, Norte, Nordeste, Sudeste e Centro Oeste. Para a escolha dos critérios dos sujeitos da pesquisa demos como centralidade às mulheres que tinham mais experiência de trabalho artesanal. As informações foram analisadas e interpretadas à luz da perspectiva histórica crítica tendo como base de interpretação metodológica o Discurso do Sujeito Coletivo, por meio de contribuições teóricas marxianas. Para compreendermos essa realidade nos fundamentamos em autores como MARX, MAUSS, ARENDT, BRUSCHINI, CATTANI, MESZÁROS, FREIRE, BEAUVOIR, SIMMEL, CAILLÉ, LAVILLE, TRIVIÑOS, ABRAMO, ALAMBERT, ANTUNES, FRIGOTTO, GOHN, LEFEVRE & LEFEVRE, LOURO, KERGOAT, HIRATA, FREITAG, entre outros. Identificamos que, o trabalho das mulheres nas redes de economia solidária tem uma expressão não só produtiva, mas essencialmente educativa, pois tem em sua base um compromisso político e ético, que incide no reconhecimento do outro como produtor de diferentes saberes. A categoria fundamental de nossa pesquisa é a sororidade que é o pacto entre as mulheres que se reconhecem como próximas fisicamente e afetivamente. Desse modo, a sororidade é um dos conceitos básicos de uma proposta educativa que junto com a cooperação almeja a superação e resistência à institucionalização da exclusão e da pobreza proposta pela lógica do capital.

Palavras-Chave: Saberes. Mulheres veteranas. Economia solidária. Sororidade. Cooperação.

ABSTRACT

This study aims to comprehend how the knowledge of senior women in the solidarity economy net builds and may bring elements to think another approach to teach, learn, create and produce other sociability (ies) and other way(s) to live and to be in the social collective. It is understood that educative process does not happen displaced from the city construction, the culture, the identities, the work and the time and place of socialization. This research was quali-quantitative type. The social representation research must be quali-quantitative because the collective opinions present, at the same time, a qualitative and quantitative dimension. Qualitative and quantitative data are not in opposition, on the contrary, between them there is a complementary opposition, it aggregates what the qualitative research has as positive to the quantitative data, offering a richness of information, deepness and a better trustworthiness on the interpretation. To collect the empirical data it was done participant observation, a semi structured interview and the field work was done in the second edition of Social Forum and World Fair of Solidarity Economy held in Santa Maria- RS - Brazil from 11 to 14 of July in 2013. It was participant six senior women from each region of Brazil, the regions researched were South, North, Northeast, Southeast and Center West. As a criterion of choice to gather the subjects researched, it was elected the women with more experience in handcraft work. The information were analyzed and interpreted in the light of the historical and critical perspective based on the methodological interpretation of the discourse of the collective subject, regarding theoretical Marxian contributions. To understand this reality we based on authors such as: MARX, MAUSS, ARENDT, BRUSCHINI, CATTANI, MESZÁROS, FREIRE, BEAUVOIR, SIMMEL, CAILLÉ, LAVILLE, TRIVIÑOS, ABRAMO, ALAMBERT, ANTUNES, FRIGOTTO, GOHN, LEFEVRE & LEFEVRE, LOURO, KERGOAT, HIRATA, FREITAG, among others. It was identified that the work of women in the solidarity economy net has an expression that is not just productive, but essentially educative, because it permeates in its roots an ethical compromise, which concerns in the other's recognition as a producer of different knowledge. The main analyses category in this study is sorority that is a pact among women that recognize themselves as physically and affectively close. This way, sorority is a basic concept of an educative proposal that joined with cooperation and self-management aims to overcome and be resistant to the institutionalization of exclusion and poverty proposed by the capital logic.

Keywords: knowledge; senior women; solidarity economy; sorority; cooperation

LISTA DE TABELAS

Gráfico1-Indicador da média das mulheres artesãs pesquisadas que participam da pesquisa.....	100
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro1- Dados Indicadores das mulheres artesãs que participam da pesquisa.....	98
Quadro 2- Dados indicadores da média das mulheres artesãs que participam da pesquisa.....	100
Quadro 3- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Como você chegou até a rede de Economia Solidária?.....	105
Quadro 4- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Como você aprendeu a fazer artesanato?	105
Quadro 5- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Participar do grupo modificou ou alterou o teu modo de trabalhar?.....	106
Quadro 6- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Participar do grupo e da rede que significado tem para você?.....	106
Quadro 7- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Nas reuniões da rede de Economia Solidária o que você mais gosta?.....	107
Quadro 8- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Nas reuniões da rede de Economia Solidária o que poderia ser melhor?.....	107
Quadro 9- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: O que você aprendeu na rede e no grupo além do que você já sabia?.....	108
Quadro -10 Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Há o reconhecimento por parte dos outros dos saberes que o grupo possui?.....	108
Quadro 11- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Na rede é possível um projeto de emancipação?.....	109
Quadro 12- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: A rede de Economia Solidária possibilita uma pratica de resistência de gênero?.....	109

Quadro 13- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: A rede viabiliza um projeto de ação coletiva?.....	110
Quadro 14- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Com a Globalização da economia a Economia Solidária existe ou não existe?.....	110
Quadro 15– Pressupostos Mobilizadores da Economia Solidária por região.....	112
Quadro 16 – Critérios do fazer por região na Economia Solidária.....	117
Quadro 17 – Modos e formas de aprendizado por região na Economia Solidária.....	118
Quadro 18 – Percepção da metodologia e do processo de organização da Economia Solidária por região.....	121
Quadro 19 – Percepção do aprendizado por região na Economia Solidária.....	124
Quadro 20 – O reconhecimento do trabalho artesanal por região na Economia Solidária.....	127
Quadro 21 – Reconhecimento da resistência de gênero na rede de Economia Solidária por região.....	134
Quadro 22 – Significado da participação grupal por região na Economia Solidária.....	135
Quadro 23 – Viabilidade da ação coletiva na rede de Economia Solidária por região.....	137
Quadro 24– Percepção do limite da metodologia da proposta da Economia Solidária por região.....	139

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia de abertura do 2º Fórum Social e 2ª Feira Mundial de Economia Solidária	115
Figura 2 – Fotografia da 2ª Feira Mundial de Economia Solidária.....	116
Figura 3 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária.....	118
Figura 4 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária.....	121
Figura 5 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária.....	123
Figura 6 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária.....	129
Figura 7 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária.....	130
Figura 8 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária.....	130
Figura 9 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária.....	132
Figura 10 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária.....	133
Figura 11 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária.....	133
Figura 12 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária.....	136
Figura 13 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária.....	137
Figura 14 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária.....	139
Figura 15 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária.....	143
Figura 16 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária.....	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DSC – Discurso do Sujeito Coletivo
ECHs – Expressões Chave
ES – Economia Solidária
EPS – Economia Popular Solidária
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
FACED – Faculdade de Educação
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICs – Idéias Centrais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONGs – Organizações Não-Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PEC – Programa de Educação Continuada
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGEDU – Programa de Pós-Graduação em Educação
RS – Região Sul
RN – Região Norte
RNordeste – Região Nordeste
RSD – Região Sudeste
RCO – Região Centro Oeste
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIS – Síntese de Indicadores Sociais
SE – Secretaria de Educação
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	22
2.1 OBJETO.....	28
2.2 PROBLEMA	29
2.3 OBJETIVOS	30
2.4 TESE.....	32
3 O PARADIGMA DOMINANTE: A DIMENSÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA E A INVISIBILIDADE DA MULHER	33
3.1 AS CORES DO PARADIGMA: PATRIARCALISMO MULHER JOVEM, BRANCA E BONITA.....	47
3.2 TRABALHO E LIBERDADE	56
4 UM PARADIGMA EMERGENTE: A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A VISIBILIDADE DO FEMININO	65
4.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	68
4.2 A SORORIDADE.....	69
4.3 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	77
4.4 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA.....	82
4.5 SABERES DO TRABALHO.....	88
5 ANÁLISE: O SABER DAS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA	91
5.1 NATUREZA DO ESTUDO.....	91
5.2 RECURSO INVESTIGATIVO.....	93
5.3 COLETA DE INFORMAÇÕES	97
6. COMPREENDENDO OS RESULTADOS: AS MULHERES VETERANAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	103
6.1 A COMPREENSÃO A PARTIR DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO.....	104
6.2 A SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA : OS SABERES ENTRE AS MULHERES.....	112

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS.....	154
APÊNDICES	171
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	172
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	173

INTRODUÇÃO

É com grande alegria e luta que uma mulher negra, filha de septuagenários de cidade simples da região metropolitana de Porto Alegre/RS, conseguiu chegar até aqui, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para apresentar-lhes neste momento, a tese doutoral, que recebe o título de **Saberes das Mulheres Veteranas na Economia Solidária: Sororidade a Outra Educação!**

Ao explicar a escolha do tema de pesquisa, que aproxima dois campos distintos de conhecimentos, que se complementam e, em muitas situações, dependem um do outro para a realização das necessidades fundamentais do ser humano, trago minhas experiências de trabalhadora do campo da educação invadindo a área do social ao cursar o doutorado.

A relevância da pesquisa em educação é indiscutível, uma vez que a educação tem avançado muito na conquista da democratização do ensino. Entretanto, o desenvolvimento das pesquisas científicas na área da educação é, ainda, um processo embrionário e em construção, muito se tem a caminhar (DEMO, 2007; GATTI, 2007; TRIVIÑOS, 2007).

As pesquisas, em suas variadas perspectivas, podem ser importantes para conhecer aspectos de nosso mundo de acentuadas diferenças econômicas, sociais e educacionais, mas, para auxiliar a resolução de nossos problemas essenciais devemos indicar ao desenvolvimento de uma consciência social dirigida a realizar um esforço para mudar o que estamos vivendo (TRIVIÑOS, 2007).

A aspiração de ampliar os conhecimentos na área da pesquisa qualitativa levou a procura pelo curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS, que tem como objetivo formar profissionais qualificados para o exercício do ensino, pesquisa e extensão, para o desenvolvimento do conhecimento no campo da Educação.

Esta tese de doutorado está inserida na Linha de Pesquisa, Trabalho, Movimentos Sociais e Educação que enfatiza a formação para qualificar a práxis do professor da rede pública e privada de educação, educação básica, profissional e superior; subsidiar políticas de educação, de formação e qualificação profissional, nas áreas públicas e privadas, que incorporem as relações de trabalho, etnia,

gênero, idade e fundamentar experiências de trabalho, educação e lazer, nas organizações sociais e nos movimentos sociais.

Ressalto que, a gênese desse estudo está visceralmente relacionada com minha¹ experiência no meio acadêmico e, na prática pedagógica, como educadora de programas sociais organizados para mulheres e pessoas adultas e idosas. Ora, as inquietações que fomentaram a organização deste propósito e o interesse pelo processo educacional são originárias do meu primeiro trabalho como secretária de escola e das inquietudes que estão presentes em meu cotidiano até os dias atuais.

Sou natural de Porto Alegre/RS, porém resido na cidade de Alvorada desde criança. Concluí o curso técnico em contabilidade na Escola Estadual de 2º Grau José Feijó, em Porto Alegre, e logo fui trabalhar para ajudar a família. A presença da família e da escola me fez a pessoa que julgo ser até o presente momento: alegre, perseverante e dedicada.

Em 1991, realizei concurso público para o Município de Alvorada/RS para secretária de escola. Com apenas dois meses de trabalho, fui convocada para assumir, como professora, uma turma de segunda série durante um mês. Fiquei muito entusiasmada, mas logo veio ao meu pensamento: “eu não tenho formação para atuar como professora”. Assustei-me, mas inexperiente e corajosamente segui. A partir dessa experiência muitas inquietações surgiram e, principalmente, as relacionadas ao processo educacional em nossa realidade social e na busca de caminhos que nos levem a uma sociedade mais justa, democrática e solidária, com melhores níveis de qualidade de vida para toda a humanidade.

Iniciei a minha caminhada na Universidade Luterana do Brasil, no ano de 2000, no curso de Pedagogia. Desde início, sempre tive maior interesse pelas questões que tratavam dos aspectos investigativos da realidade e vontade de conhecer mais as correntes teóricas que melhor explicavam o conhecimento. A pesquisa sempre me indagou, tanto é que comecei a participar de um grupo de pesquisa sobre a educação de jovens e adultos que a universidade realizava na época. Permaneci neste grupo até dezembro de 2002. A participação nesse projeto de pesquisa me fez repensar muitas coisas, principalmente, o papel do educador no mundo e na vida das pessoas.

¹ Esta parte está escrita em primeira pessoa do singular, por tratar de aspectos subjetivos do processo de constituição dos saberes da pesquisadora.

O curso de pedagogia e outros que realizei, ao longo da faculdade, fizeram-me perceber a necessidade de buscar maior conhecimento científico. No segundo semestre de 2003, conclui o curso, no entanto as dúvidas e as inquietações aumentaram em relação ao processo educativo em nossa sociedade. Foi nesse momento que decidi continuar meus estudos, mas a indagação era onde?

Através da informação de um colega, tomei conhecimento de que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS estava possibilitando o ingresso de alunos no Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Educação. Analisando a oferta curricular, chamou-me atenção a disciplina sobre educação e envelhecimento que estava sendo oferecida a alunos PEC – Programa de Educação Continuada. No primeiro semestre de 2004, comecei a cursar a disciplina “Educação e Envelhecimento: Fundamentos Teóricos para uma Pedagogia da Terceira Idade”. Foi o início das respostas às minhas inquietações e o primeiro passo da minha jornada com o estudo do envelhecimento.

No mês de maio de 2004, comecei a realizar um trabalho voluntário, na Casa Lar do Idoso Cego, em Porto Alegre. Na instituição participei do projeto educacional de pintura tátil e organizei uma oficina de música. O trabalho era desenvolvido, duas vezes por semana, durante todo o ano de 2004. Foi então que tive a certeza que esse era o meu caminho.

Apaixonei-me pela possibilidade de realizar um trabalho educativo com idosos e continuar pesquisando sobre as questões relacionadas a educação de adultos e idosos e, percebendo a necessidade de buscar um maior conhecimento científico, comecei o curso de extensão, “Conversando com FAGED/2004 - Educação e Envelhecimento Perspectivas Pedagógicas”. Esse curso levou-me a refletir sobre a prática enquanto educadores, sobre a necessidade de analisar as condições de produção do trabalho, ou seja, a levar em conta as dimensões sociais, políticas e econômicas que interferem na prática pedagógica.

No primeiro semestre de 2006, comecei a participar do seminário: Bases Teóricas Metodológicas Dialéticas para o desenvolvimento de uma Tese ou Dissertação na FAGED/UFRGS. Meu primeiro encontro, com a Dialética Materialista, foi um pouco complexo, pois essa teoria é difícil de entender. No segundo semestre de 2006, continuei a freqüentar o seminário Introdução à Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais. Teorias e Métodos na FAGED. Foi esse seminário que contribuiu para que minha concepção de mundo, de vida e de educação, fosse sendo

sistematizada, pois à medida que ocorriam os avanços nos estudos, debates e pesquisas e, quanto mais investigava a realidade, mais necessidade de mudança desta realidade, estabelecia-se em meu viver.

Em março de 2006, comecei a desenvolver um trabalho educativo com jovens, adultos e idosos na ONG Moty Dib em 2006, no município de Alvorada/RS. Essa experiência foi mais um ponto relevante em minha vida acadêmica, profissional e pessoal, pois foi nesse momento que defini meu interesse pela temática que desejava trabalhar, pensando na necessidade do espírito de globalização que domina o mundo, mas não concordando com a teoria neoliberal, individualista, do lucro e do mercado que domina nossa sociedade atualmente.

No mês de abril de 2008, trabalhei com grupos de mulheres idosas em oficinas pedagógicas com artesanato, na ONG Fonte da Vida no município de Alvorada/RS. Esse grupo de trabalho foi muito significativo em minha vida, pois fez ressurgir em mim um espírito de reflexão e ação na coletividade, e, principalmente buscar uma teoria que me desse suporte para compreensão daquele momento que vivenciava. Acredito que não há professor sem ser pesquisador, como não existe teoria sem prática. Uma depende da outra e estão em constante movimento, possibilitando o processo de desenvolvimento das práticas educacionais.

Ingressei no curso de mestrado em 2009, no Programa de Pós-Graduação em Educação e consegui uma bolsa de estudo da CAPES. Realizei no mestrado uma pesquisa sobre A Vida dos Idosos nas Instituições de Longa Permanência Segundo o Poder Público Municipal de Alvorada – RS: Um Estudo de Caso. Com muito esforço e dedicação consegui aprovar no concurso e comecei o curso de Doutorado do PPGEDU/UFRGS em março de 2011.

Acreditando numa educação que ressalte o direito de pensar, é que continuo pesquisando, lutando e pensando que vou concretizar meus objetivos pretendidos, pois o ser humano tem várias possibilidades.

Dessa forma, estive em contato com questões relacionadas à temática da educação, da gerontologia, da economia solidária e das mulheres, quer seja cursando a especialização em Gerontologia Social², trabalhando com grupo de

² Pós-Graduação Lato Sensu: Especialização em Gerontologia Social na UFRGS - Instituto de Psicologia-2007.

mulheres e idosos³, participando do grupo de pesquisa sobre a formação de professores para o MERCOSUL/Cone Sul, em eventos como congressos, seminários, encontros nacionais e internacionais, bem como na participação como pesquisadora colaboradora na organização da Tese do colega doutor Sergio Tomasini – Qualificação de Espaços Abertos em Instituições de Longa Permanência para Idosos⁴, além da produção de artigos e proferindo palestras.

Destaco que nessa caminhada o que mais marcou foi o encontro com distintas concepções teóricas, que possibilitam uma interpretação analítica mais aprofundada da realidade social, especialmente a marxista, a sociabilidade, a dívida e a economia solidária que apresento nessa tese.

Hoje vivemos⁵ numa sociedade em que, ao separar os indivíduos no processo de trabalho, desconsidera a possibilidade de outra sociabilidade no existir e na luta pela sobrevivência. No mundo do trabalho, a lógica do capital se apresenta brutal e tem materialização nas desigualdades sociais, na exclusão das pessoas e, em especial, das mulheres.

Atualmente, as acentuadas desigualdades sociais se expressam pela exclusão de milhares de pessoas das condições favoráveis de existência. Conforme o relatório da ONU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), dos quinze países do mundo com maior concentração de renda, dez são da América Latina. No mundo são 1,7 bilhões de pessoas vivendo na pobreza absoluta (têm renda inferior a US\$ 1,25 por dia), pelos critérios do Banco Mundial. Segundo a Organização das Nações Unidas, o baixo nível educacional é um dos fatores que mais dificulta a melhoria social na região (PROGRAMA, 2010, [s.p.]).

O Brasil tem o terceiro pior nível de desigualdade de renda do mundo, empatando com o Equador. A constatação é do primeiro relatório referente ao desenvolvimento humano para América Latina e Caribe sobre distribuição de renda, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PROGRAMA, 2010, [s.p.]).

³ Trabalhos desenvolvidos como Coordenadora Pedagógica na ONG Fonte da Vida em 2008 e na ONG Moty Dib em 2006, no município de Alvorada/RS.

⁴ TOMASINI, Sergio L. V. Tese de doutorado defendida em 2008, no programa de Engenharia da UFRGS. A pesquisa se desenvolveu no programa de Engenharia da UFRGS e na Casa Lar Otilia Chaves, em Porto Alegre/RS.

⁵ Usamos a 1ª pessoa do plural para a construção deste texto em consonância com os princípios metodológicos implícitos, com os compromissos ético-políticos de uma elaboração coletiva e porque teoricamente é insustentável ocultar os sujeitos.

Merecem referência as considerações feitas por Mészáros (2004), em sua obra, *O Poder da Ideologia*, onde mostra que o sistema capitalista de produção causa o aprofundamento das desigualdades entre as classes e a miséria aos povos. Assim como os países sem desenvolvimento estão integrados na economia global por meio da migração, do comércio e do investimento, também estão cada vez mais expostos a flutuações nas economias do mundo desenvolvido. Como, resultado, ainda temos 1,4 bilhão de pessoas vivendo com pouco mais de um dólar por dia⁶.

As informações, acima apresentadas, são muito mais do que indícios, sinalizam crises; uma superposição de crises (socioeconômica, de valores, de ética e de política) que se aprofundam com a paralisação do crescimento socioeconômico nos países desenvolvidos (a crise europeia é um exemplo para ratificar) e, ao gerar intranquilidades rompe com a organicidade das estruturas estabelecidas e propostas pelo capital.

Essas crises são consequência da inoperância de um conjunto de processos que antes garantiam os equilíbrios de certa ordem aparente na sociedade que temos hoje, cuja mais forte expressão se constitui num cenário de incerteza social.

Dessa maneira, outra forma de produzir e de relação social apresenta-se como condição necessária. Entendemos que, na ação coletiva, estão os elementos necessários e suficientes para se pensar esta outra sociabilidade.

Uma sociabilidade que não se sustenta na lógica do benefício (seja ele material ou não material), pois o suporte estético e simbólico se fundamenta na espontaneidade e nos saberes de um sujeito coletivo (mulheres), que tem no espaço da economia solidária a possibilidade de, através da sororidade, produzir outras sociabilidades.

Destacamos que na proposta de outra educação se apresentam distintas categorias analíticas tais como: Sororidade, Educação Não Formal, Economia Popular Solidária e Saberes do Trabalho. Acreditamos que tais categorias devem ser retomadas nos seus elementos fundamentais, pois a análise social vem cada vez mais carregada de idiosincrasias ideológico-teóricas daqueles que a analisam. Estes, na maioria das vezes, têm se mostrado inoperantes para entender e compreender de que modo determinadas relações sociais e em que segmentos

⁶Disponível em <http://hdr.undp.org/en/media/PR2-HDR10-3Indices-PT-rev2.pdf>

sociais acontecem, principalmente, no que se refere às mulheres na economia solidária.

Assim, o presente estudo está organizado em seis capítulos. Após esta introdução, no segundo capítulo, apresentaremos a Delimitação do Estudo, o Objeto, o Problema, os Objetivos e a Tese.

No terceiro capítulo, destacamos o Referencial Teórico: O Paradigma Dominante: a Dimensão da Sociedade Capitalista e a Invisibilidade da Mulher; As Cores do Paradigma: Patriarcalismo, Mulher Jovem, Branca e Bonita; Trabalho e Liberdade.

No quarto capítulo: Um Paradigma Emergente: a Economia Solidária e a Visibilidade do Feminino. Também destacamos as Categorias de Análise, tais como: A Sororidade, Educação Não-Formal, Economia Popular Solidária e Saberes do Trabalho.

No quinto capítulo, Análise: O Saber das Mulheres na Economia Solidária. Nessa parte tratamos de explicitar o recurso metodológico seguido: Natureza do Estudo; Recurso Investigativo; Coleta de informações.

No sexto capítulo, Compreendendo os Resultados: As Mulheres Veteranas na Economia Solidária, nessa parte operacionalizamos nossos conceitos nos dados empíricos; A compreensão a Partir do Discurso do Sujeito Coletivo; A Síntese da Experiência: Os Saberes Entre As Mulheres.

Por fim, tecemos as Considerações Finais, as Referências, e os Apêndices.

Assim sendo, ao apresentar a tese de doutorado em educação procurei mostrar como se constitui os SABERES DAS MULHERES VETERANAS NA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.

2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Procuramos construir conhecimentos referentes aos saberes produzidos pelas mulheres veteranas na rede de economia solidária que servissem de base para melhorar a existência humana na sociedade e, principalmente, pensar a educação e o mundo do trabalho que respeite o fazer e o saber que brotam desses espaços, onde o fundamental é o reconhecimento individual e coletivo das pessoas. E, também, daquelas instituições que buscam na solidariedade a ferramenta para superar as perversidades de um sistema de produção econômico que se caracteriza essencialmente pela exclusão social.

Perante a crise histórica vivenciada pelo capitalismo, tivemos como compromisso apontar uma proposta de educação solidária. E, é na prática produtiva do trabalho artesanal das mulheres veteranas da economia solidária que tive a possibilidade de objetivar esse conhecimento.

Nesse sentido, torna-se necessário percorrer o caminho teórico e prático para entender a realidade objetiva. Partindo do pressuposto marxiano que o homem por meio do seu próprio trabalho produz a si mesmo, isso quer dizer que o homem é o resultado de sua própria atividade produtiva, através do trabalho o homem engendra a si mesmo, mais ainda, mediante o trabalho o homem tem seu nascimento histórico; ou seja, o homem se torna um ser histórico, uma vez que esse nascimento é obra de suas próprias mãos.

Mas, na medida em que, para o homem socialista, toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem, então ele tem, portanto, a prova intuitiva, irresistível, do seu nascimento por meio de si mesmo, do seu processo de geração (MARX, 2006).

Assim, a história não é fruto do acaso nem de uma providência qualquer. O homem ao produzir a si mesmo produz, por consequência, a própria história, a cultura. Não resta dúvida de que esta concepção marxiana de que o homem se autoproduz através do próprio trabalho ocupa um lugar central na filosofia Karl Marx. Para Leandro Konder (2009, p. 40), “[...] esta concepção do homem como autocriação, como ser que se produz a si mesmo pelo trabalho humano, é um dos fundamentos essenciais da filosofia marxista”.

Compreendemos que não é a consciência, a teoria e a linguagem que originam a realidade, mas elas são produzidas dentro e a partir de uma realidade histórica, sendo e tornando-se, entretanto, elas mesmas parte dessa realidade. Assim, nesse sentido, Marx e Engels (2002), explicam que nenhuma ideia, preconceito, ideologia ou teoria deve deixar de ser analisada, já que todas elas se organizam em elementos constitutivos da realidade e parte de determinadas práxis – alienadas ou críticas.

Marx (2007) parte da realidade material e enfatiza que os verdadeiros problemas da humanidade não são as ideias errôneas, mas as contradições sociais reais e que as ideias são consequências da realidade. Acreditamos nessa concepção teórica, de que esta no trabalho a essência da sociedade, e, conseqüentemente, o trabalho é um dos elementos que está na essência de todos os fenômenos materiais sociais. Pois é a maneira pela qual a sociedade produz e reproduz seus bens e serviços, como os utiliza e os distribui. Isto é, a forma histórica de como se organizou a produção da sociedade.

Nesse processo, o *homo* para melhorar sua vida material desenvolve instrumentos de trabalho que forma funcionando como extensão e aumento da capacidade produtiva. Dessa forma, o trabalho manual e reflexão não se separam, formando a práxis, ação em que o agente e o produto de sua ação são idênticos, pois o agente se exterioriza na ação produtora e no produto, ao mesmo tempo em que interioriza sua capacidade criadora (MARX, 1982).

Nossa proposta em apresentar e resgatar o trabalho não está relacionada ao poder subordinador do capital. Quando pensamos que o trabalho pode ser constitutivo do *homo*, não estamos usando como pressuposto o conceito valor de troca. Ao contrário, nossa finalidade é correlacionar à atividade de trabalho, a liberdade e a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência dos indivíduos, onde se priorize o reconhecimento individual e coletivo das pessoas, e, em especial, das mulheres, mediante a organização das pessoas que buscam na economia solidária a superação desse sistema de produção econômico excludente.

Entendemos que a crise estrutural do capital e a implementação do movimento econômico-político-ideológico neoliberal têm como orientação uma concepção de educação limitada e restrita à instrução ao ensino, à disciplina ao

treino, e à preparação para o mercado de trabalho, objetivando, apenas, a garantia de um nível mais elevado de empregabilidade⁷.

Conforme Barato (2004, p. 52), “o modo hegemônico de conceber educação ignora ou secundariza a ação humana. O modelo preconizado nessa sociedade [...] reza que primeiro é preciso teorizar para depois fazer”. O saber técnico não são saberes inferiores, ou seja, algo desprovido de saber intelectual criativo. E o autor diz que: “A crença numa precedência, inclusive temporal, da teoria sobre a prática acarreta não só desvios de caráter didático. Ela favorece uma interpretação inadequada quanto à inter-relação dos diversos tipos de conhecimento” (BARATO, 2004, p.52-53).

A forma atual sugerida pelas instituições educacionais separa os saberes, pois indica uma dicotomia entre teoria e prática. Dessa maneira, o lugar do trabalho no interior da educação ainda se encontra na preparação para o mercado de trabalho. Onde a técnica esta separada de todo pensamento e formação humana, pois não está associado o fazer ao pensar, que são coisas inseparáveis na atividade humana.

De acordo com Ribeiro (2011, p. 124):

A aprendizagem técnica, assim como o trabalho prescrito, é insuficiente para que os novos trabalhadores comecem a produzir em regime de cooperação, de colaboração e de participação em relação aos mais experientes. Com isso, sustentamos que a racionalidade técnica é insuficiente para que o trabalho seja realizado pelo trabalhador. As dimensões de socialização, subjetivação e de humanização requerem desenvolvimento para que se trabalhe. Nestas dimensões estão contidas e expressas as competências do saber-conviver, saber-ser e do saber. (RIBEIRO, 2011, p. 124).

Se o homem não cortar os grilhões impostos pelo sistema capitalista que faz do seu trabalho um fardo, nunca o resultado do seu trabalho será a exteriorização da sua vontade livre e consciente, isto é, o seu trabalho enquanto essência de si jamais será a realização desta.

Portanto, para o exercício pleno da cidadania, o trabalho deve ser visto na sua dimensão ontológica e histórica e não o emprego. Nesse sentido, destacamos que o fazer é um saber com status epistemológico próprio. Assim, o modelo pedagógico sugerido por Barato (2004), cria um modelo próprio de aprendizagem, ou seja, a cooperação na aprendizagem.

⁷Conceito do Consenso de Washington

Frigotto (1986, p. 848), explicita que a problemática que envolve as propostas educativas sobre trabalho e educação vão indicar que “esta decorre de uma debilidade e insuficiência, ao mesmo tempo de direção teórica e de investigação crítica, que impossibilita a apreensão das contradições, conflitos, especificidades, diferenças, em suma, de diversidade histórica”.

Nesse sentido o autor destaca:

A perspectiva aqui sugerida para o debate aponta que o processo de superação deste impasse implica aprofundar, ao nível da pesquisa teórica e ao nível da investigação prática, a análise da contradição fundamental que o produz e os seus desdobramentos a nível das relações de trabalho e relações sociais no seu conjunto (FRIGOTTO, 1988, p. 850).

A visão de Frigotto sobre trabalho e educação busca a unidade entre o teórico e o prático, a interação desses dois tipos de atividades, ou seja, a construção de um saber coletivo. Na construção de uma proposta educativa que acorde com valores cooperativos, associativos e solidários, surge do diálogo com diferentes modos de pensar e produzir - fazer o econômico.

Entendo que a inserção das mulheres nas redes de economia solidária é uma possibilidade para a conquista de respeito igualitário, não apenas o de gênero, mas também revela que o modo de produção capitalista que conhecemos não é imutável, nem designado a existir eternamente, é apenas uma fase, uma etapa no desenvolvimento histórico que ocorre num determinado modo que deixará de existir e se transformará noutra coisa ao longo do tempo (MARX, 2007).

A correlação do saber feminino e a economia permitem, não só uma abordagem retroalimentadora no pensar a atuação de um dado sujeito social. Permite, também, valorizar e recuperar experiências históricas de como a compreensão dos coletivos de trabalho podem ser os elementos materiais e simbólicos de uma construção de identidade social e coletiva.

No que diz respeito aos estudos relacionados à economia solidária, a questão ainda é pouco explorada, entendemos que a crescente participação feminina, na produção da riqueza, aponta para um conjunto de saberes cuja especificidade precisa ser reconhecida e ser usada como elemento metodológico de pesquisa desde que não dogmatizada. Aliás, como é toda prática solidária e cooperativa.

Enfatizamos que nos saberes das mulheres que participam de redes na economia solidária, há um modo próprio de comunicação e de aprendizagem,

porque, nesses espaços, a construção da subjetividade associa-se não só a processos socioeconômicos, mas ao modo de como um sujeito social dá conta das próprias limitações ideológicas e materiais do grupo comprometido com seus esforços e projetos.

Ribeiro (2011, p. 122), enfatiza que:

Evidente que todas estas formas de saber implicam em dimensões educativas, que demandam desenvolvimento e aprendizagem da pessoa, de sua subjetividade, de suas socializações e de sua humanização. Portanto, para trabalhar nesta sociedade do conhecimento cada vez mais se faz presente a necessidade de outra educação (RIBEIRO, 2011, p. 122).

Nesse sentido, assumir uma concepção ampliada de educação, escolar ou não, antes de tudo, é romper com as concepções e práticas educativas limitadas às exigências de um mercado, é distanciar-se e contrapor-se às restrições impostas pelo sistema capitalista o qual não economiza força para apartar a compreensão da educação.

Conforme o Art. 1º. Da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.394/1996:

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Compreendemos que o tempo de escola não é o único espaço de formação, de aprendizado e de cultura. O fenômeno educativo acontece em outros espaços e tempos sociais, em outras instituições, nas fabricas, nas igrejas e terreiros, nas famílias e empresas, na rua e nos tempos de lazer, de celebração e comemoração, no trabalho.

Tendo como horizonte de análise a dimensão educativa do trabalho, nosso estudo compreende que:

O trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e “educativo”. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 64).

Destacamos que é dentro desta perspectiva que a atividade prática é o ponto de partida do conhecimento, da cultura e da conscientização. Hoje, torna-se cada vez mais relevante compreendermos que os processos educativos estão ocorrendo em outros lugares além das escolas e através de operações tecnológicas e culturais bastante diversificadas. Dessa forma, educadoras e educadores são incitados a abrir seu campo de ação e a exercer seu ofício na esfera mais ampla da cultura. “Gênero pode ser, pois, um conceito relevante, útil e apropriado para as questões educacionais” (LOURO, 2002, p. 229).

Nesse sentido, o trabalho nas redes de economia solidária tende a se constituir num espaço por excelência de visibilidade feminina, porque não está embasado nas regras do mercado: essas mulheres compartilham outro modelo que não o do cálculo e da lógica utilitarista.

Os espaços de solidariedade são aqueles dominados por outros fins, por outros valores e por outras práticas. Na solidariedade se reafirma a importância de um fazer que tenha, na emancipação e autogestão, uma proposta diferenciada, porque se constitui em relações sociais que não são reduzidas a relações de interesse econômico.

[...] não há como olvidar que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo (SINGER, 2002, p. 127).

As experiências fundamentadas nos princípios solidários não são fenômenos novos na história, pois nas últimas décadas ocorreu reestruturação pelo interesse no tema. “A essência dessa sociedade civil está fundada na repartição do ganho, na união de esforços e no estabelecimento de outro tipo de agir coletivo, que tem na cooperação qualificada a implementação de um outro tipo de ação social” (ALBUQUERQUE, 2003a, p. 15).

Entendemos que o processo educativo não acontece deslocado da construção da cidade, da cultura, das identidades, do trabalho, dos tempos e espaço de socialização. Com efeito, esta pesquisa leva em conta que o trabalho das mulheres nas redes de economia solidária tem uma expressão não só produtiva, mas essencialmente educativa, pois tem em sua base um compromisso ético, que

consiste no reconhecimento do outro como produtor de diferentes saberes, designando a solidariedade como seu fundamento.

2.1 OBJETO

Entendemos que o objeto de análise não pode ser tomado como um objeto puro, isolado no tempo e no espaço, mas como relações e ligações aos processos sociais tais como: econômico, político e cultural.

Para nós, todavia, as teorias sociais não devem se limitar a uma análise ou desconstrução da realidade. Mas que elas devem, também, tentar avançar aspectos que permitam uma reconstrução normativa da realidade.

Nossa estratégia talvez seja mais audaciosa; consiste numa apropriação crítica das contribuições teóricas, de autores marxianos que de alguma forma contribuem para uma melhor compreensão do presente.

A pesquisa reside na relação educação, trabalho e economia. Compreendemos que, desde a formação das primeiras sociedades primitivas, a educação sempre esteve subordinada a economia. Nos primeiros aglomerados humanos, os indivíduos eram treinados conforme as necessidades do grupo, na pesca ou na caça, por exemplo. Enquanto sociedades, com natureza econômica mais desenvolvida, direcionavam o sistema educacional para suprir estas necessidades. Uma dinâmica que persiste até hoje, embora constituindo uma relação entre economia e educação mais complexa.

Nossa proposta em apresentar e resgatar o trabalho não está relacionada ao poder subordinador do capital. Quando pensamos que o trabalho pode ser constitutivo do *homo*, não estamos usando como pressuposto o conceito valor de troca. Ao contrário, nossa finalidade é correlacionar à atividade de trabalho, a liberdade e a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência dos indivíduos, onde se priorize o reconhecimento individual e coletivo das pessoas, e, em especial, do sujeito social mulher, mediante a organização das pessoas que buscam na economia solidária a superação desse sistema de produção econômico excludente.

Tendo presente à dimensão política de todo ato educativo percebe-se que, no trabalho das mulheres da rede de economia solidária, perpassam outros valores,

como também se fazem presente outras concepções de homem e de mundo, longe daquelas que ainda persistem como verdadeiras e hegemônicas.

2.2 PROBLEMA

É preciso que o (a) educador (a) saiba que o seu “aqui” e o seu “agora” são sempre quase o “lá” do educando. Mesmo que o sonho do (a) educador (a) seja não somente tornar o seu “aqui-agora”, o seu saber, acessível ao educando, mas ir mais além de seu “aqui-agora”, com ele ou compreender, feliz, que o educando ultrapasse o seu “aqui”, para que este sonho se realize tem que partir do “aqui” do educando e não do seu. No mínimo, tem de levar em consideração a existência do “aqui” do educando e respeitá-la. No fundo, ninguém chega lá, partindo de lá, mas de certo aqui. Isso significa, em última análise, que não é possível ao (a) educador (a) desconhecer, subestimar ou negar os “saberes de experiência feitos” (FREIRE, 2008, p. 59).

Entendemos que, cada vez mais, a educação é o processo coletivo de mudança que contribui para a qualidade de vida das sociedades. Pensamos ser a educação uma via de acesso essencial para a construção de uma sociedade solidária, entendemos como fundamental o compromisso de todas as pessoas e instituições sociais. Porém, sabemos que o nível de evolução de nossa realidade não permite, ainda, um envolvimento dessa magnitude.

Conhecer as tramas desse processo, tentar entendê-las, pode ser válido no sentido de revelar a ação e o pensamento de cada sujeito histórico para superar as limitações com que se tenha deparado. E por que seria relevante tal constatação? Inicialmente, porque consideramos o ser humano como indivíduo transformador, em que a subjetividade está, continuamente, mediando entre duas objetividades: a condição que vive e a que anseia. E, também, porque acreditamos que a educação é uma das balizas que constitui elementos para socialização, tendo em vista o bem comum destacando a valorização da vida, da educação, da liberdade, do diálogo, do respeito pelo outro e por si mesmo.

Destacamos que, o tema central dessa tese não são os desdobramentos de uma sociedade industrial em crise e nem a centralidade ou precarização do trabalho. O fundamento dessa proposta de tese é compreender um duplo movimento que se

apresenta: a) no não reconhecimento das experiências de um sujeito social - mulheres veteranas, e, b) na invisibilidade de uma epistemologia que tem no feminino um modo de ensinar, aprender, criar e produzir riquezas e conhecimentos na atualidade. Assim sendo, o recorte da problemática de pesquisa pergunta:

Como se constroem os saberes das mulheres veteranas na rede de economia solidária no Brasil?

2.3 OBJETIVOS

Neste ponto da reflexão gostaríamos de reaprender alguns filamentos do pensamento de Simone de Beauvoir.

Para autora devemos lutar para mudar a condição da mulher. No entanto, ela nos indica a necessidades de não tratar a mudança como subordinada à sociedade. Assim, a ação deve estar ligada com a luta de classes, porém, fora dela. Por conseguinte, que as mulheres tomem seu destino nas mãos.

Beauvoir (1980, v. 2), em sua mais celebre frase destaca: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. E Touraien (2007, p. 9) ressalta: “E descobri que o que pensam e fazem as mulheres é diferente, e até mesmo o oposto, daquilo que se diz que elas dizem e fazem”.

Desse modo, compreendemos que homens e mulheres são diferentes; pensam de modo diferente, tem emoções diferentes, caminham de maneira diferentes etc. Porém, não nasceram assim, tornaram-se assim. São resultados de sua educação e de sua vida cotidiana.

Nessa perspectiva, todo sujeito coloca-se concretamente através de projetos, cuja constante superação o leva a se aproximar do alcance da liberdade.

Contudo, Beauvoir explica:

O que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do outro. (BEAUVOIR, 1980, v.2, p. 23).

Se todo ser concreto se situa de um modo singular, parece-nos adequado considerar a mulher como sujeito social que se objetiva em seu trabalho, seu agir na realidade. E, sua ação constitui um resultado de seu próprio projeto, por meio do qual ela supera a si mesma, num percurso que a orienta em seu fazer e viver no mundo.

Por essas razões e, outras, que guiam nossa caminhada, nosso interesse busca a compreensão do significado das ações desse indivíduo chamado mulher e, em sua práxis como educadora, desvendar o que a define como sujeito social participante de uma história coletiva e solidária.

Objetivo Geral

- Compreender como os saberes das mulheres veteranas na rede de economia solidária, se constroem e podem ou não trazer elementos para se pensar outra proposta de ensinar, aprender, criar e produzir, outra(s) sociabilidade(s) e outro(s) modo(s) de viver e ser no coletivo social.

Objetivos Específicos

- Identificar elementos que, nas relações sociais dessa rede, reiteram uma proposta diferenciada, baseada num fazer solidário emancipatório e autogestionário.
- Analisar nas experiências de um sujeito social – mulheres veteranas – os diferentes modos de aprender na rede de economia solidária.

2.4 TESE

A tese que defendemos depende da mudança de qualidade, em determinado momento, dos graus de rupturas, saltos que podem ser de curta ou longa duração (TRIVIÑOS, 2007). Dessa forma, ela está baseada no conhecimento prévio dos quadros reais da teoria e do trabalho de campo. Com efeito, a tese germinou no processo de pesquisa ao apanhar os aspectos essenciais dos saberes das mulheres veteranas na economia solidária.

TESE: As mulheres veteranas na rede de economia solidária resgatam o trabalho como valor fundamental da vida humana, e, este saber fazer está alicerçado em pilares que divergem das bases capitalistas.

O trabalho feminino nos espaços da rede solidária correlaciona à atividade (qualquer que seja) a liberdade, a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência dos indivíduos, onde o fundamental é o reconhecimento individual e coletivo das pessoas, e, em especial, daquelas organizações que buscam na solidariedade a ferramenta para superar as perversidades de um sistema de produção econômico que se caracteriza essencialmente pela exclusão social e impede o protagonismo e a autonomia das mulheres.

3 O PARADIGMA DOMINANTE: A DIMENSÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA E A INVISIBILIDADE DA MULHER

A expansão sem limites do capitalismo representa uma ofensiva brutal contra os trabalhadores e trabalhadoras do mundo do trabalho⁸. Nesse contexto, observamos o gradativo desmonte do *Welfare State* (Estado de Bem-estar Social).

Destituído de seu caráter público, o Estado vem sendo cada vez mais substituído por frações da sociedade civil, articuladas em torno de uma oligarquia financeira globalizada, que busca garantir seus interesses ampliando os canais e as instituições capazes de aglutinar seus projetos, o que lhe confere uma hegemonia político-econômica assegurada pela performance atual do capitalismo. Os fundamentos dessa matriz neoconservadora de Estado, contudo, indicam claramente a mercantilização dos direitos sociais e não a sua defesa, a retração do Estado de direito conquistado com a luta das forças democráticas brasileiras, a instrumentalização dos direitos pela racionalidade econômica, o retrocesso na construção democrática e no exercício da cidadania (SIMMIONATTO, 2004, p. 7-8).

Desse modo, o sistema capitalista de produção social está destruindo os direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras, rebaixando salários, concentrando a renda, realizando a mercantilização da vida, destruindo ainda mais o meio ambiente, ampliando a miséria, a violência e ameaçando a vida e a continuidade da espécie humana.

Para Mézáros (2004), a transformação do processo de trabalho na sociedade capitalista causa à humanidade o aprofundamento das desigualdades sociais. Nesse contexto, o uso do termo “desigualdades” (no plural), quando adotado, refere-se à menção das diferentes desigualdades derivadas das relações sociais de classe, gênero, raça e etnia. Assim, como a citação “mulheres em sua diversidade”, quando empregado, refere-se à diversidade das identidades das mulheres brasileiras: do campo, das cidades e da floresta, indígenas, mulheres integrantes dos povos e comunidades tradicionais, quilombolas, negras, ribeirinhas, ciganas, jovens, idosas, lésbicas, mulheres com deficiência⁹.

⁸Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=969>. Acesso em maio 2013.

⁹Compartilhamos dos princípios elencados na 3º Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. Autonomia e igualdade para as mulheres. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/destaques/documentos/resolucoes-da-3a-cnpm>>. Acesso em maio 2013.

Segundo Marx e Engels (2002), ao produzirem os seus meios de subsistência os indivíduos contraem determinadas relações sociais, independentes de suas vontades. Ou seja, os *homos*¹⁰ são dependentes das condições materiais da sua produção. Sabemos que o trabalho é uma categoria fundamental na vida dos seres humanos e, como tal, merece ser tema de discussão. O trabalho é a mediação do *homo* com a natureza, e dessa interação deriva todo o processo de formação humana. Historicamente o trabalho iniciou-se quando o *homo* buscou novas formas de transformar a natureza para o seu bem-estar e suas necessidades de sobrevivência. Esse seria o conceito mais amplo sobre esta instituição genuinamente humana: o trabalho.

Compreendemos que é através das relações produção que conseguimos saber em poder de quem estão os meios de produção, se esses meios estão à disposição da sociedade ou de indivíduos particulares. Ao longo de sua história, o sistema capitalista de produção utilizou de diversas estratégias para sobreviver e para superar suas crises alimentando a pobreza do povo e explorando a classe trabalhadora.

Para Mészáros (2009) o capitalismo hoje promove uma produção destrutiva.

Alguém pode pensar numa maior acusação pra um sistema de produção econômica e reprodução social pretensamente insuperável do que essa: no auge de seu poder produtivo, está produzindo uma crise alimentar global e o sofrimento decorrente dos incontáveis milhões de pessoas de pessoas por todo o mundo? Essa é a natureza do sistema que se espera salvar agora a todo custo, incluindo a atual “divisão” do seu custo astronômico (MÉSZÁROS, 2009, p. 21).

Dessa forma, é vitalmente necessária uma compreensão crítica do sistema capitalista. Uma clareza de pensamento sobre a situação extremamente complicada com que se defronta toda a espécie humana e, em particular, em nosso País, sobretudo se procurarmos encontrar um caminho para uma sociedade mais justa para todos brasileiros. “De fato, as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedade “pós-industriais” estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital liberal” (MÉSZÁROS, 2009, p. 70). Assim sendo, torna-se cada vez mais importante, entendermos que vivemos numa sociedade de

¹⁰Utilizaremos este termo *homo(s)* ao longo de nosso estudo, para referir ao ser humano genérico, na intenção de não subsumir nele o gênero feminino.

classes, num sistema econômico capitalista regido por políticas neoliberais que, especialmente no campo da educação tencionam as políticas educacionais para a manutenção desse sistema econômico.

Um aspecto que merece atenção especial é o nosso sistema educacional que, não obstante o trabalho intenso e pouquíssimo respeitado dos que nele militam, ainda aliena milhões de crianças. O relatório da UNESCO (2012) revela que existem cerca de 14 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever no Brasil, sendo que o país é um dos que mais aumentou seus investimentos em educação. Por outro lado, os dados mostram que o país ainda tem cerca de 600 mil crianças fora da escola, e que esse número pode subir se a inclusão não for acelerada.

Cabe aqui considerar que o Brasil tem o terceiro pior nível de desigualdade de renda do mundo e que, segundo a ONU (2012), o baixo nível educacional é um dos fatores que mais dificulta a melhoria social no país. Entendo que essas constatações são o reflexo do descaso das políticas educacionais que vem de longa data para com a alfabetização.

Se temos como objetivo básico o desenvolvimento integral dos alunos numa realidade plural, é necessário que passemos a considerar as questões e problemas enfrentados pelos homens e mulheres de nosso tempo como objeto de conhecimento. O aprendizado e a vivência das diversidades de raça, gênero, classe, a relação com o meio ambiente, a vivência equilibrada da afetividade e sexualidade, o respeito à diversidade cultural, entre outros, são temas cruciais com que, hoje, todos nós nos deparamos e, como tal, não podem ser desconsiderados pela escola. A inclusão destes temas exige, assim, um repensar dos conteúdos escolares, estabelecendo a relação entre disciplinas curriculares e os temas contemporâneos (ARROYO, 1994).

Assim sendo, para compreendermos as mudanças que estamos vivendo hoje na educação e na sociedade como um todo, é necessário entender que o modelo de desenvolvimento econômico tem tido influência muito forte na construção de políticas educacionais, porque estes são moldados segundo um tipo de sociedade que se quer construir.

Atualmente, no Brasil, os 10% mais ricos da população, cerca de 18 milhões de pessoas têm em mãos 44% da riqueza nacional. Na outra ponta, os 10% mais pobres sobrevivem dividindo entre si 1% da renda nacional¹¹.

Os autores nos explicam que só é possível compreender a realidade social a partir da história mundial, na qual as condições materiais e as relações entre os homens e mulheres existem objetivamente e são essenciais. Entendemos que percorrer a história em suas diferentes etapas, resgatando as funções realizadas pelos indivíduos, tem como objetivo apreender como o nível social dos sujeitos aumenta e diminui durante o desenvolvimento da sociedade.

Segundo Mészáros (2004), hoje, nas sociedades capitalistas, tudo está impregnado de ideologia, mesmo que não a percebamos. Pois os limites absolutos do sistema capitalista são formas de contradições insolúveis, criadas e reproduzidas pelas relações de produção. Um desses limites absoluto diz respeito ao emprego. O capital é incapaz de prover os empregos necessários às mulheres e homens que vivem do trabalho (MARX, 1982).

Conforme as Nações Unidas, no que se referem ao desenvolvimento social, os números mostram que 50% da força de trabalho está subempregada ou desempregada no mundo. O subemprego é uma forma de esconder a realidade do desemprego. A grande maioria, quase a metade da população do mundo, vive na condição de miséria social, de degradação da vida. Destrói-se a natureza pensando que está estimulando a produção de mercadorias necessárias para o bem estar humano. Defende-se que a tecnologia irá ajudar a todos e a inovação tecnológica é a grande desculpa para se desempregar pessoas. De acordo as Nações Unidas (ONU, 2012), 50% da força de trabalho no mundo está subempregada ou desempregada.

Conforme Neves (2004), o processo de globalização, as políticas de cunho neoliberal e a reestruturação produtiva na última década do século XX, ocasionaram mudanças ao mundo do trabalho e, especialmente, à forma e ao conteúdo do trabalho. Esse processo elevou o número de desempregados, de demissões, de subempregados e de contratos de trabalho temporários, parciais ou subcontratados. Entretanto esses elementos tiveram embates distintos para ambos os sexos. Nesse

¹¹Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=7&limitstart=4420&limit=10&Itemid=23. Acesso em: 08/04/2012

contexto, a instabilidade atingiu os trabalhadores e trabalhadoras menos qualificados, principalmente as mulheres.

Na cultura ocidental, a mulher quase sempre esteve ligada às atividades de transmissão das normas da sociedade, à reprodução dos modelos de comportamentos, primeiramente, nos limites do lar e, depois, na escola. Assim, aos seus cuidados estiveram, geralmente, a transferência dos valores e a perpetuação das tradições sociais. Para Kergoat (2003), essa relação das mulheres com o mercado de trabalho provocou mudanças na condição de vida dos/as trabalhadores/as e de outras configurações na divisão sexual do trabalho.

De forma geral, sobretudo para as mulheres, esse processo significou uma influência maior para o trabalho informal, instável, desprotegido, de baixo nível de qualificação, até mesmo para colocá-las numa situação maior de pobreza, de exclusão e, principalmente, de invisibilidade social (CARLOTO & GOMES, 2010; BRUSCHINI & LOMBARDI, 2001; ARAÚJO, 2012; LEONE, 2010; ABRAMO, 2004; HIRATA, 2009; MELO, 2005).

As mulheres estão mais concentradas em posições mais desfavoráveis e mais vulneráveis, realizando funções em sua maioria desprotegidas, sujeitas a longas jornadas de trabalho e com baixa ou nenhuma remuneração. Ou seja, prosseguem ainda relacionadas em segmentos menos organizados da atividade econômica, submetidas a contratos informais, flexíveis encontrando-se mais expostas à pobreza, à exclusão e ao desemprego (MELO & BARROS, 2000).

Por diversos motivos, assiduamente as mulheres revelam níveis superiores de vulnerabilidade e experimentam formas de pobreza mais severas que os homens (OIT, 2005). E Melo (2005) comprova que a desigualdade é uma realidade para todas as mulheres, pois estão mais vulneráveis socialmente, principalmente se forem pardas ou negras.

Ao longo de sua história, as mulheres negras são as maiores vítimas da desigualdade de gênero adicionada à racial¹². Os estudos realizados revelam uma situação problemática, não apenas nas condições socioeconômicas em que vivem, mas, especialmente, na negação cotidiana de ser mulher negra, através do racismo e do sexismo que permeiam todas as esferas de sua vida. Dessa forma, ela está

¹²Igualdade de Gênero e Raça no Trabalho: avanços e desafios. Organização Internacional do Trabalho 2010. Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/igualdade_genero_262.pdf>. Acesso out. 2012.

exposta, à violência, à pobreza, às discriminações no mercado de trabalho e à precariedade dos serviços de saúde e educacionais, o que resulta em uma precarização geral da vida (BANDEIRA, 2005).

Na América Latina, essa categoria social ascendeu expressivamente nas regiões urbanas. No ano de 1999, no Brasil, computavam-se 9,9 milhões de domicílios chefiados por mulheres, dos quais 2,5 milhões ou 22% eram pobres (HASENBLAG, 2003). Pesquisas realizadas, em 2005, indicam elevado índice da vulnerabilidade dessas famílias onde mais da metade dessa categoria era pobre (55,7%). A renda familiar per capita desses domicílios era R\$ 231,00, a menor entre todos os arranjos familiares investigados (SORJ & FONTES, 2008).

Bruschini & Lombardi (2001) assinalam que as chefes de família mulheres geralmente, são pretas e pardas, e uma parcela delas possui rendimentos inferiores a um salário mínimo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009, indicam que o trabalho doméstico empregou 7,2 milhões de pessoas. Entre elas, 93% eram mulheres, sendo 61,6%, mulheres negras. Esta, que é uma das profissões que mais emprega mulheres no país, é também uma das mais desvalorizadas e precarizadas. A face do emprego doméstico brasileiro é majoritariamente feminina, negra e com ensino fundamental não-concluído¹³. Porém, muitas mulheres ainda seguem marginalizadas e sem a garantia de alguns direitos trabalhistas, ou seja, “invisíveis” na sociedade.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2005) indica que no mundo todo são 53 milhões de trabalhadores domésticos. Todavia esse número é subestimado, porque, na maioria dos casos, é um trabalho que se exerce de maneira invisível, informal e fora das garantias da legislação trabalhista. A OIT (2005) reconhece que o Brasil já tem uma legislação relativamente adiantada em comparação a outros países, mas que existem direitos que os outros trabalhadores têm que as domésticas não têm, como a jornada de trabalho claramente delimitada. Atualmente, os temas centrais são a valorização do trabalho doméstico e que as domésticas são membros da classe trabalhadora como os demais. Um dos principais problemas que os trabalhadores domésticos enfrentam no país é a informalidade.

¹³Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/04/26/secretaria-das-mulheres-reafirma-compromisso-com-trabalhadoras-domesticas>>. Acesso nov. 2012.

Dados apresentados pela OIT (2005) indicam que menos de 30% das domésticas têm carteira assinada¹⁴.

Evidentemente, a luta levada a cabo pela conquista da igualdade entre os sexos é de ordem geral e vem modificando as relações de gênero na sociedade. É evidente também que a discriminação contra as mulheres continua sendo uma prática disseminada, o que dificulta o acesso das mesmas a postos de mando, inclusive nas organizações dos trabalhadores (VIEITEZ & DAL RI, 2001, P. 128).

Nessa perspectiva, é fato que os atos negativos do sistema capitalista agravam os processos de concentração de renda e de exclusão social das mulheres. Todavia, não é tão simples, pois a própria história dos acontecimentos diversos da sociedade mostra que esses processos caóticos sinalizam também outros cenários.

Embora essas observações não sejam sistemáticas, pode-se deduzir que o ambiente autogestionário possibilita oportunidades de inserção social mais democráticas, nos aspectos considerados, tanto para a questão étnica quanto para a de gênero (VIEITEZ & DAL RI, 2001, P. 128).

Assim, aos poucos o combate à cultura opressora vai ganhando novos contornos e novos aliados a partir da expansão de uma consciência feminista em diferentes mulheres. Enfatizamos, nesse contexto, a influência que as idéias veiculadas pelos referencias marxistas tiveram, especialmente, nas denúncias sobre as condições de vida das mulheres em nossa sociedade (Karl Marx, Friedrich Engels, August Bebel, Vladimir Llich Lenin, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, Zuleika Alambert, entre outros). Porém, alguns desses estudos, colaboraram também para desvalorizar a especificidade da contradição homem-mulher (ALAMBERT, 1996). Os fatos, atos, discursos e manifestos na tentativa de superar as limitações percebidas, na realidade, são construídos na contraposição à lógica mercantil hegemônica.

Necessário faz compreender que nas lutas das mulheres contra diferentes formas de opressão outros fenômenos históricos concomitantes atuam tais como: a emergência dos movimentos sociais, a questão feminina, à luta pela liberdade e pelo meio ambiente, contra o sexismo, o racismo e outros.

¹⁴Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/04/27/empregadas-domestica-come-moram-seu-dia-e-analisam-situacao-da-categoria/print>>.

Acrescentamos que a história das mulheres pode se revelar através de um duplo movimento de invisibilidade, isto é: a invisibilidade das formas de opressão da mulher e a invisibilidade das formas de resistência secular da mulher a essa opressão.

Desse modo, percebemos que, sejam quais forem as causas das desigualdades entre homens e mulheres, é no interior das condições da sociedade moderna capitalista que se criam elementos importantes para visibilidade da mulher, tais como: o alcance da consciência política da mulher a respeito de sua condição, seu papel, sua participação nas instituições, seu nível de organização etc. Mas, não podemos esquecer o fato de que, em nossa realidade, as próprias condições materiais de existência, ainda hoje, dificultam ou mesmo impedem o acesso de muitas mulheres ao mínimo desses elementos.

No Brasil, essa situação vem conduzindo a constituição de grupos de mulheres a atividades ligadas à economia solidária. Esses grupos se organizam sob os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade para enfrentar as problemáticas locais por meio da elaboração de atividades econômicas (RAZETO, 1997; FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004).

O fenômeno da economia solidária se apresenta [...] numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade, sob a forma de auto-organização social em torno de ações, ao mesmo tempo econômicas e políticas (GUÉRIN, 2005, p. 111).

Para Guérin (2005), a inserção das mulheres nessas organizações é uma possibilidade de busca a igualdade de gênero. Porque entendemos que o modo de produção capitalista que conhecemos não é imutável, nem designado a existir eternamente, é apenas uma fase, uma etapa no desenvolvimento histórico que ocorre num determinado modo que deixará de existir e se transformará noutra coisa ao longo do tempo (MARX, 2006).

Assim, as experiências econômicas solidárias vêm viabilizando atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo. Os estudos que envolvem economia solidária e gênero ainda são pouco explorados perante a crescente participação feminina nessas atividades.

A questão de gênero auxilia a entender e a perceber aquilo que estava oculto na construção histórica dos seres humanos. Ela não é a única, mas as questões que advêm dessa noção dessa mediação contribuem, indiscutivelmente, para entender e analisar a complexidade das relações humanas. Isso tudo não acontece sem uma intervenção no cotidiano. (PAIXÃO & EGGERT, 2001. p. 16).

Cabe ressaltar que essa especificidade precisa ser reconhecida e pode ser iluminada por um referencial que possa ser usado como um eficiente método de investigação, mas não como um saber superior/eterno. Em nosso esforço teórico argumentamos que, os saberes das mulheres veteranas nos espaços econômicos solidários, apresentam elementos que indicam outra educação.

Quando falamos em mulheres veteranas não estamos nos referindo a mulheres idosas. Conforme a política nacional do idoso (PNI), Lei nº8. 842, de 04 de janeiro de 1994, e o estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, define Idoso pessoas com 60 anos ou mais. Já a Organização Mundial da Saúde (2002), define o idoso a partir da idade cronológica, portanto, idosa é aquela pessoa com 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento e com 65 anos ou mais em países desenvolvidos. É importante reconhecer que a idade cronológica não é um delimitador preciso para as mudanças que acompanham o envelhecimento. Existem diferenças significativas relacionadas ao estado de saúde, participação e níveis de independência entre pessoas que possuem a mesma idade (Brasil, 2005).

Segundo Mendes (2005), envelhecer é um processo natural que caracteriza uma etapa da vida do homem e dá-se por mudanças físicas, psicológicas e sociais que acometem de forma particular cada indivíduo com sobrevida prolongada.

Porem torna-se necessário delimitar uma faixa etária para o idoso brasileiro, principalmente na formulação da política pública e na demarcação de grupo populacional dos beneficiários focalizando os recursos e concebendo direitos a esta população (SANTOS, 2004).

Dias (2007), expõe que envelhecer é um processo multifatorial e subjetivo, ou seja, cada indivíduo tem sua maneira própria de envelhecer. Sendo assim o processo de envelhecimento é um conjunto de fatores que vai além do fato de ter mais de 60 anos, deve-se levar em consideração também as condições biológicas, que está intimamente relacionada com a idade cronológica, traduzindo-se por um declínio harmônico de todo conjunto orgânico, tornado-se mais acelerado quanto maior a idade; as condições sociais variam de acordo com o momento histórico e

cultural; as condições econômicas são marcadas pela aposentadoria; a intelectual é quando suas faculdades cognitivas começam a fracassar, apresentando problemas de memória, atenção, orientação e concentração; e a funcional é quando há perda da independência e autonomia, ou seja, quando é necessário ajuda para desempenhar suas atividades básicas do dia-a-dia.

Para Alves (2011, p 49), “o envelhecimento não acontece de uma hora para outra de forma estanque e fixa”. Nesse sentido, o envelhecimento é compreendido como um processo que se apresenta como uma organização de etapas anteriores da vida do ser humano, num movimento dialético permanente, o qual vai se processando ao longo da nossa existência. Compreendemos que o ser humano, durante a sua existência, vai passando por processos de desenvolvimento de uma fase para outra, sendo que cada fase se apresenta como a negação da anterior e que vai conservando, da fase anterior, somente aquilo que é fundamental. Neste sentido, a própria velhice é um processo histórico por meio do qual o ser humano vai organizando e reorganizando a sua própria história através das relações materiais sociais que vai estabelecendo com a natureza e com outros seres.

O conceito de veterano o qual nos remetemos esta fundamentalmente correlacionado a dois grandes eixos, o primeiro tem haver com a idade, não pode ser veterano quem é jovem, o segundo diz respeito a experiência de trabalho.

O termo veterano tem sua origem na Educação Física, mas precisamente nas forças armadas, pois é considerado Veterano o soldado experiente ou afastado das forças armadas. A Educação Física incorpora isso, porque quem institucionalizou a prática da Educação Física foi a forças armadas, principalmente para preparar corporalmente os soldados para a Guerra.

Entendemos que veterano é o sujeito que tem experiência de trabalho, pois as mulheres as quais pesquisamos não são mulheres jovens. A média de idade das mulheres pesquisadas é de 54 anos, sendo que, a mulher mais jovem tem 31 anos de idade e 24 anos de experiência de trabalho artesanal.

Dessa maneira, as mulheres veteranas na economia solidária são um espaço de construção de saberes. Sendo que esses saberes se acumulam com o tempo, tanto é que quando perguntamos como você aprendeu a fazer o que faz? As mulheres responderam: “eu aprendi com mãe, com a avó, com a família, com outras mulheres”, ou seja, os saberes se consolidam com o tempo, pois são as mulheres

veteranas que são sabias. Desse modo, são as veteranas que tem experiência e que repassam esses saberes.

Conforme Barbieri (1992) há três orientações teóricas que discutem o conceito de gênero: a primeira designada relações sociais de sexo, aborda a divisão social do trabalho como núcleo central da desigualdade entre homens e mulheres. Essa concepção utiliza-se em grande parte da teoria marxista e priorizam os estudos sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, a participação sindical e as mudanças tecnológicas. Essa concepção desenvolveu-se na França e sua principal autora é Daniele Kergoat (1996).

A segunda orientação entende gênero como um sistema hierarquizado de status ou prestígio social. Também enfatiza a socialização como forma de aprendizagem de papéis sociais ao longo da vida dos indivíduos. E a terceira orientação teórica entende os sistemas de gênero como sistemas de poder, nos quais as mulheres estariam em desvantagem. Por fim, Barbieri (1992), relata que, posteriormente, a categoria gênero congrega as teorias do conflito e do poder e também as contribuições do pós-estruturalismo de Foucault, Deleuze e Derrida.

Nosso estudo trata do conceito de gênero abordando a divisão social do trabalho como núcleo central da desigualdade entre homens e mulheres. Nesse sentido, as desigualdades de gênero e a invisibilidade da mulher que perpassam a sociedade capitalista ainda encontram-se vigorosas em pleno século XXI. De um lado, elas se encontram sob o julgo da dominação masculina. De outro, o sistema capitalista, impregnado pela ideologia patriarcal de gênero, explora o sexo feminino. Tais desigualdades incidem sobre a vida feminina, sendo a inserção do mercado de trabalho um dos aspectos prioritários das discriminações sofridas pelas mulheres.

De acordo com o Censo Demográfico 2000, havia no Brasil uma população de 86.223.155 mulheres. Em números absolutos havia mais 2.647.140 mulheres do que homens. Os resultados parciais do Censo de 2010 revelam que este cenário continua o mesmo, pois 51,04% da população brasileira são formadas por mulheres, sendo 97.342.162 mulheres e 93.390.532 homens totalizando 3.951.630 mulheres a mais do que homens. Nas últimas três décadas, a proporção de homens vem se reduzindo muito discretamente.

A partir da década de 70 até os dias de hoje, a participação das mulheres no mercado de trabalho tem apresentado uma espantosa progressão. Dados do IBGE apontam um acréscimo de mais de 10 milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2010.

Indicadores para o Brasil revelam que, no período de 1976 a 2010, a população economicamente ativa feminina¹⁵ passou de 11,4 milhões para 22,4 milhões, a taxa de atividade aumentou de 28,8% para 49,0 e a porcentagem de mulheres no conjunto de trabalhadores foi de 30,3% para 45,3%. Isto significa que mais da metade da população feminina em idade ativa trabalhava em 2010 e que mais de quarenta e cinco em cada cem trabalhadores era do sexo feminino na mesma data. (IBGE, 2010).

Para Eric Hobsbawm (2002, p. 304-313), a mudança expressiva que afetou a classe operária, e a maioria dos outros setores das sociedades desenvolvidas no “Breve Século XX”, foi o papel impressionante desempenhado pelas mulheres. Pois a partir do fim do século XIX, o trabalho em escritórios, lojas, em centrais telefônicas e profissões assistenciais, estava fortemente feminizado e essas ocupações terciárias se expandiram à custa dos setores primários e secundários, agricultura e indústria.

No mundo do trabalho, a lógica do capital se apresenta selvagem e tem materialização nas desigualdades sociais, na exclusão das pessoas e, em especial, das mulheres. Assim sendo, na sociedade capitalista, a transformação do processo de trabalho, causa à humanidade: a miséria, a fome e o aprofundamento das desigualdades entre homens e mulheres.

O capital se aproveita, sobretudo, da abundância de mão de obra disponível (MARX, 1980). O sistema capitalismo se apodera, especialmente, da mão-de-obra de mulheres pertencentes a classes sociais mais baixas. Essas trabalhadoras costumam realizar trabalhos que têm maior carga horária e menor remuneração salarial. A transferência cada vez mais intensa do trabalho masculino pelo trabalho feminino aumentou significativamente o número de operários, e o capital conseguiu reduzir o nível salarial de todos eles. A sujeição da mulher a esse tipo de opressão deve-se, na maioria dos casos, à necessidade de assumir a manutenção do lar. Somando-se a essa questão, o fato das trabalhadoras, muitas vezes, não terem tido acesso aos estudos e a qualificação profissional.

O capitalismo, impregnado pela ideologia patriarcal, reforça o sistema de opressão que subjuga as mulheres. O advento do neoliberalismo e a reestruturação

¹⁵ Relação entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA). A PEA traduz a oferta de trabalho efetiva, ou seja, o conjunto de indivíduos que trabalham e/ou está à procura sistemática de trabalho. A PIA, por sua vez, reflete a oferta potencial de trabalho, na medida em que considera toda a população com idade superior a dez anos.

produtiva que invadem o mundo do trabalho impulsionam o crescimento da miséria e da pobreza.

Assim sendo, a abordagem dessa problemática se faz indispensável na luta pela equidade de gênero.

Em quase nenhum país, seu estatuto legal é idêntico ao do homem e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas (BEAUVOIR, 1970, p. 13-14).

Culturalmente e, de longa data histórica, a diferença entre sexos tem uma distinção de funções e de objetivos na vida familiar, social, econômica e política. Nossa intenção não é analisar essas diferenças culturais e históricas que existiram. No entanto, observamos que, quase em sua totalidade, significaram para a mulher uma dedicação especial à vida doméstica, à família, aos filhos e a sua educação, aos problemas de manutenção do ambiente, da higiene e da saúde, às relações sociais que envolvem a comunidade.

Hoje, torna-se imprescindível lutarmos contra a imagem da mulher trabalhadora como uma mão-de-obra secundária. “O problema consiste em saber se esse estado de coisas deve perpetuar-se. Muitos homens o desejam: nem todos se desarmaram ainda. A burguesia conservadora continua a ver na emancipação da mulher um perigo que lhe ameaça a moral e os interesses” (BEAUVOIR, 1970 p. 13-15).

Compreendemos que as desigualdades de poder estão organizadas e correlacionadas pelo menos sob três chaves importantes para o debate contemporâneo, ou seja, classe, raça e gênero. Por isso, em nosso trabalho, não analisamos a classe como um todo, pois se assim o fizéssemos, tornaríamos as mulheres, mais uma vez, invisíveis nessa sociedade.

Apesar de o capitalismo se aproveitar das diferenciações de gênero, essa não é a causa primordial da opressão da mulher. Ela apenas agrava a situação da mulher trabalhadora e pobre. A situação social das mulheres se caracteriza pela desigualdade e, no fundo de qualquer um dos aspectos em que se manifesta essa desigualdade está o trabalho, porque está relacionada diretamente com a forma

como a mulher trabalhadora concilia sua condição de reprodutora do capital e de força de trabalho.

Nesse sentido, nossa pesquisa tem como conceito básico correlacionar a atividade de trabalho, à liberdade e à satisfação das necessidades básicas de sobrevivência dos indivíduos, onde se priorize o reconhecimento individual e coletivo das pessoas e, especificamente, os saberes e experiência das mulheres, mediante a organização do fazer econômico que busca, na economia popular solidária e na sororidade, a superação desse sistema de produção econômico excludente.

Para Louro (1994, p. 05-06), a categoria gênero pode nos ajudar a sugerir novos temas, “[...] rever antigas formulações, tornar visíveis sujeitos e processos até então ignorados... Mas uma categoria que, pensada em sua racionalidade, talvez também ponha em questão muitas de nossas certezas e nos obrigue a revolucionar nosso modo de “fazer” história”.

“Gênero pode ser, pois, um conceito relevante, útil e apropriado para as questões educacionais” (LOURO, 2002, p. 229). Hoje, torna-se cada vez mais relevante compreendermos que os processos educativos estão ocorrendo em outros lugares além das escolas e através de operações tecnológicas e culturais bastante diversificadas. Dessa forma, educadoras e educadores são incitados a abrir seu campo de ação e a exercer seu ofício na esfera mais ampla da cultura.

Nesse sentido, a visibilidade das experiências de mulheres gera referências positivas, fortalecendo-as na luta como sujeitos e contribui para problematizar as iniciativas que envolvem o tema de gênero.

Como ressalta Beauvoir, “economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas”. Pois os homens ocupam, nas relações de trabalho e na política, melhores e maiores cargos.

Para Souza-Lobo (2011), a classe operária tem dois sexos, o masculino e o feminino e não apenas um como propõe os estudos clássicos e o discurso dominante. E, Beauvoir (1970 p. 13-15), ressalta que isso acontece “no momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens”.

Dessa forma, fica evidente que o reconhecimento de que ser homem ou mulher, implica na definição e no modo como as deliberações são adotadas e os recursos são alocados na sociedade.

3.1 AS CORES DO PARADIGMA: PATRIARCALISMO MULHER JOVEM, BRANCA E BONITA

Quando meu marido me bateu e eu fui para a polícia, me disseram para bater nele também. Não parece haver nenhuma proteção para as mulheres, especialmente em situações violentas. Os homens não podem viver sem as mulheres e ainda assim eles nos tratam mal... eu quero que meus filhos tenham uma boa educação, que eles estudem para que não passem pela mesma situação que estou passando agora. Também quero encontrar trabalho (Maria dos Anjos Ferreira, uma brasileira de classe baixa, em FLIGHT, 1995, p. 46¹⁶).

O paradigma atual exalta a mulher branca, jovem, bonita e traz como fundamental o novo e o belo. Desta maneira, as mulheres que não se enquadram nesse modelo estão excluídas da dinâmica social.

Todavia, a sociedade brasileira, nas últimas três décadas, passou por significativas transformações de ordem social, econômica e, especialmente, demográficas. Freitas (2004) destaca que no Brasil a expectativa de vida aumentou aceleradamente. Em 1900, a expectativa de vida era de 33 anos e 07 meses, atingindo 43 anos e 02 meses, no início da década de 1950 e, a partir de então, aumentou rapidamente, chegando há 68 anos e 05 meses em 2000. A previsão para os nascidos em 2025 será de 72 anos de idade.

Nesse contexto, há ainda uma diferença significativa referente à expectativa de vida entre homens e mulheres, correspondendo em torno de 7,6 anos. Esta diferença explica, em parte, a chamada feminização da velhice no Brasil. No entanto, pesquisas indicam que as mulheres de idade avançada estão mais expostas à pobreza e à institucionalização.

Entendemos que, o envelhecimento é também uma questão de gênero. Em consequência da sobremortalidade masculina, as mulheres predominam entre as pessoas idosas. As mulheres vivem, em média, sete anos mais do que os homens. Uma propriedade deste grupo é que existe uma maior dimensão de viúvas do que em qualquer outra faixa etária. Um motivo que poderia explicar essa situação são os valores sociais, pois em algumas culturas a mulher tende a se casar com homens mais velhos do que ela, o que, associado a uma mortalidade masculina maior do

¹⁶ FLIGHT (1995). Flight to the cities: Brazil's women fight against age-old machismo and new urban violence. (Sept. 1995). Mother Jones, p.46; Apud SOUZA, Eros de; BALDWIN, John R. A construção social dos papéis sexuais femininos. Psicologia, reflexão e crítica. vol. 13, n.03, 2000, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psicologia/revista>>. Acesso em: 05 mar. de 2014.

que a feminina, aumenta a probabilidade de sobrevivência da mulher em relação ao seu cônjuge. Em outro contexto, podemos dizer que existe um maior número de mulheres viúvas nessa faixa etária é o fato de que os viúvos voltam a se unir em matrimônio, mais do que as mulheres viúvas (SÁNCHEZ, 2002).

A velhice pode não ser universalmente feminina, porém possui um forte componente de gênero. Por exemplo, mulheres idosas experimentam maior probabilidade de ficarem viúvas e em situação socioeconômica desvantajosa. Conforme Nogales (1998), a maioria das mulheres idosas brasileiras de hoje não tiveram um trabalho remunerado durante a sua vida adulta. Além disso, embora vivam mais do que os homens, passam por um período maior de debilitação biológica antes da morte do que eles.

No Brasil, em 2000, as mulheres eram responsáveis por 55% da população idosa¹⁷. Por outro lado, são elas, mais do que os homens, que participam de atividades extradomésticas, de organizações e movimentos de mulheres, fazem cursos especiais, viagens e até mesmo trabalho remunerado temporário. Diferentemente do que fizeram na sua vida adulta, progressivamente assumem o papel de chefes de família e de “provedoras” (CAMARANO, 2002; 2004).

No entanto, as mulheres idosas participam mais do que os homens de atividades fora do campo doméstico, ou seja, em organizações e movimentos sociais, fazem cursos, viagens e participam de trabalho voluntário em escolas, instituições longa permanência para idosos, hospitais e outros. Diferentemente do que fizeram na sua vida adulta, progressivamente assumem o papel de chefes de família. Sendo que, os homens mais velhos têm maiores dificuldades de se adequar ao afastamento do mercado de trabalho (GOLDANI, 1999).

Desse modo, o envelhecimento populacional no Brasil demonstra uma mudança significativa nas relações de gênero, pois a maioria da população de idosos é constituída por mulheres com 60 anos ou mais. As mulheres idosas são hoje, um segmento populacional cada vez mais visível na sociedade brasileira, não só porque são mais numerosas, mas porque têm se envolvido na conquista de um espaço na sociedade e na busca de um melhor nível de qualidade de vida para todas as pessoas.

¹⁷Disponível em: http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/idoso/perfil_idosos.html. Acesso em 18 mar. 2014.

As mulheres, por longos séculos permaneceram à margem do contexto histórico. Encerradas no mundo doméstico, apartadas ao silêncio do mundo privado, elas não teriam uma história. Assim, só mereciam serem documentados os grandes episódios em que os atores de evidência eram em geral homens.

Para Vasconcelos (2005), o paradigma positivista, no final século XIX, história excluiu duplamente as mulheres. Primeiro, era negado o acesso à educação profissionalizante que as levasse à produção de conhecimento exercendo o ofício de historiadoras. Em segundo lugar, a história positivista preconizava os grandes fatos suscitados por homens, chefes políticos e militares, o que, novamente, apartava as mulheres da participação como agentes históricos. “Dessa forma, a invisibilidade da mulher é fruto de uma perspectiva androcêntrica no fazer histórico, que excluiu por muito tempo as mulheres na sociedade” (VASCONCELOS, 2005, p. 02).

Conforme Matos (1998), o enfoque cultural na história possibilita reconstruir outras manifestações passadas da experiência coletiva e individual de mulheres e homens, enfatizando que o social é historicamente constituído, nele as experiências sociais femininas e masculinas diferenciadas emergem numa condição própria em sociedades específicas.

Com a criação em 1929, da Escola dos Annales, com suas várias propostas de métodos e pesquisas a História Social ganhou ênfase, bem como o interesse em recuperar o passado de grupos excluídos. Embora a Escola não tenha contemplado de imediato uma historiografia social das mulheres, abriu espaço para elas, na medida em que criticava uma história estática, que se pronunciava universal (DIAS, 1992).

Duby & Perrot (1991), assinalaram que a história das mulheres se desenvolve quando a família passa a ser considerada como célula básica e evolutiva da sociedade, tornando-se tema de interesse da emergente antropologia histórica. Destarte, segundo Burke (2002, p. 76), a história das mulheres oferece uma nova perspectiva sobre o passado, uma vez que, anteriormente, elas eram invisíveis para os historiadores, sendo subestimado seu trabalho diário, sua influência econômica e política.

Scott (1995) ressalta a década de 1970, como momento importante para o reconhecimento da mulher, com o ressurgimento dos movimentos políticos a favor dos direitos da mulher. Esse período foi de destaque para a mulher, pois pela

primeira vez as Nações Unidas motivou políticas governamentais em benefício do sexo feminino.

Ocorreram mudanças significativas para as mulheres no século XIX, tanto na Europa quanto na América. Foi um século de luta na busca dos direitos de igualdade aos homens. O patriarcalismo no Brasil, ainda era intenso nesse período, pois tinha como base o meio de produção escravocrata. Podemos verificar que também ocorreram mudanças nas questões relacionadas à educação das mulheres.

A primeira lei referente à educação feminina, que data de 1827, menciona que as meninas podiam freqüentar a escola somente até o nível elementar, sendo-lhes vedado o ingresso nas instituições de ensino superior. Dava-se destaque às prendas domésticas, como a costura, em detrimento da escrita e aritmética que, aliás, era diferente da aritmética ensinada aos meninos.

Destacamos a instrução das mulheres da elite, que era ministrada em suas próprias residências. Entendia-se por instrução feminina a dança, a leitura, a escrita e o aprendizado de piano. Os livros eram escritos de maneira especial as leitoras, não demandando de empenho de reflexão e compreensão. As obras tratavam especialmente o amor, já que o ideal para maioria das mulheres era o casamento. Dessa maneira, em sua maioria, as obras não tinham nenhum teor de análise crítica da sociedade ou conteúdos científicos (SOUZA & BALDWIN, 2000).

Na segunda metade do século XIX, segundo Franco (2004), a instrução tornou-se mais acessível às mulheres que tiveram a oportunidade de cursar o ensino primário e secundário. Com nível mais elevado de instrução elas podiam se dedicar ao magistério, validando a idéia de que a mulher seria por natureza uma educadora. Assim, devido a sua candura, serenidade e compreensão a mulher passou a representar o padrão ideal para o exercício do magistério. Pois o homem autoritário da época poderia gerar medo às crianças.

Enquanto as políticas e as teorias pós-modernas trabalham com as ideias da possibilidade do fim da história, do social e do político, a crítica feminina insiste, contrariamente, na articulação de suas questões com as determinações históricas e políticas. Se os primeiros falam da crise da representação e da morte do social, o segundo fala exatamente da necessidade de uma luta pela significação. Mesmo não sendo excludentes, os dois discursos apontam com clareza para diferentes campos de contestação (HOLLANDA, 1994. p. 10).

Conforme Vasconcelos (2005), a contribuição feminina para a construção da história da humanidade passou a ser destaque nas pesquisas acadêmicas, a partir da década de 1980. Assim, o conceito de gênero tornou-se amplamente utilizado para distinguir as relações entre homens e mulheres, partindo do pressuposto de que a formulação de uma história das mulheres necessita dos estudos acerca das inter-relações entre os dois sexos.

A assimilação do gênero como categoria de análise na historiografia, tem procurado destacar as diferenças a partir do reconhecimento de que a realidade histórica é social e culturalmente constituída, tornando-se um pressuposto do pesquisador que procura incorporar essa categoria, permitindo perceber a existência de processos históricos diferentes e simultâneos, bem como abrir um leque de possibilidades de focos de análise.

O termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (SCOTT, 1995, p. 75).

Entendemos a categoria gênero como construto social que baliza os papéis desempenhados pelo gênero feminino e masculino na sociedade. No entanto, essas balizas mudam conforme o período histórico e a sociedade a qual os estudos são elaborados. E, também, não é algo restritivo, que dependa da questão biológica entre os sexos, porque uma pessoa pode ter determinado sexo e adotar para si o gênero oposto.

Nesse sentido, O sistema patriarcal e sua ideologia impregnam a sociedade. Na ordem patriarcal de gênero, o poder é exercido por quem for homem, branco e heterossexual. A sociedade é perpassada não apenas por discriminações de gênero, como também de raça, etnia, classe social e orientação sexual. Dessa forma, a grande contradição da sociedade atual é composta pelo nó patriarcado, racismo e capitalismo (SAFFIOTI, 2004).

Para Saffioti (2004), o patriarcado é um caso específico de relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. A autora defende que, dentro do binômio dominação/exploração da mulher, os dois pólos da relação possuem poder,

mas de maneira desigual. A menor parcela de poder cabe ao sexo feminino, dentro de uma relação de subordinação, permite que as mulheres questionem a supremacia masculina e encontrem meios diferenciados de resistência.

Um novo entendimento sobre as mudanças sociais é necessário porque as contribuições femininas e os direitos femininos têm sido um tema central nos papéis sociais, econômicos e políticos mundialmente [...] é preciso que se aplique este foco também no Brasil, e que essa análise seja interdisciplinar. [...] a mulher pobre tem sido silenciada e excluída na teoria e prática psicológica. [...] Embora cada cultura experimente uma realidade social única, nós estamos interligados. Se vivemos no Brasil, na Europa ou nos Estados Unidos, nós vivemos em uma comunidade cada vez mais pluralista devido à imigração, à economia globalizada e aos avanços tecnológicos (SOUZA & BALDWIN, 2000, P. 485).

Enfatizamos que o sexo feminino é o principal alvo das três contradições fundamentais que embasam a sociedade. A mulher é, primeiramente, discriminada por ser mulher, como se essa condição a tornasse incapaz ou imperfeita. Se não pertencer à cor branca, sofrerá mais preconceito. A herança histórica do escravismo ainda é dominante em uma sociedade onde a cor da pele, muitas vezes, vira sinônimo de caráter. Da mesma forma, a mulher pertencente às classes mais baixas da sociedade é ainda menos valorizada como mulher e mais marginalizada se for negra, e igualmente excluída pelo seu baixo poder econômico.

Desse modo, não há separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista. Saffioti (2004) destaca que, apesar dos progressos femininos na busca por emancipação, a base material do patriarcado não foi destruída.

Nesse sentido, entendemos que a condição econômica das mulheres negras não mudou muito desde os dias de escravidão; ou seja, as mulheres negras têm menos educação formal e tendem a ocupar empregos que pagam menos, tais como: os empregos na indústria, ou como, empregadas domésticas. No entanto, devemos ter cautela para não generalizar os papéis de gênero dos negros (SOUZA & BALDWIN, 2000).

O trabalho doméstico, seja remunerado ou não, é essencial para o andamento geral da economia capitalista e para a geração de riquezas em nível internacional. Quando remunerado, chamamos de emprego doméstico e caracteriza-se como importante fonte de ocupação para muitas mulheres, sendo porta de entrada no mercado de trabalho especialmente para as mais pobres. Apesar de sua contribuição à sociedade como um trabalho importante para o funcionamento dos

domicílios, e também para a economia mundial, é mal regulamentado, e não possui os mesmos direitos trabalhistas definidos em lei para as demais categorias de trabalhadores e trabalhadoras.

A reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais (HONNETH, 2003, p. 155).

A despeito dos avanços femininos na conquista dos espaços trabalho e de uma divisão de papéis mais igualitária no espaço doméstico, a mulher ainda é a medula responsável pelos cuidados do lar e da criação dos filhos. A ideologia patriarcal permanece enraizada no imaginário coletivo. Por isso, muitos homens têm dificuldade de adquirir funções no âmbito familiar que culturalmente são designadas às mulheres.

As relações de gênero são construções sócio-culturais, produto de um processo social que se dá em todas as instâncias sociais em que existem formas e modos de opressão de gênero que se realizam culturalmente e tomam formas específicas em cada momento histórico.

Para Nobre (2003, p. 207), “[...] o reconhecimento da contribuição das mulheres na produção de riquezas e na promoção do bem-estar das sociedades, o que implica sair de uma lógica monetária, de maximização do lucro e acumulação de capital”.

Infelizmente, no Brasil, até mesmo nos movimentos para mudar os papéis e os direitos da mulher, observa-se a imagem de Maria, mulher que luta duramente contra a opressão patriarcal na sociedade capitalista. Não obstante a resistência que acompanha o modelo de Maria, este mesmo paradigma serve de caminho para romper com esse modelo cultural em declínio e base de poder para mulheres, especialmente no âmbito do lar e do trabalho.

Para Souza-Lobo (2011, p. 251), os acessos de construção dessa nova identidade podem ser torturantes, mas as práticas surpreendedoras das mulheres sugerem que:

Quando os velhos modelos são postos de cabeça para baixo, quaisquer que sejam as razões que desencadearam as mudanças e apesar dos efeitos perversos que acompanham muitas “opções”, as mulheres já não são mais as mesmas. Se foram trabalhar por necessidade, se viraram chefes de família porque foram abandonadas, se são donas de casa porque não conseguem se profissionalizar, o importante é que muitas também se descobriram como pessoas, como sujeitos de suas vidas e, por isso mesmo, estão dispostas a deixar o conforto ambíguo da esfera privada para enfrentar o mundo lá fora e para inventar novos sonhos (SOUZA-LOBO, 2011, p. 251).

Assim sendo, os conflitos intersubjetivos por reconhecimento, iniciados por situações desrespeitosas vivenciadas cotidianamente, são básicos para o desenvolvimento moral da sociedade e dos indivíduos.

O desrespeito pode tornar-se impulso motivacional para lutas sociais, à medida que torna evidente a existência de outros atores sociais que impedem a realização daquilo que se entende por bem viver.

A luta por reconhecimento é motivada por uma força moral que promove o desenvolvimento social. Uma das dimensões do reconhecimento dá-se no domínio das relações de solidariedade que proporciona algo além de um respeito universal.

Parafraseando Honneth (2003), a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco. Buscamos mostrar, através do célebre pensador, que para conquistarmos uma autorrelação inquebrável, as pessoas precisam alcançar o reconhecimento da estima social que admite aludir, positivamente, suas propriedades e capacidades concretas.

Assim, o interesse em problematizar a realidade social a partir de uma problemática de gêneros reside justamente no fato de que sob essa perspectiva se coloca a questão das relações entre os sujeitos e as práticas sociais.

Concebemos a mulher objeto de investigação, porque julgamos o sexo um conceito analítico válido, porque o consideramos categoria social. No sentido de que a experiência e existência da mulher como grupo social diferente do homem se deve a fatores sociais e não naturais ou biológicos, apenas nessa perspectiva pode o sexo constituir-se um conceito operante (LOPES, 1989).

Para Touraine (2007b, p. 213):

O que estamos vivendo é a inversão do modelo clássico da modernidade, tão fortemente polarizado. As categorias dominadas – o povo, os trabalhadores, os colonizados, as mulheres – transformaram-se em movimentos sociais, que cortaram o laço de dependência que fazia delas escravos de um senhor. No final do período dos grandes conflitos animados por estes movimentos sociais, a modernização, tal como a conheceu de energia, dissolveu-se no universo do consumo e do prazer, que já não é mais capaz de produzir ideias verdadeiramente criativas, e tampouco de suscitar novos conflitos. Os outros caminhos da modernização, por terem sempre conservado a ideia de que o novo não se faz somente com o novo, mas também com velho, podem escapar deste esgotamento que atinge sobretudo o ocidente, porque este levava até ao fim a acumulação, a polarização, o confronto dos extremos opostos (TOURAINÉ, 2007b, p. 213).

A dinâmica dos movimentos não só rompe com as formas institucionais de reivindicação, mas rompe também com as formas internas de constituição dos grupos em ação na sociedade, estabelecendo novas relações entre indivíduos, grupos e sociedade.

De acordo com Touraine (2007b, p. 228), “[...] as lutas em que as mulheres desempenham um papel central não visam substituir a dominação masculina por uma dominação feminina, mas tampouco fazer triunfar o espírito de consumo no qual todas as relações de dominação se dissolvem”.

As relações de gênero, enquanto construções sócio culturais permite-nos visualizar outras formas e modos de viver em sociedade. Conforme Touraine (2007b, p. 212), “Uma sociedade de mulheres”. Sororidade significa a irmandade entre mulheres. Onde há duas mulheres unidas, priorizando uma à outra em relação aos homens, se apoiando mutuamente, há sororidade. Na sororidade a prioridade somos nós, mulheres. O objetivo fundamental é tirarmos umas às outras das margens e nos centralizarmos.

Pesquisas sobre relações de gênero apresentaram a importância do trabalho feminino, seja para a emancipação das mulheres em relação aos seus pares do sexo masculino, ou para o sustento das famílias, principalmente, às das classes de baixa renda. Entretanto, nem sempre esses estudos revelam que, nos processos econômicos o exercício da sororidade está correlacionado a um modo de ser das mulheres.

3.2 TRABALHO E LIBERDADE

O homem nasceu para a felicidade e para a liberdade, entretanto é escravo e infeliz. A sociedade tem como objetivo a conservação dos seus direitos e o aperfeiçoamento do seu ser e, em todos os lugares a sociedade o degrada e o oprime. Chegou o momento de lembrá-la dos seus verdadeiros destinos: o progresso da razão humana prepararam a esta grande Revolução e é sobre vocês que é imposto o dever de acelerá-la. Até agora a arte de governar resumiu-se à arte de explorar e de submeter a maioria em proveito da minoria. Reis e aristocratas defederam bem seus interesses. Cabe a vocês mudar a situação. Isso é, fazer os homens felizes e livres através das leis (ROBESPIERRE, 1965, p. 16).

E o trabalho é uma atividade:

Mediadora que consiste em produzir e adquirir meios particularizados apropriados a carecimentos igualmente particularizados. Pelo trabalho, o homem diferencia, por meio de procedimentos variados, o material que a natureza lhe oferece imediatamente para adaptá-los a fins múltiplos. Esta transformação efetuada pelo trabalho dá ao meio o seu valor e sua utilidade, de modo que o homem utiliza essencialmente para seu consumo os produtos do trabalho humano e dos esforços humanos (HEGEL, 1982, p. 223).

Iniciamos a reflexão a partir destes dois fragmentos, pois eles traduzem os significados que, de certo modo, marcaram a ambiguidade moderna naqueles elementos de fé na racionalidade, na ciência. São eles que sustentaram a crença modernista da mudança permanente e no desenvolvimento contínuo e progressivo das forças produtivas, cabendo às empresas, às escolas e universidades fornecerem os processos socializadores e os códigos legitimadores pelos quais se continuará a compreender o fazer e a produzir o que se faz.

Este modo de compreender o trabalho (fazer e produzir) continua o mesmo e é legitimado a partir de um modelo de cultura e civilização (GIROUX, 1993). São mudanças que redefinem as relações de produção e tornam presentes a interdependência crescente das esferas econômica, política e cultural dentro das organizações (empresas). Com efeito, essas mudanças do processo produtivo se objetivam, no interior das empresas, em níveis e registros diferentes e concorrem para que este processo modernizado nas empresas seja entendido, apenas, como uma questão de desempenho técnico.

Entendemos que a realidade do mundo do trabalho, nos seus aspectos materiais e imateriais, apresenta-se de modo plural, podendo ser incompreendida em função dos pressupostos ideológicos de quem analisa, até porque a maneira pelo qual as pessoas trabalham entendem e escapam do real, designando claramente a sua realidade utópica.

A dificuldade de entendimento desse processo, a nosso ver, dá-se pelo fato do trabalho ser analisado apenas a partir da sua perspectiva economicista, que destaca e põe em evidência a dimensão utilitária a qual salienta os aspectos financeiros e/ou técnicos, percebendo o processo de trabalho como um agenciamento (práticas) capazes de recolocar o aparelho produtivo (as empresas) no sistema econômico mais global. No entanto, na perspectiva sócio-política, esse processo é entendido apenas como um conjunto de ações apelando à variável do racionalismo que traduz a substituição dos homens pelas máquinas.

Nossa hipótese de trabalho parte da seguinte constatação: o trabalho enquanto processo coletivo engendra espaços para relações sociais emancipadas e autônomas dos sujeitos sociais, na medida em que constrói outra agenda social (inclusão, sociabilidades plurais) centrada e/ou fundada na liberdade que possibilita outras formas de participação social e do controle social.

Sendo assim, faz-se necessário explicitar os constructos teóricos do trabalho que permitem compreender, no espaço de construção social complexo, a coexistência de realidades não lineares e paradoxais, identificando quais são as que podem ser percebidas de modo totalmente diferente.

Sabemos que o conceito de trabalho não é homogêneo podendo ser incompreendido em função dos pressupostos ideológicos de quem analisa.

Por isso, este artigo, caracterizado como teórico e exploratório, parte do pensamento de Karl Marx e de Hannah Arendt como estratégia heurística para propor uma reflexão sobre o conceito de trabalho. Pretende-se, ao relacioná-los avançar no sentido de um maior entendimento do conceito de trabalho que precisa ser ressignificado a partir do que pode ser liberdade em um mundo globalizado.

Tal fato se deve, principalmente, porque a partir do crescimento da internacionalização da economia se percebe um duplo movimento: de um lado intensificou-se a reorganização dos fatores produtivos e os modos de gestão empresarial com a finalidade de compatibilizar a organização com padrões internacionais de qualidade e produtividade, e de outro se perdeu a capacidade do

“pensar sem corrimão”, isto é, do pensar livre que pouco pode fazer frente ao fundamentalismo economicista.

Fundamentalismo que se materializa no modo como as organizações adotam novas formas de gestão de trabalho, nos seus produtos e nos seus processos de produção, inovando na preocupação de se ajustar com as exigências mundiais. É lógico pensar que o uso da tecnologia tem significativas implicações nos processos de trabalho e condicionam o modo como cada um pensa e entende o trabalho.

Deste modo, a maneira pelo qual as pessoas compreendem o trabalho designa claramente a sua realidade utópica. Marx caracteriza o trabalho como a interação do Homem com o mundo natural, isto é, o trabalho é a forma pela qual o homem se apropria da natureza a fim de satisfazer suas necessidades. Nesse processo a atividade humana é materializada ou objetivada em valores de uso.

O processo de trabalho [...] é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas (MARX, 1982, p.153). Os meios de produção constituem-se dos objetos e dos meios de trabalho através dos quais o trabalho se exerce (ferramentas e máquinas). Esses resultam de processos de trabalho anteriores, e seu caráter está relacionado ao grau de desenvolvimento do trabalho e às relações sociais.

Na Ideologia alemã, Marx e Engels (2002) sinalizam que o trabalho é o conjunto de processos em que o homem, por sua ação, media, regula e controla a Natureza, ou seja, o trabalho se apresenta como algo construído e não dado aprioristicamente, pois é o primeiro ato histórico de produção dos meios que permitem a satisfação destas necessidades (comer, beber, vestir-se), a produção da vida material.

Para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje, como há milhões de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida (MARX E ENGELS, 2002, p. 21)

Assim, os verdadeiros problemas da humanidade não são as ideias errôneas, mas as contradições sociais reais e que as ideias são consequências da realidade. Por isso, devemos entender que trabalho, em Marx, não pode ser analisado

somente segundo aspectos técnicos, por seu conteúdo material, mas deve ser analisado segundo sua forma sócio-histórica; deve ser analisado sob o aspecto social, junto com a forma valor, pois ele é a substância do valor enquanto forma social do produto do trabalho.

Trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade do trabalho (MARX, 2007, p.48).

A crítica à economia política feita por Marx apresenta o trabalho enquanto processo e como condição natural da vida que não pode ser independente das organizações sociais, pois este processo de domínio do homem sobre a natureza é um processo que deixa de ser um processo individual para ser um processo social de produção (coletivo).

É importante destacar esses elementos, porque, em Marx, a análise do processo de trabalho a partir dos seus elementos simples ou abstratos (atividade orientada para um fim, objeto de trabalho e instrumentos de trabalho) não se esterelizam, uma vez que vinculam o resultado da produção àquilo que é proposto na sociedade capitalista: o objetivo final passa a ser a produção de valores de troca (reprodução e valorização do capital).

Se nas sociedades sem classes, o homem estava organicamente ligado à natureza e a sua produção voltada diretamente à satisfação das necessidades da comunidade – valores de uso – agora, na sociedade capitalista, o objetivo passa a ser a produção e os valores de troca.

A liberdade nas sociedades capitalistas pressupõe algumas condições históricas: um trabalhador livre para trocar sua força de trabalho por dinheiro e a separação do homem dos meios necessários para a sua reprodução material.

Marx (1985) revela que, na sociedade capitalista, a liberdade não é apenas positiva, mas também negativa. Trata-se de uma liberdade contraditória, na qual os indivíduos aparecem como livres e não livres ao mesmo tempo.

Desta maneira, no capitalismo, o trabalhador é reduzido a mero produtor de valor de troca, o que implica a negação de sua existência natural, ou seja, significa afirmar que o trabalhador e, conseqüentemente, a sua produção estão determinados totalmente pela sociedade.

Reiterando, o conceito de trabalho, na perspectiva marxista, está subordinado ao sistema capitalista e ao propósito de reproduzir e expandir o domínio material e político da classe capitalista. Nessas condições, a maioria da população está separada dos meios de produção e de subsistência e, por conseguinte, sua única maneira de ingresso ou integração social é o trabalho assalariado.

Com diz Marx é:

Tanto um processo de produção das condições materiais de existência da vida humana, quanto um processo que se desenvolve através de relações específicas, histórico-econômicas, de produção, o conjunto dessas mesmas relações de produção e, portanto, o processo que produz e reproduz os expoentes deste processo, suas condições materiais de existência e suas mútuas relações, isto é, sua forma econômica determinada de sociedade (MARX, 1980, p.27).

Assim, o trabalho, enquanto categoria social no capitalismo, assume certas equivalências que dão a impressão de que ele só se torna social quando é possível a troca. Dito de outro modo: torna-se social apenas quando os produtos do trabalho assumem materialmente a sua forma de mercadoria.

O fetichismo da mercadoria significa que este caráter social do trabalho não é transparente e o trabalho não é percebido como social, porque é produzido não para o consumo individual do seu produtor para a venda, é produzido para outros e é na troca que o valor se manifesta.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivadas nos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais dessas coisas e, por isso, [...] como uma relação social existente fora deles (MARX, 1985, p.71).

Entretanto, para Marx, o trabalho não é só aquela atividade que promove a transformação da natureza, mas uma atividade previamente idealizada que promove a transformação do próprio homem.

Uma aranha executa operações semelhantes à do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele constrói favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que, já do início deste, existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente (MARX, 1985, p.149-150).

Entendemos que os animais também promovem a transformação da natureza para satisfazer suas necessidades, mas o homem transforma a natureza para satisfazer necessidades socialmente determinadas e de forma previamente idealizada. A práxis dos seres humanos é previamente determinada de forma consciente, é exatamente isso que diferencia a práxis humana.

Nesse sentido, a vida social, política e intelectual é condicionada pelo modo de produção da vida material, da mesma forma a consciência do homem é determinada pelo seu ser social, pela forma de organização social na qual o indivíduo vive. Assim, o mundo, no qual o homem vive, é um produto histórico mediado pelo trabalho.

Assim sendo, é na radicalidade do pensar, o trabalho, o componente de liberdade da condição humana emerge. Privilegiando o trabalho como atividade pública, plural e autônoma de deliberação e de iniciativa Arendt (2007), concorre para a distinção entre trabalho (labor), obra (work) e ação (action) a partir de uma variável: o tempo, isto é, da durabilidade dessas diferentes atividades humanas.

Arendt (2007) faz uma distinção entre três atividades humanas fundamentais: trabalho (ou fabricação, ação; a estas três atividades correspondem três condições humanas: vida, pertencer ao mundo (mundanidade) e pluralidade. Considera ainda uma distinção entre duas esferas da vida humana: a esfera privada (corresponde a este espaço as atividades do trabalho e da obra) e a esfera pública (corresponde a este espaço a atividade da ação).

O trabalho que tem por equivalente - labor, arbeit, travail - é considerado como sendo:

A atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo, e eventual declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas pelo trabalho para alimentar o processo da vida. A condição humana do trabalho é a própria vida (ARENDR, 2007, p. 09).

Trata-se, portanto, de uma atividade cuja única finalidade é satisfazer as necessidades básicas da vida e que não deixa nenhuma marca durável, uma vez que o seu resultado desaparece com o consumo. Ao contrário, a obra ou a fabricação (work, wek ou das Herstellen, l'oeuvre, l'oeuvrer) é a atividade que corresponde à não naturalidade (ao artificialismo) da existência humana, que não

está incrustada no ciclo da vida preocupado apenas pela sobrevivência a curto prazo.

O trabalho é a atividade que corresponde ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo "artificial" de coisas nitidamente diferentes de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras, habita cada vida individual, embora a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição do trabalho é a mundalidade (Arendt, 2007, p. 15).

Trabalho para Hannah Arendt (2007) é uma atividade que possui um começo preciso e um fim determinado – um objeto durável – que não é consumido imediatamente, mas é utilizado para fins que não propriamente os da vida biológica. Desta maneira, a distinção entre trabalho e obra assinala, uma diferença fundamental entre uma atividade que corresponde ao processo criativo humano ou uma atividade ligada à necessidade vital e à produção de bens de consumo.

Destarte, a atividade se caracteriza pela natureza transitória das coisas produzidas em função da subsistência, enquanto que aquela (de fabricação de objetos de uso) aponta para uma atividade que constitui-se no reino do durável: da cultura. E, é justamente a ausência desta distinção entre trabalho e obra em Marx que permite a partir da perspectiva Arendtiana ressignificar o conceito de trabalho.

O trabalho produz um mundo artificial de coisas nitidamente diferente de qualquer ambiente natural e é esta condição (humana) do trabalho – ser mundano – que transcende a todas atividades individuais na medida em que passa a ser desenvolvido na pluralidade (por homens); daí a sua relação política.

Nesse sentido, a concepção de trabalho Arendtiana passa a ser fundamental para entender de que forma trabalho e liberdade se articulam. Ao diferenciar-se de labor (na qual o homem está sujeito aos processos da vida diária e fixamente tomado por eles e determinado pelos instrumentos e ferramentas que emprega) e trabalho enquanto processo de uma coletividade na qual os instrumentos podem assumir um caráter e uma função mais do que meramente instrumental, emerge a noção de liberdade a ser exercida no espaço público (das trocas) que exige e possibilita a criatividade.

Entendemos que a implementação do movimento econômico-político-ideológico neoliberal tem como orientação uma concepção de trabalho limitada e

restrita à disciplina ao treino e à preparação para o mercado de trabalho, objetivando, apenas, a garantia de um nível mais elevado de empregabilidade¹⁸.

Dessa forma, nossa finalidade é correlacionar à atividade de trabalho à liberdade e à satisfação das necessidades básicas de sobrevivência dos indivíduos, onde se priorize o reconhecimento individual e coletivo das pessoas na busca da clareza conceitual, necessária para não cairmos nas armadilhas organizadas pelo capital.

Assim, o que é paradoxal, quando se analisa o fenômeno social trabalho, é o fato de que apenas os jovens se reconhecem “livres” e que o trabalho, enquanto espaço social de materialização de modos de ser, apresenta-se como uma ficção.

Ficção porque a noção de indivíduo, que não deveria ser apenas um lastro, mas um ponto de partida, é muitas vezes a linha de chegada para explicar a percepção de um processo que é plural e coletivo (cidadão).

A apropriação da ideia de liberdade feita pelo capitalismo e pela cultura do consumo concorre para o fato da liberdade ter por equivalência a escolha entre opções disponíveis, isto é, opções disponíveis no mercado. E que somente as escolhas realizadas e consumidas atestam estilos de vida do indivíduo que por esse meio evidencia a sua liberdade.

Esta concepção de liberdade individual, como exercício da escolha, promove a despolitização do conceito de liberdade e do trabalho enquanto processo plural.

Ausência ou perda da consciência dos fatos políticos tem a ver com a desvinculação do ato com questões coletivas que ultrapassam o indivíduo que, naquele momento, realiza a sua escolha.

A valorização da liberdade individual (liberal) tira o problema do campo político, do embate de posições conflituosas e da luta por questões coletivas, restringindo-a à redoma da vida privada em que o isolamento dos indivíduos oferece uma sensação enganosa de segurança.

Ao abrir mão da esfera pública, discussão, conflito, disputas – perde-se a possibilidade de materializar a liberdade proposta no trabalho consciente e criativo que transforma o mundo, não de forma instrumental, mas através de processos regulatórios (leis, políticas públicas) e por isso mesmo mais democráticos.

¹⁸Conceito do Consenso de Washington.

Nesse sentido, trabalho e liberdade não são apenas inflexões possíveis, mas correlações necessárias para que um outro sentido de liberdade diferente da liberdade como escolha individual.

É a noção de liberdade junto com o trabalho que introduz a noção de possibilidade objetiva, onde o possível não é apenas alguma coisa sentida ou percebida subjetivamente por nós, mas é , sobretudo, alguma coisa inscrita no coração das pessoas.

Mesmo porque como diz o poeta:

“A gente não quer só comida, A gente quer comida, Diversão
e arte A gente quer a vida, Como a vida quer...” Titãs

4 UM PARADIGMA EMERGENTE: A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A VISIBILIDADE DO FEMININO

A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (FREIRE, 1980, p. 26).

O fragmento de texto aponta, sinaliza e indica os elementos constitutivos de um modo de pensar as relações sociais. No caso das mulheres que trabalham nos espaços da economia solidária se faz necessário identificar estes elementos para assim compreender até que ponto uma práxis – um fazer econômico – pode estar carregado de inovação.

Nunca na história da humanidade foram produzidos tantos bens e serviços de interesse coletivo, mas nunca houve tamanha injustiça no seu acesso e fruição (CATTANI, 2003, p. 09).

Temos assim materializado a não consumação do sonho da modernidade, pois como bem pontua Singer (2004), o modo de produção capitalista não só está longe de alcançar a totalidade das economias contemporâneas, como também não dá conta de incorporar outros modos de produzir a riqueza que existe na produção das simples mercadorias, das unidades autônomas de produção familiares.

Em verdade se faz necessário falar em economias plurais, pois ao lado da economia pública, constituída por empreendimentos estatais que prestam serviços ou fornecem bens, sem tomarem preços de mercado, existe outra economia: a economia doméstica e feminina formada pelas atividades produtivas e distributivas realizadas nos domicílios. Esta, por sua natureza, caracteriza-se por ser solidária, visto que se organiza de modo autogestionário, na ação coletiva, na ação direta e propõe outras formas de sociabilidade não baseada no crédito ou no consumo.

Assim como Mauss (2003), entendemos que a dádiva, que hoje tem sido recuperada como matriz analítica de relevante atualidade para se pensar os fundamentos da solidariedade, na sociedade contemporânea, pode ser essencial para interpretação dos fenômenos sociais. Se o valor das coisas não pode ser superior ao valor das relações sociais, então na forma ou no modo diferenciado do mercado de produzir a riqueza pode estar o elemento decodificador de novos modos de ser na atualidade.

Por isso, compreender como as mulheres produzem e fazem suas trocas, a partir do artesanato, pode estar o ponto de inflexão para a contemporaneidade, pois há a constatação do fato de que artesanato e trocas não são apenas coisas do passado. A lógica mercantil moderna não substituiu as antigas formas de constituição dos vínculos e alianças entre os seres humanos (GODBOUT & CAILLÉ, 1999).

[...] a dívida não é uma mera teoria, mas um poderoso recurso paradigmático para compreender a formação, a natureza e a permanência dos vínculos sociais. Por isso, o paradigma da dívida constitui importante recurso para o processo de procura de respostas a questões que estão à espera de soluções em particular a de saber que orientação a crítica antiutilitarista deve tomar na presente conjuntura mundial (MARTINS & NUNES, 2004, p. 12).

Tanto isto é plausível que França Filho & Laville (2004), hoje, observam que em diferentes lugares do mundo há um aumento significativo de iniciativas autônomas de grupos organizados na sociedade civil com a finalidade de produção das atividades econômicas de modo diferente do atual praticado no mercado. E um traço comum desses grupos é a solidariedade se constituir no centro da elaboração das atividades econômicas. Porque é precisamente esse outro entendimento ampliado da dinâmica econômica, mais geral, que nos permitirá entender melhor o processo singular de uma economia solidária que tende a reunir diferentes lógicas em interação.

Torna-se cada vez mais importante identificar que lugar tem a dívida no sistema econômico capitalista, visto que a economia da dívida não se baliza pelas relações de produção, como no caso do capitalismo, mas pelas relações de solidariedade que tece e reproduz. Compreendemos que a reciprocidade é “[...] o relacionamento básico entre os que trabalham na economia solidária, na medida em que todo tipo de associação autogestionária tem por fundamento a ajuda mútua, que não passa dum sinônimo da economia solidária” (SINGER, p. 7, 2004).

Como estratégia de superação e enfrentamento aos diversos problemas econômicos e sociais gerados pelo capitalismo, a Economia Solidária (ES) se apresenta como espaço plural e democrático que, no reorganizar relações sociais, políticas e econômicas, propõe outro modo de fazer econômico. “O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção” (SINGER, 2010, P. 11).

A economia solidária é uma corrente de pensamento e de ação que visa recuperar o sentido social e ético da economia para enfrentar a desigualdade, a pobreza e a exclusão social. Ela está constituída por grupos, associações, formas de produzir e consumir que estão correlacionadas às práticas de solidariedade novas ou antigas.

Para SARRIA ICAZA (2008), a economia solidária surge como uma forma de organização econômica social, a qual estimula, nos sujeitos, um pensamento crítico frente às questões políticas, econômicas, sociais e culturais desenvolvidas no modelo de acumulação capitalista.

Conforme Souza-Lobo (2011), o estudo das cooperativas e do trabalho associativo, dos estudos sobre trabalho informal, onde se encontra um maior número de mão de obra feminina, são temas de pesquisa desenvolvidos nos últimos vinte anos. No âmbito do trabalho solidário, os grupos de produção são constituídos na sua maioria por mulheres. “No centro da esfera doméstica encontra-se a mulher. Ela foi ao longo do tempo o símbolo da dádiva” (GODBOUT & CAILLÉ, 1999, p. 22).

Compreendemos como rede de economia solidária, as diferentes formas e fazeres de organização econômica, criadas a partir da livre associação de trabalhadores e trabalhadoras, fundamentados nos princípios da autogestão, cooperação, reciprocidade, solidariedade e bem-comum.

Na rede de economia solidária desenvolvem atividades nos âmbitos da produção ou da prestação de serviços, comercialização e do crédito, sendo que esses empreendimentos têm, como distinção, unir indivíduos que não são incluídos no mercado de trabalho e de ligar pessoas que lutam por seus ideais à procura de escolhas coletivas de sobrevivência.

Nesse sentido, a rede de economia solidária tende a se constituir num espaço por excelência de visibilidade feminina, porque não está embasada nas regras do mercado: essas mulheres compartilham outro modelo que não o do cálculo e da lógica utilitarista.

Os espaços de solidariedade são aqueles dominados por outros fins, por outros valores e por outras práticas. Na solidariedade se reafirma a importância de um fazer que tenha na emancipação e autogestão, uma proposta diferenciada, porque se constitui em relações sociais que não são reduzidas a relações de interesse econômico.

[...] não há como olvidar que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo (SINGER, 2002, p. 127).

As experiências fundamentadas nos princípios solidários não são fenômenos novos na história, pois nas últimas décadas ocorreu reestruturação pelo interesse no tema. “A essência dessa sociedade civil está fundada na repartição do ganho, na união de esforços e no estabelecimento de outro tipo de agir coletivo, que tem na cooperação qualificada a implementação de outro tipo de ação social” (ALBUQUERQUE, 2003a, p. 15).

Destacamos uma concepção política, cuja ideia de economia solidária resgate conceitos cooperativistas e autogestionários originalmente estabelecidos por experiências associativas de trabalhadores do século XIX. A economia solidária também age na esfera pública, em função dos problemas concretos que são levantados na sua prática. Assume uma forma de ação política, pois supõe mudanças institucionais, que ocorrem num processo cotidiano, em que se exprimem outros valores e lógicas associadas ao trabalho econômico gerado na organização coletiva democrática.

No entanto, muitos empreendimentos econômicos solidários, especialmente os formados por mulheres, são ocultos atualmente. A sociedade contemporânea pode ser determinada como um sistema de produção, “[...] e caberia esperar, em tal contexto, que o *status* do produtor fosse glorificado. Ora, é exatamente o contrário que ocorre. Desde o início da industrialização e até mesmo do advento do comércio, fez-se tudo para desvalorizar aquele que produz diretamente” (GODBOUT & CAILLÉ, 1999, p. 105). Abarcamos que é nesse sentido que se constitui a invisibilidade das mulheres, no trabalho profissional e doméstico e, em especial, na vida cotidiana.

4.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Nesse momento, vamos destacar as categorias analíticas que se evidenciaram durante o processo de pesquisa, entretanto, elas não são fixas e nem definitivas.

Dessa forma, as categorias emergentes da luta por reconhecimento dos saberes das mulheres da rede de economia solidária vão se constituindo como base para compreender a tese, sendo necessário considerar a conjuntura político, social econômica e educacional no contexto histórico da sociedade capitalista e patriarcal.

4.2 A SORORIDADE

Para Simmel (2006), não dá para entender a sociedade como uma entidade psíquica independente da mente individual. Pois toda reflexão depende de certas suposições referentes à natureza da realidade. Destacamos que nos apoiamos nessa concepção teórica, porque entendemos que em sua estrutura há elementos que dialogam com a teoria marxista.

Dessa maneira torna-se necessário distinguir, em todo processo da sociedade, um conteúdo e uma forma. No entanto, não devemos esquecer que a forma é parte do processo societal. Assim, a realidade não se encontra apenas na matéria, mas também, no que dá forma à matéria. Nesse sentido, a sociedade é muito mais do que os indivíduos que a compõem (SIMMEL, 2006).

Nessa perspectiva, a sociedade é uma unidade objetiva expressa nas relações recíprocas entre os elementos humanos que a integram. Essas relações são de todos os tipos, inclusive aquelas do cotidiano: como almoçar juntos, conversar uns com os outros, trocar correspondências, e-mails, entre diversas outras ações.

Simmel (2006, p. 60) define que o conteúdo constitui de certo modo, a matéria da sociação. A sociação é a forma a qual os indivíduos, seguindo os interesses os mais diversos “[...] sensíveis ou ideais momentâneos ou duráveis, conscientes ou inconscientes, soldam-se em uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam”.

Nessa perspectiva, a sociabilidade seria a forma autônoma, ou lúdica, de sociação, uma vez que para Simmel (2006, p. 62) a sociedade é “[...] estar com o outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais”.

Contudo, essas matérias que preenchem a vida e as motivações que a impulsionam, não são sociais. Assim, destacamos que o amor, a fome, a religiosidade etc., são fatores da sociação somente quando transformam indivíduos isolados em formas específicas de ser com e para um outro – formas que estão agrupadas sob o conceito geral de interação.

As formas que resultam desse processo recebem vida própria, sendo isentadas de todos os laços com os conteúdos, existindo por si só e pelo fascínio que disseminam pela própria liberação destes laços, como alude Simmel:

É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade. [...] não tem propósitos objetivos, nem conteúdos, nem resultados exteriores, ela depende inteiramente das personalidades entre as quais ocorre. Consequentemente, as condições e os resultados do processo de sociabilidade são exclusivamente as pessoas que se encontram numa reunião social, sendo seu caráter determinado por qualidades pessoais como amabilidade, refinamento, etc. A sociabilidade surge como uma estrutura sociológica peculiar, pois quaisquer dos atributos objetivos que os participantes possam ter – riqueza, posição social, capacidade excepcionais, etc. – fora da reunião particular em questão, não podem representar qualquer papel na sociabilidade (SIMMEL, 2006, p. 62-64).

Para Simmel (2006), os vínculos e laços afetivos perpassam as relações interpessoais e a intersubjetividade existente nos grupos, independentemente dos conteúdos econômicos, religiosos, ou outros, em razão do qual se constituíram.

Temos, então, a sociabilidade representada pela possibilidade que cada indivíduo tem em oferecer o máximo de valores sociais (de alegria, de realce, de vivacidade, etc.), compatível com o máximo de valores que o próprio indivíduo aufere.

Pensamos que esses conceitos se aproximam com a tríplice obrigação – dar, receber e retribuir, conexo ao paradigma da dívida. Por isso Caillé (2002), cita Simmel como um dos autores precedentes da reflexão sobre a dívida, realizada por Mauss (2003), tratando-o, portanto, como co-fundador do que define Paradigma do Dom.

Caillé (2002b) advoga a ideia de que uma das principais características da sociedade moderna está vinculada à crescente desconexão em estabelecer os dois tipos de sociabilidade. E explica, o primeiro é o da sociabilidade primária que considera as relações entre as pessoas como são ou devem ser mais importantes do que as funções que elas exercem. Isso pode ser entendido como o registro da

família, do parentesco e da aliança, da amizade. Na secundária, a sociabilidade é entendida como a de que os papéis funcionais dos atores sociais valem mais que sua personalidade.

Assim, como Simmel (2006), consideramos que a interação e equivalência de elementos são os traços fundamentais da sociabilidade. Para Caillé (2002, p. 191), “[...] entrar em associação é, antes de tudo, disponibilizar seu tempo e sua pessoa; portanto, existe um vínculo evidente entre a questão da significação da dádiva e a do estatuto da ação associativa”.

Para nós o conceito de sociabilidade está profundamente ligado ao conceito de sororidade. E, portanto, está em relação direta com a cultura de um povo, com seus costumes, valores e tradições.

Nesse momento apresentamos a categoria de Sororidade, porque nas entrevistas das mulheres veteranas da rede de economia solidária que vamos ver na sequência de nossa pesquisa, na parte seis, na compreensão dos resultados (páginas 103 a 143), já demonstra tal relevância.

Os fragmentos dos discursos dos sujeitos coletivos que seguem revelam a importância dessa categoria e corroboram para a organização do conceito de sororidade.

A maior parte da rede é mulheres, que vivem do artesanato. A mulher tem que trabalhar e tem que ter mais possibilidade de trabalho. Elas vivem do artesanato, os homens não, porque eles ainda estão presos ao capital. Nós trabalhamos coletivamente. Aprendi outras coisas, de vida completa, porque tu não se sente sozinha, uma ajuda a outra. Antes eu não tinha como trabalhar como se desenvolver, até a timidez que nós tínhamos que devido às muitas violências que muitas assim como eu sofríamos dos nossos maridos só que já estamos tendo outra possibilidade. Descobri que sozinha eu não ia para frente. Mudou a minha vida, porque quando você começa a participar do coletivo você começa a perceber que sua vida não é diferente daquelas outras, e que muitas delas passam situação pior que a sua. A gente era muito submissa. A economia solidária tem o foco não é só comercialização, mas sim o bem viver. Hoje eu tenho meu conhecimento, tenho formação, nós viajamos, agora tem mulher do grupo que é formada professora. Queremos que mais mulheres de esse grito de liberdade e de ser curiosa. Essa união entre as mulheres nós vamos longe basta nos dar oportunidade. As mulheres estão se sentindo mais valorizadas, principalmente as mais excluídas. A mulher tem que se conscientizar que ela é importante até na política. (Discursos dos sujeitos coletivos, quadros 15, 17, 20, 21, 22 e 23).

Os discursos dos sujeitos coletivos demonstram o apoio mútuo através do amor, do respeito, do bem viver, da amizade, da irmandade, da solidariedade, da dádiva, da fraternidade entre as mulheres. Ou seja, é a sororidade conduzindo a emancipação de cada mulher que se percebe como sujeito social capaz de decidir de forma autônoma e singular, caracterizando-se numa perspectiva integradora e de uma aprendizagem multidimensional da construção coletiva dos saberes das mulheres, tendo com fim a formação de sujeitos ativos e conscientes da realidade em que estão inseridos.

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá com objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “dês-vela” a realidade (FREIRE, 1980, p.26).

A conscientização, compreendida como processo de criticização das relações consciência-mundo, é condição para elevação do comprometimento humano diante do contexto histórico-social. No processo de conhecimento, o homem ou a mulher tendem a se comprometer com a realidade, sendo esta uma possibilidade que está relacionada à práxis humana. Sendo assim, é através da conscientização que os sujeitos assumem seu compromisso histórico no processo de fazer e refazer o mundo, dentro de possibilidades concretas, fazendo e refazendo também a si mesmo. (FREIRE, 1980).

Os discursos sobre a sororidade são importantes porque traduzem não só a visão das mulheres veteranas da rede de economia solidária, mas também introduzem outros elementos que subvertem as imagens existentes sobre o justo, o necessário e o ético. Podem ser experiências locais, mas essenciais porque nelas há índicos que afirmam a sororidade como conceito extremamente relevante para transformação social ao qual confluem desejos de superação e resistência a cultura patriarcal e a institucionalização da exclusão e da pobreza das mulheres na sociedade contemporânea.

Por isso, urge entendermos que a sororidade não é uma série de atos unilaterais e descontínuos, mas sim, compreendê-la como relação. Pois a sororidade não se constitui como fato isolado e sim uma relação social. E como tal, uma

categoria analítica importantíssima na atualidade. É nessa visão, que trazemos a sororidade¹⁹.

Entendemos o conceito de Sororidade como a união feminista entre mulheres. Dessa maneira, **sororidade é o pacto entre as mulheres que se reconhecem como próximas fisicamente e afetivamente; são relações contínuas e regulares que com o tempo assumem uma equivalência muito semelhante àquelas que se estabelecem nos espaços de familiares ou através de vínculos sanguíneos** (MAUSS, 2003; SIMMEL, 2006; CAILLÉ, 2009; MARTINS & NUNES, 2004).

Este conceito assume, neste sentido, uma dimensão ética, política, e prática do feminismo contemporâneo. Balizadas pela sororidade estas mulheres ou grupos de mulheres consolidam as relações de cooperação e solidariedade propostas pela economia solidária, pois ao se juntarem para lutar por seus direitos a experiência e a vivência em grupo assume um caráter diferenciado das relações de grupos de natureza político partidária. É uma experiência intersubjetiva entre mulheres nos espaços da economia solidaria e da produção da riqueza que busca através de relações positivas e saudáveis, a construção de alianças existencial e política com outras mulheres, para contribuir com a eliminação social de todas as formas de opressão.

Nesse sentido, a sororidade é a consciência crítica sobre a misoginia²⁰ (ou modo de atuar desconfiado do gênero masculino); é o esforço tanto pessoal quanto coletivo de destruir a mentalidade e a cultura patriarcal e autoritária da lógica masculina modelada pela sociedade capitalista. Nesse contexto é importante, então, ter consciência das injustiças para assim se vislumbrar estratégias que permitam mudar o rumo da história.

A sororidade ao emancipar o gênero feminino desmonta a cultura patriarcal afetando a percepção do gênero masculino como centro do universo. Como bem pontua Santos (2010), existe uma relação complexa entre cidadania e subjetividade, que fica ainda maior quando falamos em emancipação. Com efeito, a falsa

¹⁹ A palavra **sororidade** não existe na língua portuguesa, porém, no dicionário Houaiss (2009), encontramos uma palavra muito semelhante, **fraternidade**, que esta descrita como: 1 laço de parentesco entre irmãos, 2 afeto entre irmãos, Irmandade, 3 amor ao próximo. Ambas as palavras vem do latim, sendo *sóror* irmã e *frater* irmão. Mas, na nossa linguagem usual, ficamos apenas com a versão masculina do termo, afinal de contas, a sociedade patriarcal nos ensina que relações harmoniosas somente são possíveis de se concretizarem entre homens.

²⁰ Conforme o dicionário Houaiss (2009), a palavra misoginia é de origem grega e significa *miseó* “ódio”, e *gyné* “mulher”, é o ódio, desprezo ou repulsa o gênero feminino e as características a ele associadas. Entendemos que esse conceito esta ligado violência contra mulher.

superioridade masculina desaparece quando a visão de mundo deixa de ser antropocêntrica e cada mulher passa a ver o mundo a partir de si mesmo e de seu gênero, e de maneira crítica, recusa a supremacia e a centralidade masculina como símbolo universal da humanidade.

A identificação entre mulheres como semelhantes aumenta conforme são as coincidências de condições de idade, geração, sexualidade, classe social, etnia, formação cultural, ideologia, atuação política, religiosidade, nacionalidade, etc. Semelhanças entre essas condições facilitam a identificação de forma positiva entre mulheres por pertencerem e por se identificarem com o gênero feminino.

Dessa maneira, a sororidade possibilita criar mecanismos de defesa às agressões e a qualquer forma de violência, pois busca combater o patriarcalismo, valorizar a sexualidade feminina, além de transformar as relações de solidariedade entre as mulheres.

Para o enfretamento patriarcal torna-se necessário que as mulheres tenham consciência de que são utilizadas para reproduzir a opressão de gênero entre elas, aniquilando o valor individual e coletivo. A política patriarcal usa as próprias mulheres para prejudicar outras mulheres, prometendo a elas a aceitação, a valorização e a ascensão. Para combater a crueldade patriarcal o feminismo precisa fortalecer e promover a sororidade e não reproduzir formas de opressão entre mulheres como a discriminação, a violência e a exploração.

As redes genealógicas de apoio entre mulheres têm se consolidado principalmente entre parentes, companheiras e amigas. Remonta-se a várias gerações de parentesco entre mulheres e também de movimentos feministas do passado. As mulheres não teriam sobrevivido em condições tão opressivas se não tivessem contado com esses apoios vitais. O que seria de nós mulheres sem nossas mães, filhas, avós? O que seria de nós sem nossas companheiras e amigas? O que seria de nós sem nossas ancestrais?

A sororidade é um princípio de relação entre todas as mulheres e um recurso para enfrentar os conflitos que podem surgir entre elas, eliminando a cultura patriarcal. Ela possibilita estabelecer vínculos entre civis e governantes, militantes de partidos, sindicatos, mulheres negras, indígenas e mulheres de outras culturas, jovens e idosas, assim como camponesas, operárias, urbanas, heterossexuais e lésbicas, intelectuais e mulheres com baixa escolaridade, entre dirigentes e mulheres “de base”, teóricas e ativistas. Ao não tratar as diferenças de forma

preconceituosa, convertendo-as em rejeição e obstáculo, é possível que surjam semelhanças identitárias e empatia entre as mulheres. Reconhecendo sempre que as mulheres semelhantes também são diferentes e que a diferença é um capital e um poder. É preciso superar a exigência de sermos idênticas.

A sororidade busca e, ao mesmo tempo já é, a concretude de formas de emancipação das mulheres. Plantar relações de sororidade significa apoiar para emancipar. Por isso, a sororidade pode dar-se entre desconhecidas, parentes, colegas, companheiras e amigas. Não é preciso ser amiga para vincular-se de forma solidária. Mesmo entre aquelas mulheres que têm conflitos pode-se viver em sororidade. Sendo assim, nenhuma tratará de excluir, destruir ou causar dano a outra.

Aproximando-se mais do objeto de pesquisa e, considerando a sororidade, num contexto de partilha e cooperação, compreendemos que as mulheres artesãs veteranas da rede economia solidária têm um papel fundamental na construção de ideais solidários. Desse modo,

Difícilmente uma economia poderá ser solidária se aqueles que a reivindicam não se inspirarem, de uma maneira ou outra, no princípio da dádiva (CAILLÉ, 2009, p.103).

Sabemos que a chave para compreensão das relações sociais não está na racionalidade individual. Pensamos que esse entendimento deve ser buscado nas relações em rede, vinculadas à dádiva, ou seja, a tríplice obrigação de dar, receber e devolver. A dádiva antiutilitarista tem nos partidários da economia solidária a valorização de tudo o que se faça em nome do princípio associativo. Nesse sentido, “[...] o emprego da dádiva não é explicado pela caridade ou pelo altruísmo, como se acredita muitas vezes, mas pela emergência” (CAILLÉ, 2009, p.106).

O paradigma da dádiva aparece nessa proposta de tese como referência central para justificar as reações antiutilitaristas²¹ praticadas pelas mulheres veteranas nos empreendimentos econômicos solidários.

²¹São atos, fatos e ações que visam estancar as tendências desumanizadoras do capital. A saber, a tríplice obrigação de “dar, receber e retribuir”. “Nos tempos atuais, a importância desta tríplice obrigação para compreensão dos vínculos sociais ficou, de certo modo, esquecida devido a força exercida pela ideologia da globalização econômica sobre o indivíduo moderno” (MARTINS & NUNES, 2004, p. 11).

[...] a dádiva não é uma mera teoria, mas um poderoso recurso paradigmático para compreender a formação, a natureza e a permanência dos vínculos sociais. Por isso, o paradigma da dádiva constitui importante recurso para o processo de procura de respostas a questões que estão à espera de soluções em particular a de saber que orientação a crítica antiutilitarista deve tomar na presente conjuntura mundial (MARTINS & NUNES, 2004, p. 12).

Entendemos que a crítica antiutilitarista caracteriza-se por refutação à economia e a ciência econômica dominante e à concretização e “[...] condensação de práticas, visão de mundo e filosofia utilitarista” (CAILLÉ, 2009, p.16). O ponto crucial dessa questão para os economistas e sociólogos concentra-se entre egoísmo e altruísmo.

Na perspectiva utilitarista, os *homos* são considerados como indivíduos, apartados e reciprocamente indiferentes que buscam apenas o seu interesse próprio, ou seja, a racionalidade do *homo economicus*. Contrário a essa visão, o antiutilitarismo desconsidera o interesse pessoal como ação primeira, pois entende que o fundamental esta na “[...] obrigação de dar, de mostrar-se generoso diante dos outros” (CALLIÉ, 2009, p. 19).

Sabemos que o antiutilitarismo se enriquece com as contribuições de teóricos contemporâneos que estão buscando rever antigas e novas posições, como percebemos em diferentes pesquisadores tais como: Jacques T. Godbout, Alain Caillé, Jean-Louis Laville, Aldo Haesler, Paulo Henrique Martins, Brasilmar Ferreira Nunes, Christiane Girard Ferreira Nunes, Sylvain Dzimira, Genauto Carvalho de França Filho, Serge Latouche, entre outros.

“Mas, tal como outros, não põe em dúvida a certeza de que o econômico está mais autonomizado e descontextualizado hoje do que ontem” (CAILLÉ, 1993, p.233).

Assim sendo, o sentido da sororidade é propiciar melhores condições de vida para as mulheres e derrubar muros patriarcais. A prática feminista da sororidade permite às mulheres serem coerentes e potencializa a cultura feminista.

Dessa maneira, outra forma de produzir, de relacionar-se, apresenta-se como condição necessária. Entendemos que, na ação coletiva, estão os elementos necessários e suficientes para se pensar esta outra sociabilidade. Outra sociabilidade que não se sustenta na lógica do benefício (seja ele material ou não material), pois seu suporte estético e simbólico se fundamenta na espontaneidade, na obrigação moral, na dádiva, amizade e solidariedade, isto é, na sororidade.

Assim sendo, a educação é fundamental para contribuir na organização de uma sociedade em que sororidade, solidariedade, tolerância, justiça social e o respeito pelo outro constituam valores básicos para um mundo melhor.

4.3 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

O termo educação abrange um universo que ultrapassa a escola, instituição que tem, em seu bojo central, a formação dos educandos que nela ingressam, especialmente, no que diz respeito ao acesso aos conhecimentos historicamente organizados pela sociedade.

No sentido mais amplo, as especificidades da educação são várias. Dentre elas está a educação não formal, uma modalidade que tem ocupado um espaço importante no cenário brasileiro e que, por isso, vem fazer jus a distintos segmentos da sociedade.

O tema vem sendo discutido por diferentes autores e perspectivas. Nesse contexto, trazemos Almerindo Janela Afonso (1989) que distingue a educação formal de educação não formal e de informal:

Por educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e locais e a flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto (AFONSO, 1989, p. 78).

A educação não formal caracteriza-se por ser um modo diferenciado de trabalhar com educação paralelamente à escola. Ainda que não trabalhe com esse objetivo, muitas vezes, complementa as brechas deixadas pela educação escolar.

Nessa visão é possível perceber que a educação não formal tem uma intencionalidade e busca capacitar as pessoas para se tornarem cidadãos “do” e “no” mundo. Tem como finalidade última a abertura do conhecimento sobre o mundo reconhecendo nossa inserção e nossas relações. Para Gohn (2010, p. 19), “[...] um

modo de educar é constituído como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades dos que participam”.

Compreendemos que as formas de educação estão ligadas às necessidades históricas de cada sociedade ou dos grupos sociais. Por isso as modalidades como a educação não formal vão emergir para atender às exigências surgidas no interior de cada comunidade.

A educação é um ato intencional. No caso da educação não-formal, que se faz no contexto da educação popular, sua intenção é potencializar as capacidades materiais, institucionais, organizativas e culturais das pessoas e dos grupos com os quais o trabalho é realizado. Assim, proporciona novas formas de relação, espaços nos quais seja possível vivenciar a participação, a democracia, a solidariedade; questiona estilos de exercer a autoridade e a liderança social contrários aos valores anteriores e, ainda, apóia a construção e o fortalecimento de experiências e iniciativas voltadas para a reivindicação das demandas sociais, culturais e econômicas, bem como a participação na tomada de decisões (LOLA CENDALES & GÉRMAN MARINO, 2006, 14-15).

Entretanto, as propostas de educação não formal não podem perder de vista o horizonte da sociedade, mesmo que esses se realizam em espaços localizados. Evidenciam os dados históricos assinalando que, durante séculos, as comunidades em várias partes do mundo foram construindo suas histórias, seus modos de educar, agir, pensar e de oferecer diferentes aprendizagens que pudessem colaborar para o desenvolvimento de seus membros.

Por isso, antes do desenvolvimento amplo do modo de produção capitalista, até meados do século XVII, não havia maiores preocupações das famílias com a educação dos filhos, por isso as comunidades ainda não tinham percebido a importância das crianças no contexto de manutenção das famílias.

Nessa época, as crianças assimilavam as coisas necessárias para suas vidas no processo de convivência e de transmissão cultural por meio da oralidade, ou seja, imitando, observando, repetindo e ajudando os adultos na concretização das atividades domésticas que eram muito valorizadas entre as gerações.

Porém, essa realidade começa a mudar a partir do momento em que o processo de desenvolvimento do capitalismo introduz modificações no modo de viver e produzir das pessoas nas sociedades. Uma das transformações marcantes na sociedade foi à criação de uma rede de escolas, a fim de formar mão de obra disciplinada e capaz de atender às exigências do capital.

No Brasil, o fato de destaque para o desenvolvimento da educação não formal foi a modernização da agricultura com o processo migratório rural-urbano, na década de 1970, o qual exigiu das instituições estatais novas formas de respostas políticas e sociais às necessidades oriundas desse contexto sócio-histórico.

Esse movimento gerou muitos desempregados, o que levou muitos chefes de família e filhos a buscarem outras formas de sustento para suas famílias. O subemprego, a mendicância e/ou os trabalhos informais passaram a fazer parte do cotidiano dessas pessoas. Ribeiro & Ribeiro (2003), consideram que é a partir desse fato que a noção de menor se constitui em oposição à de escola de crianças que frequenta regularmente a instituição escolar.

Nas últimas décadas, devido ao acentuado processo de exclusão, os problemas dos menores que vivem “perambulando” no contexto urbano foi se agravando cada vez mais, fazendo com que algumas instituições buscassem alternativas para amenizar esses problemas. Criaram espaços de educação para atender tanto menores, crianças e adolescentes, como adultos que forma ou são excluídos da possibilidade de conquistar a cidadania. É neste contexto que a educação não formal começa a ganhar espaço. Trata-se de uma modalidade intencional de educação que se caracterize pelo baixo grau de estruturação, de investimentos e sistematização, no entanto vai permitir o aparecimento de novas alternativas educacionais pelo fato de selecionar e diferenciar práticas educativas e conteúdos que vão ao encontro das necessidades dos diferentes grupos. (RIBEIRO & RIBEIRO, 2003, p. 160-161).

Entendemos que a educação não formal surge com objetivo de amenizar grandes modificações no campo econômico, na economia e no mundo do trabalho. Com objetivo de melhorar o nível de qualidade de vida das pessoas que vivem excluídas na sociedade, um número relevante de instituições começou a promover uma rede de solidariedade ao constituir formas de organizações tais como:

- As Organizações Não-Governamentais (ONGs);
- Os sindicatos;
- Os diversos movimentos sociais organizados;
- Os clubes de ciência, de mães;
- As associações artísticas e de bairros;
- As igrejas;
- Os partidos políticos;
- Os meios de comunicação social e os clubes esportivos.

Essas instituições sociais acabam promovendo e assumindo formas de educação não formal introduzindo inovações no processo educativo e concebendo outro conceito de educação, bem como novas categorias.

[...] as categorias de espaço e tempo também têm novos elementos na educação não formal porque usualmente o tempo da aprendizagem não é fixado a priori e são respeitadas as diferenças existentes para a absorção e reelaboração dos conteúdos, implícitos ou explícitos, no processo ensino-aprendizagem (GOHN, 2001, p. 101).

Percebemos que a educação não formal tem um caráter coletivo, pois trazem sua base conteúdos flexíveis e metodologias diferenciadas respeitando a realidade das pessoas. Assim, o conhecimento é construído a partir da vivência de uma situação-problema que tenha significado e, ao mesmo tempo, impulse a mudança pela participação dos envolvidos no processo.

Nessa perspectiva torna-se relevante considerar os saberes construídos pelas diferentes culturas e perceber a importância de se ter o compromisso de ouvir as falas. Não saber ler o silêncio das pessoas humildes ou interromper suas falas é desconsiderar todo um conjunto de representações culturais que fazem parte de seu mundo.

Daí a importância cada vez maior da educação não formal como espaço de resgate da identidade, isto é, da reconstrução da cultura como um dos passos necessários para a busca de mudança social e do respeito à diferença, o que contraria o modelo de educação vertical, hierarquizada, rígida e homogeneizadora da educação formal. O papel das instituições é a de estabelecer um elo de ligação entre os processos de aprendizagens informais que fazem parte do cotidiano dos diferentes grupos sociais com as propostas gestadas nos vários espaços em que ocorre a educação não formal (RIBEIRO & RIBEIRO, 2003, p. 163).

Consideramos como um dos aspectos importantíssimos, nesse processo, o saber ouvir as pessoas, ferramenta que pode servir para viabilizar as mudanças necessárias à inclusão das pessoas que estão à margem da sociedade. Pensar a educação não formal requer um exercício complexo, pois ela se constitui ou é constituída a partir de diferentes contextos e interfaces, os quais nem sempre se evidenciam claramente. Notamos que a educação não formal possibilita desenvolver situações que instigam à participação, à afetividade, à comunhão de experiências, à socialização e à solidariedade.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprende-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. (...) Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante (BRANDÃO, p. 1995, p. 7 e 9).

Dessa maneira, percebemos que a educação está presente em diversos contextos e que existem muitas formas de se fazer educação, pois fica explícito que essas diferentes formas são necessárias para oportunizar o desenvolvimento dos indivíduos.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96, define a educação em sentido amplo ao estabelecer que esta “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996, p. 01).

Diante do exposto, percebemos a necessidade de aprofundamento teórico sobre educação não formal, uma vez que existem diferentes posições que continuam em discussão sobre o tema. Para Gonh (2001, p. 103), “um dos supostos básicos da educação não formal é a de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado”. Dessa maneira, a importância da educação não formal está na possibilidade de criação de novos saberes e experiências.

Reconhecemos que a educação é parte da engrenagem social. Logo, fazer uma análise de educação demanda uma crítica da sociedade na qual se está inserido.

Nesse sentido, Lola Cendales & Germán Mariño ressaltam:

A situação de crise que a sociedade e a educação atravessam tornou complexo e ampliou o campo da educação não formal. Novos atores, novos cenários, novas áreas de trabalho e novas demandas fazem parte deste mercado agradável para muitos. Se observarmos os jornais, as listas telefônicas e o nosso entorno, encontraremos uma oferta esmagadora de cursos sobre todos os temas e ofícios possíveis. Por isso, é necessário estabelecer diferenças e saber de que tipo de educação estamos falando. (LOLA CENDALES & GÉRMAN MARIÑO, 2006, 12).

Portanto, a educação se insere no contexto mais amplo da sociedade humana, o que determina que a proposição de uma reflexão crítica a seu respeito se ligue, de alguma forma, a uma teoria crítica da sociedade.

Reconhecemos a educação não formal como um processo que ocorre em diferentes espaços e situações sociais que não correspondem ao modelo escolar formal. Nessa perspectiva, superamos a compreensão da educação somente como prática formal ampliando o seu sentido. Compreendemos que a educação não formal se caracteriza por possibilitar a transformação social, produzindo condições aos sujeitos que participam desse processo de intervirem na história por meio de reflexão e de transformação.

A discussão sobre a importância da educação não formal e a necessidade de reconhecer as práticas educativas, que acontecem para além da escola, é imprescindível necessária para compreendermos como se dá o processo de ensino e aprendizagem das artesãs veteranas nos espaços econômicos solidários.

4.4 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Entendemos a atividade econômica como um elemento básico das atividades humanas, junto às atividades políticas e culturais. O objetivo fundamental da atividade econômica é satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência humana, tais como: alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação, tendo como princípio essencial elevar o nível qualidade vida de todas as pessoas.

Pensamos que a ciência econômica deveria ter como objetivo essencial formular propostas para produção, distribuição e consumo racional da riqueza. Para alcançarmos uma sociedade em que todos os participantes sejam tratados com igualdade, é necessário que a economia seja solidária em vez de competitiva. Pois entendemos que a desigualdade e a competição não são normais. Elas são, sim, o resultado da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo produção.

Etimologicamente a palavra “economia” vem dos termos gregos oikos (casa) e nomos (norma, gestão), e pode ser compreendida como “administração da casa”. De forma geral, pode-se dizer que a Economia estuda a maneira como se

administram os recursos materiais com o objetivo de produzir bens e serviços e como distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade.

Conforme Arruda (2003, p. 225-226), “a noção de solidariedade surgiu na história econômica como reação à cultura do egoísmo, do individualismo, da ficção do *homo o economicus*. O vocábulo fazia parte da linguagem jurídica e queria dizer *responsabilidade comum*”. Nesse sentido, torna-se relevante indicar que a Economia interage com diversas outras áreas do conhecimento, como Administração, Educação, Ciências Contábeis, Geografia, História, Direito, Estatística, Matemática, Engenharias, Meio Ambiente, Sociologia, Filosofia, Política, Turismo, entre outras. Desse modo, necessitamos entender e tratar a categoria de Economia de forma interdisciplinar para compreender e enfrentar os desafios postos na atualidade.

A economia de solidariedade é um modo especial de fazer economia, de produzir, distribuir recursos e bens, consumir e de se desenvolver, o qual apresenta e compartilha traços particulares e fundamentais de solidariedade, “[...] mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas”. Trata-se de um modo fazer economia que implica comportamentos sociais e pessoais novos (ZARETO, 1993, p. 34).

Para Singer (2002, p. 24), “a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção”. É exatamente nesta dimensão que a economia solidária se apresenta como outro modo de produção e outra forma de ação política, pois atribui também modificação ou “[...] transformação institucional que se faz, porém num processo, cotidiano mesmo, em que se experimentam outros valores e lógicos associados ao trabalho econômico, concebido acima de tudo como construção coletiva democrática” (SINGER, 2004, p. 19).

Concebemos a economia solidária como um processo criativo e constante de luta dos trabalhadores e trabalhadoras contra perverso sistema capitalista. A organização da economia solidária “[...] tem sido, em muitos países ao longo de muitas gerações, uma das principais formas de luta contra o capitalismo, ao lado da ação combativa de sindicatos e partidos por direitos políticos e sociais” (SINGER, 2000, p. 19).

A Economia Solidária vem sendo um tema de investigação, conceituações e de prática social na realidade brasileira, de forma dispersa na década de 1980 e adotou crescente ímpeto a partir da segunda metade da década de 1990. “No campo das práticas, se multiplicam os empreendimentos, as políticas públicas, as organizações apoiadoras, as redes, fóruns e outras instâncias de discussão, apoio e fomento às iniciativas solidárias” (COSTA, 2007, p.11).

Para Singer (2002, p. 9), a solidariedade na economia “[...] só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar”.

Defendemos uma abordagem da economia solidária articulada às dimensões moral, política e econômica, pois apenas nesse sentido a economia, como categoria, não ficará deslocada do tecido social.

Entendemos que a economia solidária esta formada pelos Empreendimentos Econômicos Solidários. Um destaque na realidade brasileira é a existência de diferentes formas de coordenação política dessas organizações, capazes de constituir, ao longo dos últimos anos, diferentes formas de organizações²²:

a) coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais, etc;

b) cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) do meio urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;

c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;

d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal;

e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

²² Embasamos nossos conceitos nos parâmetros do Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. MTE, SENAES, Atlas da Economia Solidária no Brasil. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp. Acessado em 27. nov. de 2009.

Certamente a Economia Solidária é um dos assuntos de maior atualidade não só no Brasil, mas do mundo. Porém, não há um consenso sobre o conceito de Economia Solidária. Conforme os principais pesquisadores comprometidos na construção conceitual de Economia Solidária²³, o reconhecimento da sua realidade como fenômeno material social é recente no Brasil.

O tema da Economia Solidária surge no Brasil em 1996²⁴, sendo utilizado pela primeira vez por Paul Singer (2002) com a finalidade de identificar os empreendimentos autogeridos, democráticos e solidários diferenciando-os dos empreendimentos fundamentados pelos ideais capitalistas. No ano de 2002, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), e nesse encontro foi decidida a criação dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária.

Destacamos que também é possível pensar a economia solidária como um movimento social²⁵, pois é no interior dos fóruns que se busca legitimar o campo da economia solidária, influenciando os planos de construção de políticas públicas, vinculadas às necessidades de incentivo público dessas iniciativas. Esse processo de legitimação frente ao Estado resultou na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)²⁶.

Diante das perspectivas analíticas conceituais de Paul Singer e Jean Laville, cremos que o fundamental é a busca pela construção de novas práticas econômicas, orientadas por outra lógica e valores morais, mas que, independente da sua capacidade de superar o modelo econômico vigente, trate homens e mulheres como base essencial para o desenvolvimento da sociedade.

Para pessoas humildes, que sempre foram estigmatizadas por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas

²³SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002; GAIGER, L. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. (Org.). La outra economia. Buenos Aires: Altamira, 2004. p. 229-241; LAVILLE, Jean-Louis. Ação Pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. (Orgs.). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Salvador: UFBA; Porto Alegre: UFRGS, 2006.

²⁴Antes do surgimento do conceito da Economia Solidária em 1996, esses empreendimentos eram analisados como pertencentes à economia informal (SINGER, 2002).

²⁵LAVILLE, Jean-Louis. Ação Pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. (Orgs.). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Salvador: UFBA; Porto Alegre: UFRGS, 2006.

²⁶A Secretaria Nacional de Economia solidária foi criada em 2005, no primeiro mandato do Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva. Esta secretaria está subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo. Em todos esses sentidos, é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social (SINGER, 2000, p. 19).

O sistema capitalista produz desigualdade crescente. Diante do desafio e da luta à exclusão social, a economia solidária como outra forma de produzir riquezas e conhecimentos, melhora a infraestrutura básica, a educação, o transporte coletivo, a saúde e o lazer, bem como possibilita às pessoas maior convívio social e, especialmente, as mulheres que integram os empreendimentos econômicos solidários. Sendo assim, a chave desse processo é a associação entre os iguais em vez do acordo entre os desiguais.

Entendemos como um dos pilares da economia solidária a autogestão. Albuquerque (2003), ao definir a autogestão expande o conceito para além do significado empresarial:

Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um “coletivo”. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais. O caráter multidimensional do conceito de autogestão (social, econômico, político e técnico) nos remete a pensá-lo muito mais que uma simples modalidade de gestão (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

No aspecto social, a autogestão se relaciona às ações e resultados que são tomados por todos os indivíduos e grupos que são envolvidos. Em relação ao aspecto econômico, o que se destaca é a preeminência do fator trabalho sobre o capital nas relações sociais de produção. No aspecto político, os valores, princípios e práticas se desenvolvem num processo dialógico que resultam nas decisões do coletivo que são combinadas e compartilhadas por todos que participam de uma instituição. O aspecto técnico abarca uma nova possibilidade de organização e divisão do trabalho.

Dessa forma, a autogestão ganha uma dimensão social mais ampla e, também, pode significar uma nova forma de gestão no conjunto social como um todo, correlacionando-se a outras formas de organização da economia, da educação, da gestão social e política local e global.

Conforme Albuquerque (2003), a autogestão alude:

[...] um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a ação intencional e convergente de várias pessoas (atividades produtivas, serviços, atividades administrativas), onde as decisões relativas aos destinos do grupo são diretamente tomadas por quantos participam, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas por cada uma das estruturas específicas de atividade (empresa, escola, bairro, etc). São, portanto, identificáveis duas determinações essenciais do conceito de autogestão: a) superar a distinção entre quem toma as decisões e quem as executa e b) autonomia decisória de cada unidade de atividade, ou seja, a superação da interferência de vontades alheias às coletividades concretas na definição e escolha do que fazer. Assim sendo, autogestão adquire seu caráter de radicalidade, pois passa a ser elemento fundante da vida associada e do cotidiano. Follins diz que estas duas determinações qualificam a autogestão como “princípio elementar de modificação das relações sociais e pessoais, no sentido de reapropriação do poder decisório relativo a uma dada esfera de atividade contra qualquer autoridade, embora legitimada por anterior delegação” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 24).

Ressaltamos que a economia solidária, fundamentada na autogestão, na solidariedade, na construção coletiva, na democracia, na democratização da economia, no engajamento cidadão, na economia plural, na autonomia, na diversidade, no espaço público, na liberdade, na sociabilidade e na autogestão proporciona desenvolvimento humano aos seus participantes, especialmente às mulheres veteranas, pois participar das discussões e deliberações do coletivo ao qual se está associado, educa e conscientiza tornando a pessoa mais realizada, segura e autoconfiante.

É nessa visão que identificamos a autogestão acontecer na economia solidária como outra forma de gestão social e de agir coletivamente, onde a distribuição do poder, a divisão de ganhos e a união de esforços são eixos fundamentais.

Nesse sentido, também a autogestão possibilita processos educativos que colaboram para a construção dos saberes das mulheres que participam na prática econômica solidária. Assim, a educação solidária tem como base essencial a construção ininterrupta do bem comum para cada um e para todos da sociedade.

Um novo espaço de interação social – é como que entendemos a Economia Solidária; um movimento social de espaço privilegiado da mulher enquanto sujeito social.

4.5 SABERES DO TRABALHO

A forma atual sugerida pelo sistema capitalista à produção dos saberes indica uma dicotomia entre teoria e prática. Para Fischer & Franzoi (2009, p. 41), “a pedagogia do capital é hegemônica”.

Dessa maneira, o lugar do trabalho, no interior da educação, ainda se encontra na preparação para o mercado de trabalho, uma vez que a técnica está separada de todo pensamento e formação humana, pois não está associado o fazer ao pensar que são inseparáveis na atividade humana.

Segundo Santos (2007, p. 29), vive-se em uma sociedade em que são produzidas ausências, e uma delas gera a “[...] monocultura do saber e do rigor: a ideia de que o único saber rigoroso é o saber científico; conseqüentemente outros conhecimentos não têm a legitimidade nem o rigor do conhecimento científico”. Ele chama esse movimento de “[...] monocultura do saber e do rigor [...]”, que aniquila outros conhecimentos.

Portanto, para o exercício pleno da cidadania, o trabalho deve ser visto na sua dimensão ontológica e histórica e não o do emprego. Nesse sentido, destacamos que o fazer é um saber com status epistemológico próprio. Assim, o modelo pedagógico sugerido cria um padrão próprio de aprendizagem, ou seja, a cooperação na aprendizagem.

Sabemos que o modo hegemônico de conceber educação ignora ou secundariza a ação humana. Barato (2004, p. 52), destaca que “[...] o modelo reza que primeiro é preciso teorizar para depois fazer”. Em sua obra o autor, indica que o saber técnico não são saberes inferiores, ou seja, algo desprovido de saber intelectual criativo. E diz:

“A crença numa precedência, inclusive temporal, da teoria sobre a prática acarreta não só desvios de caráter didático. Ela favorece uma interpretação inadequada quanto à inter-relação dos diversos tipos de conhecimento” (BARATO, 2004, p.52-53).

Percebemos que estes pressupostos são centrais na concepção de educação politécnica, pois como elucida Saviani (2003),

[...] não existe trabalho manual puro e nem trabalho intelectual puro. Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana como constituída pelo trabalho. (SAVIANI, 2003, p. 138)

A experiência do trabalho não se restringe ao saber técnico (saber como), ou seja, ao saber que é posto em ação no trabalho. Nesse processo de ação, que Barato (2004) chama de “fazer-saber”, os seres humanos mobilizam um saber teórico (saber que), um conjunto de conhecimentos e saberes formalizados ou não. Desta maneira, a execução do trabalho não é mecânica, ela está correlacionada com as estruturas cognitivas, organizando e reorganizando constantemente os saberes e os conhecimentos. Para Malglaive (2003), o saber da ação, se constrói, simultaneamente na ação que se adquire ao fazer e aos saberes teóricos que se aprende ou não nas instituições educativas.

Entendemos que o Saber do Trabalho desvela o conhecimento invisível presente em todas as profissões por meio de uma epistemologia que não separa mão e cérebro, que não faz molduras imaginárias nos trabalhadores. Nesse sentido, as dicotomias persistentes entre teoria e prática, conhecimento e habilidade, saber e fazer são superadas. “Dessa forma, o saber no trabalho oferece uma análise do trabalho físico e da inteligência, e uma reflexão acerca de como é possível pensá-los de uma maneira mais clara e mais justa” (ROSE, 2007, p.29).

A expressão saberes do trabalho trata “[...] do conjunto de habilidades, informações e conhecimentos originados do trabalho vivo, tecidos na própria atividade do trabalho e engendrados e acumulados ao longo da experiência histórica dos trabalhadores” (FISCHER E TIRIBA, 2009. p. 293). O vocábulo saber é empregado como sinônimo de conhecimento, e o conceito ligam-se aos juízos dos saberes da experiência, da práxis, do saber popular, do trabalho como princípio educativo e da produção de saberes em situação de trabalho.

Desse modo, os saberes da experiência ocorrem na relação entre o conhecimento e a vida humana, ou seja, são marcados por algo que se vivencia na experiência e que deixa balizas éticas, políticas, culturais e existenciais (LARROSA, 2002; FISCHER; TIRIBA, 2009). Estes saberes, se vivenciados coletivamente, também “produzem modos de ser, produzir e de se reproduzir material, social e

culturalmente. Nessas vivências, vão se criando saberes e tradições de um grupo, instituição, povo ou classe social” (FISCHER; TIRIBA, 2009, p. 295).

Destarte, a diferença entre o saber e o conhecimento se dá neste sentido, de que o saber, sendo proveniente da experiência, da prática, práxis não se separa do indivíduo.

Não está, como o conhecimento científico, fora de nós, mas somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo) (LARROSA, 2002, p. 27).

Para conhecer esse mundo não podemos separar nossa história das ações biológicas e sociais “a partir das quais ele aparece para nós”, pois “não há descontinuidade entre o social, o humano e suas raízes biológicas. O fenômeno do conhecer é um todo integrado e está fundamentado da mesma forma em todos os seus âmbitos” (MATURANA & FRANCISCO, 2001, p. 28 -33).

Entendemos os saberes correlacionados com as experiências e, conseqüentemente, aos sentidos atribuídos ao trabalho, às concepções sobre nós mesmos, aos outros, às maneiras com as quais utilizamos a mente para aprender, construir conhecimento, deliberar problemas e estabelecer nossa trajetória de vida.

Compreendemos que a educação da práxis é o caminho que possibilita o processo de visibilidade e reconhecimento dos saberes-experiência das mulheres veteranas da economia solidária seja ascendente e progressivo.

5 ANÁLISE: O SABER DAS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

5.1 NATUREZA DO ESTUDO

A natureza do estudo foi quali quantitativa, embasada na metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), e fundamentada na perspectiva histórico crítica, que tem como objetivo fundamental contribuir para a construção de um processo sócio educacional empenhado com a transformação de estruturas sociais discriminatórias e desumanas tendo, como parâmetro, modelos nos quais a justiça social se faz presente.

Conforme Lefevre & Lefevre (2012, p. 13), “hoje é possível agregar o que a pesquisa qualitativa tem de positivo às virtudes da pesquisa quantitativa, dando lugar ao que vem sendo chamado de pesquisa quali quantitativa de opinião”.

Dados qualitativos e quantitativos não estão em oposição, pelo contrário, “[...] entre eles há uma oposição complementar, que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa” (MINAYO, 2001, p.22).

A pesquisa de representação social deve ser quali quantitativa porque as opiniões coletivas apresentam, ao mesmo tempo, uma dimensão qualitativa e uma quantitativa. Tais características quali quantitativas “[...] é o que se tem buscado incorporar na metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)” (LEFEVRE & LEFEVRE, 2012, p.15).

De fato, para investigar devidamente a opinião coletiva é necessário, antes de tudo, compreender que a opinião não pode deixar de ser vista e coletada como uma qualidade, a ser alcançada por meio de uma pergunta aberta que enseja a emissão de um depoimento. Nesse contexto,

[...] é possível saber, com segurança, riqueza de detalhes, rigor e confiabilidade, o que pensam as coletividades sobre todo tipo de problemas que lhes afetam e, ao mesmo tempo, aferir o grau de compartilhamento de cada uma das opiniões circulantes, ou seja, saber como tais pensamentos se distribuem entre as diversas classes sociais, gêneros, idades, níveis de renda etc. (LEFEVRE & LEFEVRE, 2012, p.13).

Assim sendo, a visão de mundo do pesquisador é tecida pelas relações sociais, e assumir uma atitude comprometida com a mudança da sociedade em que

vive constitui um princípio fundamental. Portanto, a pesquisa exige análise à luz das categorias científicas, buscando ver além das aparências e buscando a sua essência, considerando o objeto de estudo como parte integrante de uma totalidade à qual está correlacionado a múltiplas relações, especialmente as de natureza educacionais.

Nessa concepção, o objeto tem sua própria realidade fora da consciência, ele é real, concreto e, como tal, é pesquisado. Assim, o fundamental é o conhecimento do processo em si e não apenas os resultados, bem como sua atenção especial aos pressupostos que estão subjacentes à vida das pessoas. (TRIVIÑOS, 2001, p, 83).

De acordo com Lefevre & Lefevre (2012), como a pesquisa de representação social trata de opiniões de indivíduos que vivem em coletividades, sociedades ou grupos, reconstruir devidamente, na dimensão coletiva, as características propriamente sociológicas, antropológicas, “psicossociais das opiniões, requer, obrigatoriamente, que o pesquisador obedeça a um rigoroso planejamento com vistas a recuperar os principais atributos constitutivos da sociedade pesquisada” (LEFEVRE & LEFEVRE, 2012, p.15).

Uma das vertentes distintivas da contemporaneidade é a emergência da pluralidade. É nesse sentido que o DSC busca resgatar essa pluralidade. Desta forma, além de uma diversidade de referenciais teóricos, originários de diferentes perspectivas conceituais, deve-se lançar mão, para a parte empírica das pesquisas sociais, de uma metodologia de coleta e processamento de dados que também dê conta do caráter plural, denso e complexo dos objetos. O DSC busca enfrentar esse desafio, pois com ele acreditamos ser possível, “[...] recuperar tanto a densidade discursiva e a complexidade do pensamento coletivo quanto a diversidade ou a pluralidade semântica dos diferentes modos de se posicionar diante do mundo, ambas características marcantes da modernidade” (LEFEVRE & LEFEVRE, 2005, p.44).

Por isso, torna-se urgente refletirmos criticamente que vivemos com um sistema de produção social capitalista que privilegia o lucro em detrimento da vida das pessoas, e diante de um sistema educacional que tem em sua composição cerca de 14 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever e que ainda tem cerca de 600 mil crianças fora da escola (UNESCO, 2012).

Diante desse fato, tornam-se básico que o processo de educacional em nosso país venha colaborar com o processo de extinção das discriminações,

desigualdades e diferenças etárias, físicas, biológicas, gênero, étnico-raciais, sociais, econômicas, políticas, culturais.

A crise da educação deriva de um projeto de sociedade que pensa a cultura a partir de um reducionismo econômico e não como patrimônio da humanidade (QUIJANO, 2005; SINGER, 2004; SANTOS, 2000).

A última década concorreu para um esforço de releitura da categoria Educação (FRIGOTO 1998, 2005; CANDAU 2011; IANNI 1991), principalmente porque a realidade dos espaços de ensino-aprendizagem apresentou-se como uma combinação de movimentos contraditórios e excludentes, que nem sempre permitiu a compreensão da educação como construção de cultura pela ação de atores diferenciados. Com base nisso, percebe-se **a relevância do papel** social, político e cultural da educação ser fundamentada nos princípios democráticos de igualdade, do respeito da não discriminação, da ética, do desenvolvimento de atividades que promovam o ensino e a aprendizagem para todos.

5.2 RECURSO INVESTIGATIVO

Acreditamos que o pensamento não pode ficar a mercê do acaso, pois nesse sentido, ele poderia enveredar pelo caminho do misticismo, da fantasia infecunda e simplesmente da confusão. Portanto, o pensamento necessita de algum apoio em seu movimento, pois o pensamento humano sempre precisa de novos conceitos que lhe ampliem as possibilidades. “E esse apoio lógico é criado precisamente pela experiência antecedente do conhecimento, que é a que se prende nas categorias da dialética materialista” (KOPNIN, 1978, p. 29).

A investigação tem como instrumento metodológico o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e como base teórica a perspectiva histórica crítica que provoca primeiramente, por parte do investigador uma postura que deve considerar que ele e o objeto de estudo estão em constante diálogo. Para Triviños²⁷ (informação verbal) o método não é uma luva e sim um caminho que podemos usar. Portanto, é necessário um método, mas o método não amarra, ele ajuda.

²⁷ Aula proferida na disciplina: “A Dialética e a Pesquisa em Ciências Sociais. Categorias”. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação/FACED/UFRGS. Porto Alegre, 17/11/2009.

O método do DSC permita um significativo ganho de qualidade a pesquisa de representação social, já que os resultados podem ser generalizados e aparecem, numa escala coletiva, como uma opinião naturalmente se apresenta, isto é, como depoimento sob a forma de discurso. Assim sendo, o DSC representa um avanço importante em relação aos métodos atuais das pesquisas de representação que combinam “qualitativos e quantitativos” (LEFEVRE & LEFEVRE, 2012, p.16).

O DSC é, assim, uma estratégia metodológica que, utilizando uma estratégia discursiva, visa tornar mais clara uma dada representação social e o conjunto das representações que conforma um dado imaginário. Através do modo discursivo é possível visualizar melhor a representação social na medida em que ela aparece não sob uma forma (artificial) de quadros, tabelas, categorias, mas sob uma forma (mais viva e direta) de um discurso, que é como se assinalou o modo como os indivíduos reais, concretos, pensam. (LEFEVRE & LEFEVRE, 2012).

Para Lefevre & Lefevre (2005, p. 08), “o DSC revela o que pensam as coletividades, sendo assim exercida toda a força da explicação sociológica, antropológica, ética, política, educacional, literária e por que não? Do próprio senso comum, capaz de dar conta do porque pensam assim as coletividades pesquisadas”.

Para a elaboração do DSC parte-se dos discursos em estado bruto, que são submetidos a um trabalho analítico inicial de decomposição que consiste, basicamente, na seleção das principais ancoragens e/ou idéias centrais presentes em cada um dos discursos individuais e em todos eles reunidos, e que termina sob uma forma sintética, onde se busca a reconstituição discursiva da representação social.

Para juntar as peças e construir o DSC é preciso considerar os seguintes princípios:

Coerência - O DSC é uma reunião, agregação ou soma não matemática de pedaços isolados de depoimentos, artigos de jornal, revista, etc. de modo a formar um todo discursivo coerente, em que cada uma das partes se reconheça enquanto constituinte deste todo e o todo com constituído por estas partes.

Posicionamento próprio - Para que se esteja em presença de um discurso, ele deve expressar, sempre, um posicionamento próprio, distinto, original, específico frente ao tema que está sendo pesquisado.

Tipos de distinção entre os DSC - Quando uma resposta apresenta mais de um DSC, podem ser dois os critérios de distinção: Diferença/antagonismo

Complementaridade. Quando se trata de discursos sensivelmente diferentes, a apresentação deles em separado é obrigatória; quando se trata de discursos complementares a apresentação dos discursos em separado depende do pesquisador querer resultados mais detalhados ou mais genéricos.

Há discursos que, a despeito de não serem iguais ou semelhantes, não constituem cadeias argumentativas inconciliáveis; podem então, serem reunidos sem provocar contradição ou incoerência; pode-se também separá-los quando se quer realçar matizes de posicionamento.

Produzindo uma artificialidade natural - É dito que o DSC é como se uma pessoa só falasse por um conjunto de pessoas, mas, obviamente, se trata de uma construção artificial. Inter-relações entre Idéias Centrais (ICs) e Expressões Chave (ECHs). O DSC como estratégia metodológica para descrever o sentido dos discursos presentes em pesquisas de representação social utiliza-se, entre outras, das figuras metodológicas da Idéia Central e das Expressões-Chave. As expressões chave (ECH) são pedaços, trechos do discurso, que devem ser destacados pelo pesquisador, e que revelam a essência do conteúdo do discurso ou a teoria subjacente.

No quadro de uma pesquisa empírica de representação social que envolva coleta de depoimentos individuais, o que se busca obter, pelo menos inicialmente, é uma descrição do sentido de cada um e dos conjuntos de depoimentos/discursos que se coletou sobre uma dada temática.

Considerando cada depoimento/discurso isoladamente (por exemplo, uma resposta a uma pergunta de questionário) a Idéia Central é uma descrição a mais sucinta e objetiva possível do sentido deste discurso, sendo que um discurso pode ter mais de uma Idéia Central. A Ideia Central (IC) é um nome ou expressão linguística que revela, descreve e nomeia, da maneira mais sintética e precisa possível, o (s) sentido (s) presentes em cada uma das respostas analisadas e de cada conjunto homogêneo de ECH, que vai dar nascimento, posteriormente, ao DSC. A Ideia Central tem, pois uma função eminentemente discriminadora, ou paradigmática e classificatória, permitindo identificar e distinguir cada sentido ou posicionamento presente nos depoimentos ou nos conjuntos semanticamente equivalentes de depoimentos.

De acordo com os nossos princípios, tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, em movimento e sujeito ao fluxo da história.

Pois esta realidade social que é organizada e reorganizada pelos seres humanos pode ser transformada por esses numa dimensão histórica.

Nesta pesquisa, a fim de atingir nossos objetivos e com compromisso científico utilizamos como recurso de investigação a observação participante, cujo conceito estrutura-se no constante diálogo entre teoria e prática e baseia-se especialmente no trabalho de campo.

Para Chizzotti (2006) a observação participante ocorre por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno material a ser pesquisado e observado com a intencionalidade de recolher minuciosamente as ações dos atores no meio em que vivem, com suas perspectivas e sua visão de mundo.

Além disso, para esse autor a observação é participante quando há experiência, vivência do pesquisador em compreender as dinâmicas de atos e eventos, recolhendo informações a partir do entendimento e sentido que os atores atribuem aos seus atos. Assim sendo, a atitude participante pode ter características de uma partilha completa, durável e intensa da vida dos participantes, identificando-se com eles, vivenciando todos os aspectos possíveis da sua vida, das suas ações e de seus significados.

A observação participante pode revelar uma realidade mais abrangente do objeto a ser pesquisado, além de fornecer dados para seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. “Na pesquisa qualitativa participante, o investigador, sem dúvida, é um sujeito engajado no processo de melhoria de vida de algum grupo ou comunidade” (TRIVIÑOS, 2009, p.142).

Nesse sentido, o processo de construção desta pesquisa tem na observação participante a ferramenta necessária para qualificar a relação teoria/prática do objeto pesquisado. Acredito que esse recurso me permitiu uma melhor aproximação do objeto sem negligenciar os dados quantitativos, pois os mesmos traduzem aspectos da realidade estudada.

O trabalho de campo foi realizado na segunda edição do Fórum Social e Feira Mundial de Economia Solidária ocorrida nos dias 11 a 14 de julho de 2013, na cidade de Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul – Brasil.

Entendemos que o espaço do Fórum Social e da Feira de Economia Solidária representa um importante passo na consolidação de alternativas frente à um sistema amplamente atrelado ao consumismo desenfreado.

5.3 COLETA DE INFORMAÇÕES

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com mulheres veteranas²⁸ que participam da rede de economia solidária no país durante a 2ª Feira Mundial de Economia Solidária realizada nos dias 11 a 14 de Julho de 2013, na cidade de Santa Maria Rio Grande do Sul.

Participaram da pesquisa seis mulheres veteranas de cada região do Brasil, ou seja, 06 mulheres da Região Sul – RS (Rio grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), 06 mulheres da Região Norte – RN (Amapá e Pará), 06 mulheres da Região Nordeste – RNordeste (Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas), 06 mulheres da Região Sudeste – RSD (São Paulo; Espírito Santo; Minas Gerais; Belo Horizonte; Rio de Janeiro) e 06 mulheres da Região Centro Oeste – RCO (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

Para a escolha dos critérios dos sujeitos da pesquisa demos como centralidade às mulheres que tinham mais experiência de trabalho artesanal. Uma vez que, são as mulheres veteranas que consolidam através do tempo os saberes. Desse modo, são as veteranas que tem experiência e que repassam esses saberes.

As entrevistas foram individuais e ao todo, circunscrevemos 30 entrevistadas.

A seguir (quadro 1), demonstra os dados referentes a idade, a participação na rede de Economia Solidária e o tempo, em anos, de experiência de trabalho das mulheres artesãs por região.

A distribuição dos dados da tabela está pela seguinte ordem:

- REGIÃO NORTE = RN
- REGIÃO CENTRO-OESTE = RCO
- REGIÃO NORDESTE = RNORDESTE
- REGIÃO SUDESTE = RSD
- REGIÃO SUL = RS

²⁸ Conforme Apêndice A e B, obtivemos autorização das entrevistadas (Termo de Consentimento livre e esclarecido) para uso de imagens, gravações, transcrições para utilizar na elaboração da escrita final da tese.

Quadro 1- Dados Indicadores das mulheres artesãs que participam da pesquisa.

MULHERES ARTESÃS	Idade	Participação na Rede/Grupo (anos)	Experiência de Trabalho (anos)
RN	54	08	12
	52	08	13
	58	07	14
	45	09	10
	49	06	08
	57	05	15
RCO	50	07	15
	48	08	16
	42	06	17
	59	05	18
	45	02	09
	53	04	08
RNORDESTE	31	15	17
	51	12	16
	48	12	15
	50	08	17
	56	14	24
	35	14	22
RSD	53	02	08
	62	04	06
	63	06	10
	45	04	25
	52	08	40
	52	12	08
RS	60	15	53
	51	13	20
	60	30	30
	35	07	12
	57	07	15
	69	06	40

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

A análise do quadro 1 com seus respectivos dados, nos permite dizer que:

- a) A média de idade das mulheres comprometidas e implicadas com a rede de economia solidaria das cinco regiões do Brasil pesquisadas confirma a sua “veteranidade²⁹”, ou seja, a sua experiência de trabalho;
- b) Que a media experiência de trabalho das mulheres é maior que o tempo de participação no grupo ou na rede de economia solidária inferior;
- c) Que a media de experiência no trabalho se articula e se correlaciona com a sua experiência e/ou tempo de vida.

Tal percepção sinalizada pelo quadro 1 se confirma na diversidade das realidades regionais que reproduzem a mesma lógica, ou seja, a média de idade das mulheres participantes da economia solidaria é alta, tem grande experiência de trabalho e/ou conhecimento sobre o que faz (artesanato) e abaixo tempo de participação na rede e/ou nos grupos de economia solidária.

Para visualizar, entender, analisar e compreendermos melhor tal problemática trazemos a seguir o quadro 2 e o gráfico 1 que trata destes indicadores por região pesquisada que nos permite corroborar está nossa percepção.

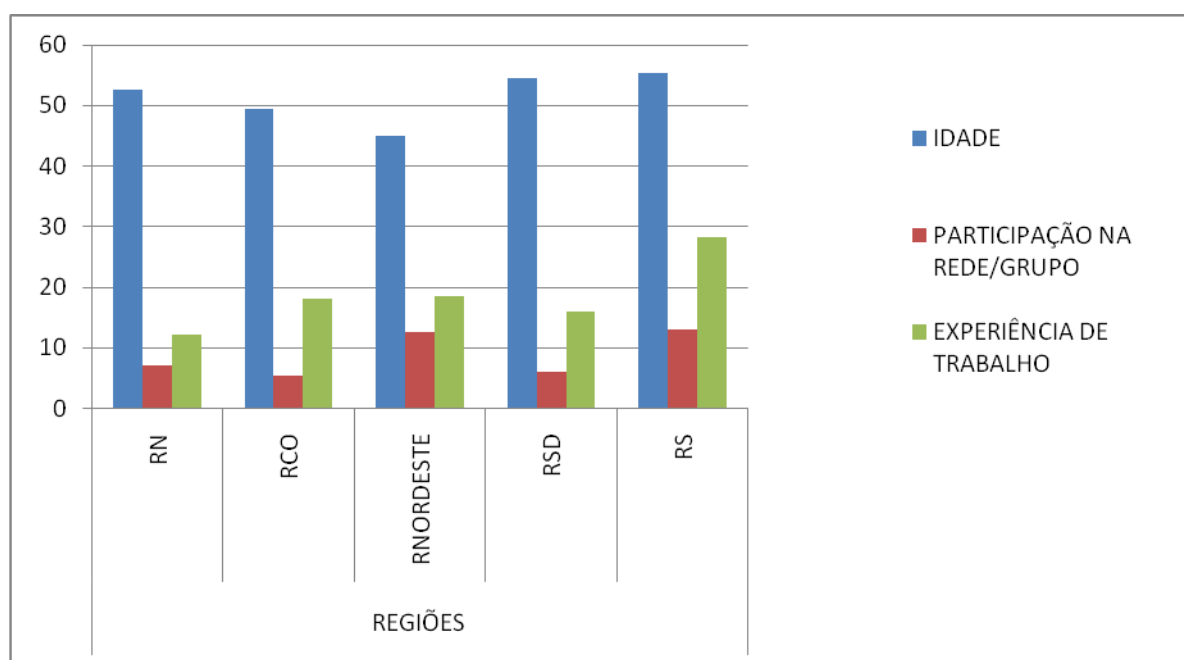
²⁹O conceito de veterano o qual nos remetemos esta fundamentalmente correlacionado a dois grandes eixos, o primeiro tem haver com a idade, não pode ser veterano quem é jovem, o segundo diz respeito a experiência de trabalho. Entendemos que veterano é o sujeito que tem experiência de trabalho, pois as mulheres as quais pesquisamos não são mulheres jovens. A média de idade das mulheres pesquisadas é de 54 anos, sendo que, a mulher mais jovem tem 31 anos de idade e 24 anos de experiência de trabalho. Dessa maneira, as mulheres veteranas na economia solidária são um espaço de construção de saberes. Sendo que esses saberes se acumulam com o tempo.

Quadro 2- Dados indicadores da média das mulheres artesãs que participam da pesquisa.

MULHERES ARTESÃS	REGIÕES				
	RN	RCO	RNORDESTE	RSD	RS
IDADE	52,5	49,5	45	54,5	55,3
PARTICIPAÇÃO NA REDE/GRUPO (ANOS)	07	5,3	12,5	06	13
EXPERIÊNCIA DE TRABALHO (ANOS)	12	18	18,5	16	28,3

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Gráfico1-Indicador da média das mulheres artesãs pesquisadas que participam da pesquisa.



Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Salientamos que ao analisar o gráfico 1 se verifica que:

- a) A região sul tem a concentração das mulheres de maior idade, com maior tempo de inserção na rede de economia solidária e maior experiência no trabalho artesanal.
- b) A região sudeste por outro lado apresenta mulheres com idade avançada e pouco tempo de inserção na rede e sua experiência de trabalho também é menor.
- c) A região do nordeste tem a participação na rede maior que a região sudeste e menor que a região sul, mas a diferença é pequena com a média 0,5 para menos da região sul.
- d) A região nordeste possui a menor média de idade em comparação com todas as outras regiões do país.
- e) A região centro oeste ocupa a menor média de participação na rede e a região norte possui a menor média de anos de experiência de trabalho.

As informações oferecidas pelos quadros e gráfico apontam e confirmam dado importante que esta caracterizando a rede de economia solidária: o descompasso.

Nesse momento há um descompasso entre a experiência de trabalho das mulheres e a sua participação no grupo ou na rede de economia solidária, pois a média de experiência no trabalho chega a ser quase o dobro da média de participação delas na rede de economia solidária. E isso, nos leva a compreender que as estratégias utilizadas pela rede de economia solidária nesse momento não estão alcançando e/ou atender as reais necessidades dos segmentos mais frágeis e vulneráveis da sociedade.

Essas informações são relevantes, pois mostra que esse descompasso pode comprometer o processo de continuidade dos grupos e da rede de economia solidária, visto que o saber e o modo de fazer está concentrado nas pessoas.

6. COMPREENDENDO OS RESULTADOS: AS MULHERES VETERANAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Para responder ao nosso problema de pesquisa a análise do objeto de estudo se deu à luz dos fundamentos da perspectiva histórica crítica tendo como base metodológica o Discurso do Sujeito Coletivo, apoiado nas contribuições teóricas marxianas.

Portanto, compreender o modo como a mulher artesã materializa a sua percepção é importante, porque nos seus discursos evidenciam-se os elementos que funcionam como representações da realidade na qual estes indivíduos vivenciam. Ou seja, no discurso do indivíduo se expressa as condições materiais de existência, o que tem a ver com o modo como o saber dos indivíduos ou grupos também se define. Pois, o modo como cada um percebe os espaços de trabalho permite entender os elementos de ingenuidade, ilusão, fixação como também, compreender sobre quais planos se constroem o saber das pessoas e dos grupos.

Entendemos que apresentar os “significados” ou os sentidos dos discursos das mulheres artesãs da economia solidária pode ser analisado por um duplo viés: o primeiro, no sentido de potencializar e maximizar a racionalidade dos sujeitos sociais integrantes de um processo cooperativo e, o segundo, o articular dois tipos de saberes: o conhecimento - saber técnico-artesanal (que permite um fazer específico de um grupo de trabalhadores) com os saberes que as pessoas têm: ou os saberes da comunidade. Entretanto, para situar adequadamente o problema da articulação desses dois tipos de saberes faz-se necessário um olhar menos abstrato e universal sobre as formas que explicitam e permitem que uma práxis coletiva se construa.

Nesse contexto, as informações foram analisadas e interpretadas à luz da perspectiva histórica crítica tendo como base de interpretação metodológica o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), por meio de contribuições teóricas marxianas e outros como Polanyi (1980), Mauss (2003), Beauvoir (1980), Mészáros (2004), Freire (1980), Triviños (2001), Louro (1994), Antunes (1997), Freitag (1988), Santos (2000), Bourdieu (2002), Singer (2000), Honneth (2003), Albuquerque (2003), Lefevre & Lefevre (2005; 2012), Touraine (2007), Guérin (2005) e Machado (2010), que contribuíram no objetivo desta pesquisa.

6.1 A COMPREENSÃO A PARTIR DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Para analisarmos as entrevistas semi-estruturadas nos embasamos na proposta metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) como forma de conhecimento. O DSC rompe radicalmente com lógica quantitativa classificatória na medida em que se busca resgatar o discurso como signo de conhecimentos dos próprios discursos. Com efeito, com o DSC, os discursos dos depoimentos não se anulam ou se reduzem a uma categoria comum unificadora já que o que se busca fazer é reconstruir, com pedaços de discursos individuais, como em um quebra-cabeça, tantos discursos síntese quantos se julgue necessário para expressar uma dada figura, ou seja, um dado pensar ou representação social sobre um objeto. (LEFEVRE & LEFEVRE, 2005).

Em nossa pesquisa, inicialmente foram realizadas a transcrição das entrevistas pela própria pesquisadora, terminando-se um mês depois de encerrado o trabalho de campo. Tendo sido todas as entrevistas coletadas, gravadas e transcritas, para a tabulação das informações foram seguidos, na ordem, os seguintes passos:

O primeiro passo consiste em copiar integralmente, o conteúdo de todas as respostas referentes a cada pergunta separadas por região. Desse modo, as questões foram analisadas isoladamente, isto é, inicialmente analisada a questão 1 de todos os sujeitos entrevistados por região, a seguir a questão 2 de todos os sujeitos entrevistados por região e assim sucessivamente.

Nesse processo de escutar e escrever, foi possível identificar algumas Expressões Chave (ECHs), que surgiram a partir dos discursos dos sujeitos entrevistados. Concluída essa parte, nos apoiamos no Instrumento de Análise dos Discursos do Sujeito Coletivo para selecionarmos as perguntas que seguem do Roteiro de entrevistas (Apêndice A) para darmos continuidade ao processo de análise das Expressões-Chave.

Quadro 3- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Como você chegou até a rede de Economia Solidária?

Expressões-Chave	RS	RCO	RNDT	RN	RSD
Convite. ONGs. Prefeituras. Grupo de mulheres. Cáritas do Brasil.					
Grupo de interesse. Grupo de mulheres. Artesãos.					
Convite de colegas de trabalho. Amigos. Grupo ou vizinhança.					

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Quadro 4- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Como você aprendeu a fazer artesanato?

Expressões-Chave	RS	RCO	RNDT	RN	RSD
Mãe, avó, família					
Participando de cursos					
Participando de grupo de interesse das mulheres					

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Quadro 5- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Participar do grupo modificou ou alterou o teu modo de trabalhar?

Expressões-Chave	RS	RCO	RNDT	RN	RSD
Aprendeu a trabalhar em grupo					
Compartilhar saberes					

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Quadro 6- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Participar do grupo e da rede que significado tem para você?

Expressões-Chave	RS	RCO	RNDT	RN	RSD
Troca experiências, saberes					
Grupo convivência					
Resgate da autoestima					

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Quadro 7- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta:
 Nas reuniões da rede de Economia Solidária o que você mais gosta?

Expressões-Chave	RS	RCO	RNDT	RN	RSD
Troca Experiências, saberes					
Grupo convivência					
Resgate da autoestima					

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Quadro 8- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta:
 Nas reuniões da rede de Economia Solidária o que poderia ser melhor?

Expressões-Chave	RS	RCO	RNDT	RN	RSD
Apoio institucional, universidade e Estado					
Políticas Públicas de economia solidária					
Capacitação para dialogar com os capitalistas no mercado, na comercialização					

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Quadro 9- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta:
O que você aprendeu na rede e no grupo além do que você já sabia?

Expressões-Chave	RS	RCO	RNDT	RN	RSD
Técnicas diferentes de artesanato					
Valorizar o trabalho do outro					
União e solidariedade					

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Quadro 10- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta:
Há o reconhecimento por parte dos outros dos saberes que o grupo possui?

Expressões-Chave	RS	RCO	RNDT	RN	RSD
Sim, as pessoas participam das feiras, compram o artesanato, valorizam o nosso artesanato					
Sim, faltam políticas públicas e valorização da comunidade					

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Quadro 11- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta:
Na rede é possível um projeto de emancipação?

Expressões-Chave	RS	RCO	RNDT	RN	RSD
Sim, melhora autoestima					
Sim, no grupo vive melhor, a comercialização aumenta e renda familiar também (autogestão)					
Sim, aprende outras coisas, seminários, cursos, oficinas					

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Quadro 12- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta:
A rede de Economia Solidária possibilita uma pratica de resistência de gênero?

Expressões-Chave	RS	RCO	RNDT	RN	RSD
Sim, as mulheres estão participando mais dos grupos					
Sim, valorização do artesanato e aumento da autonomia, renda					
Sim, consciência política participação					

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Quadro 13- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta:
A rede viabiliza um projeto de ação coletiva?

Expressões-Chave	RS	RCO	RNDT	RN	RSD
Nas reuniões há incentivos para o trabalho de ação coletiva					
Valorização do outro. Ação coletiva. Comprometimento com o movimento					
Objetivo é proporcionar crescimento coletivo das mulheres					

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Quadro 14- Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta:
Com a Globalização da economia a Economia Solidária existe ou não existe?

Expressões-Chave	RS	RCO	RNDT	RN	RSD
Os gestores e as universidades precisam procurar mais as entidades					
Sim, precisa de mais divulgação, outras pessoas precisam conhecer					
O primordial é trabalhar em conjunto e muitas vezes as pessoas não entendem o que é isso, coletivo					

Os empreendimentos tem que se apodera mais dos espaços de discussões políticas. Necessitamos de espaço fixo para comercialização					
Sim existe, mas tem que ser mais reconhecida e fortalecida porque o capitalismo esta querendo a economia solidária					

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Considerando os conjuntos de Expressões-Chave podemos observar que esses podem conter Idéias Centrais que nos remetem a síntese desses discursos. Após realizarmos essa análise e encontrarmos as Expressões Chave (ECHs) dos discursos do sujeito coletivo começamos a examinar as Idéias Centrais (ICs) dos depoimentos; neste exame percebemos, ainda que de forma intuitiva e impressionista, que algumas delas podiam ser agrupadas ou reunidas num arquivo único porque remetiam a uma idéia ou sentido semelhante ou complementar. Em seguida, buscamos nomear ou identificar este conjunto, resultando desta busca uma Idéia Central e a Síntese, como elencamos na próxima parte dessa pesquisa.

6.2 A SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA : OS SABERES ENTRE AS MULHERES

Os discursos dos sujeitos coletivos buscam mostrar como, as mulheres veteranas na rede de economia solidária, as artesãs, percebem o seu saber e como materializam esta percepção. Para investigar esta questão, partimos de uma pergunta base que serviu de guia para nossa pesquisa empírica. Tal questão foi formulada da seguinte forma: “participar do grupo e da rede que significado tem para você?” A esta indagação inicial foram dadas respostas, que mais adiante são analisadas nesta tese.

Este *corpus* textual com as respostas está estruturado com Fragmentos do Discurso e Ideia Central, segundo a região do Brasil onde as mulheres veteranas desempenham suas atividades. Assim, temos a codificação como segue abaixo:

Quadro 15 – Pressupostos Mobilizadores da Economia Solidária por região.

REGIÃO	FRAGMENTO DO DISCURSO	IDEIA CENTRAL
RS	Fui convidada pela Cáritas Brasileira. Eu soube de uma feira e convidei outro colega artesão e a esposa.	Grupo de interesse
RCO	A gerente do posto da família me convidou para fazer uma feira com os moradores. Grupos de mulheres. Fui convidada por outra mulher.	Grupo de interesse
RNDT	Uma amiga ela me convidou. Recebi o convite das mulheres que participam da rede de economia solidária.	Grupo de interesse
RN	Através da RECIDE (Rede cidadã). Com a associação de fomento de economia solidaria. Fui convidada por outra mulher. Um casal de artesãos me convidou.	Grupo de artesãs
RSD	Recebi o convite das mulheres que participam do fórum. Com uma associação de fomento da rede.	Grupo de artesãs

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Análise mostra que os pressupostos mobilizadores de inclusão na rede de economia solidária advêm das relações primárias, grupos de interesse, de vizinhança, de amizade e de um fazer que se dê através do repasse do conhecimento. Isso leva a compreender que na rede Economia Solidária as relações sociais entre os grupos e ou pessoas é o elemento chave que permite num primeiro momento a construção da noção de identidade. Com efeito, a noção de identidade cultural é o que mobiliza inicialmente a participação das mulheres na rede de economia solidária.

Assim sendo, a nós educadores cabe conhecer e respeitar os valores culturais que traçam a identidade das pessoas na intenção de romper com as amarras de visão ingênua da realidade. Segundo Freire (1987), o educador deve esforça-se para ampliar seus conhecimentos, em torno do *homo*, de sua maneira de estar sendo no mundo, cambiando por uma visão crítica a visão ingênua da realidade.

Dessa forma, ao vincular a identidade à cultura Freire (1987), indica para o seu caráter fluido, para a constante mutável e mutante da humanidade, para uma concepção de sujeito em permanente processo de transformação. “Através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres histórico-sociais” (FREIRE, 1987, p. 92). Considerar a identidade cultural como pressuposto às práticas educativas remete a educação ao nível de ação cultural para transformação, mudança, liberdade.

Entendemos que propostas pedagógicas fundamentadas nesse paradigma partem da identidade e para ela convergem a partir da defesa da autonomia, inaugurando-se como compromisso dos *homo*s consigo mesmo, com sua identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe. Nessa abordagem o ato de “[...] ensinar exige o reconhecimento e assunção da identidade cultural” (FREIRE, 1996, 46).

Silva (2000) apresenta o conceito de identidade cultural “[...] como uma questão de tornarem-se, aqueles que reivindicam a identidade, não se limitam, não se fixam a ela e por ela com seus valores. Ao contrário, percebem que seus valores se transformam, tornam-se capazes de posicionar a si próprios e de construir e transformar as identidades históricas, herdadas de um passado comum” (SILVA, 2000, p. 28).

Freire (1996), embasado numa concepção humanista afirma que identidade cultural e o respeito a ela como um imperativo ético que se vincula á consciência de nosso inacabamento.

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor simplesmente do Homem ou da humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contraste com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o pudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuido do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, [...] Boniteza que se esvai de minha prática se, cheio de mim mesmo, arrogante e desdenhoso dos alunos, não canso de me admirar (FREIRE, 1996, p. 102-103).

Desse modo, o educador ou educadora que não respeita a curiosidade, o gosto estético, a inquietude, a linguagem e a rebeldia legítima de seus educandos, ironizando-os, assim como aquele educador que se furta ao dever de propor limites à liberdade do aluno e ao dever de ensinar, de se fazer presente na experiência formadora do educando, viola os princípios essencialmente éticos de nossa existência.

Nesse contexto, a identidade cultural é concebida como uma síntese lógica e ontológica, em que as relações sociais ocupam lugar destacado na sua constituição.

Nossa pesquisa também usa fotos como método de pesquisa qualitativa. Embora a pesquisa social esteja caracteristicamente a serviço de complexas questões teóricas, “[...] ela pode empregar, como dados primários, a informação visual que não necessita ser nem em forma de palavras escritas, nem em forma de número” (LOIZOS, 2002, p. 137).

Esse enfoque merece lugar nessa pesquisa, porque oferece um registro das ações temporais e dos acontecimentos reais, concretos e materiais. As fotos são relevantes para desencadear um trabalho de construção partilhada em que pesquisadora e entrevistada, podem reforçar o ponto de vista de uma compreensão

culturalmente construída sobre o que é apropriado. Assim, sendo nossa intenção é correlacionar os dados teóricos e visuais para captar a síntese final dessa pesquisa.

Nesse sentido, a foto que segue busca mostrar a relevância da Feira Mundial de Economia Solidária que caracteriza um grande espaço de articulação, debate, trocas de ideias, experiências de comercialização direta dos empreendimentos solidários, das agroindústrias familiares, dos catadores e catadoras, dos povos indígenas, dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, na metodologia autogestionário e sua relação com a emancipação do ser humano, através da construção das práticas de solidariedade e cooperação.

Figura 1 – Fotografia de abertura do 2º Fórum Social e 2ª Feira Mundial de Economia Solidária realizada nos dias 11 a 14 de Julho de 2013. Santa Maria – RS – Brasil.



Fonte: Diário de Campo.

Essa imagem demonstra a importância do II Fórum Mundial de Economia Solidária como uma estratégia de desenvolvimento, promover e difundir esta prática solidária, sustentável, autogestionária, popular e coletiva, integrando democracia política, econômica, social e ambiental com enfoque de gênero e diversidade cultural, articulando com organizações sociais e solidárias, com a certeza de que outra economia já acontece.

A feira de Santa Maria nasceu de um grande momento de crise institucional do Projeto Esperança/Coesperança da Diocese de Santa Maria. – RS, na busca de uma identidade na Comercialização Direta, que iniciou em Santa Maria em 1989,

através de um terminal de comercialização Direta. Este espaço foi feito para este projeto, integrado no Projeto Esperança/Cooesperança. Este espaço abriu quatro vezes e fechou quatro vezes.

Em primeiro de abril de 1992, surgiu o Feirão Colonial, experiência essa que deu certo e está em expansão regional até hoje. Foi inspirada neste feirão, a partir de uma crise, que foi sonhada a Feira do Cooperativismo – FEICOOP que teve sua primeira edição em primeiro de julho de 1994, uma experiência que deu certo e motivou o início para muitas outras feiras de economia solidária e outros eventos agregadores ao longo dos vinte anos de história.

Entendemos que o fio conduto da Feira de Santa Maria se dá pela organização, cooperação e solidariedade. Este ideal é cultivado através das reuniões das Comissões, das plenárias ampliadas, do planejamento, estudo e os Mutirões. São vinte anos de uma crescente trajetória onde se busca acima de tudo o bem comum e a construção participativa sem disputa. Para que as pessoas se apropriem do processo da Feira é necessária uma intensa participação e interação, sem a qual é possibilidade de construir coletivamente uma experiência de tamanha grandeza. Graças ao esforço e de dedicação de muitos a feira tem um fio condutor que se fortalece na música, na solidariedade e participação comprometida e interativa.

Figura 2 – Fotografia da 2ª Feira Mundial de Economia Solidária. Santa Maria – RS – Brasil.



Fonte: Diário de Campo.

Quadro 16 – Critérios do fazer por região na Economia Solidária

REGIÃO	FRAGMENTO DO DISCURSO	IDEIA CENTRAL
RS	Foi a minha mãe que me ensinou. Com minha mãe. O tricô e o crochê vêm desde criança. Trabalho desde criança com artesanato meus pais faziam e depois a vida me ensinou. Há 40 anos que faço artesanato. Eu já fazia antes com minha mãe.	Família
RCO	Eu aprendi com minha tia. Com a minha mãe. Na família. Com minha avó. Minha prima.	Família
RNDT	A minha mãe Eva foi a primeira, a dona Fátima foi a que nos colocou a trabalhar em grupo para a gente aprender a trabalhar em grupo para pode crescer. Eu faço artesanato desde pequena, mais de 30 anos faz artesanato, aprendi com a minha avó. Eu faço artesanato a 45 anos, eu faço desde pequena com a minha mãe eu já trabalhava. Na família e a dinâmica do artesanato começou como um ponto de apoio.	Família
RN	Foi uma herança da minha mãe. Na família. Com minhas primas. Eu via minha mãe fazendo porque em minha comunidade cada família tem um tear e eu cresci assim.	Família
RSD	Desde pequena aprendendo, mãe e depois cursos e foi ai que eu me especializei mais. O crochê eu fazia desde adolescente eu aprendi a fazer tricô e crochê com a minha mãe. Com a família.	Família

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Na Economia Solidária os saberes são transmitidos no tempo pela família e pelos mais antigos. É um fazer que esta ligado a tradição familiar e cultural.

Desse modo, o saber artesanal é uma das formas mais ricas de expressão da cultura e poder criativo de um povo. Por isso, os saberes das mulheres veteranas na rede de economia solidária muitas vezes esta representado nas relações entre as pessoas no seio da família.

A este caráter familiar do aprender a fazer do artesanato também tem se agregado o viés econômico com impacto crescente na inclusão social, geração de trabalho e renda e potencialização de vocações regionais. Sob esses parâmetros, papel econômico específico das mulheres e da família Sem (1987), chamou as questões éticas em economia, por contraponto às questões da engenharia.

Desse modo, a economia feminista trata das questões relativas à organização da produção, ao poder e à pobreza, ao desemprego e à dureza das condições de vida, aos cuidados de saúde e à educação em suma os problemas reais.

Figura 3 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.



Fonte: Diário de Campo.

Quadro 17 – Modos e formas de aprendizado por região na Economia Solidária

REGIÃO	FRAGMENTO DO DISCURSO	IDEIA CENTRAL
RS	Aprendi outras coisas, fuxico, velas, e de vida completa, porque tu não se sente sozinha. Modifica bastante, porque agente trabalha em grupo. Quando a gente entra para o grupo e participa de feiras como esta	Trabalhar em grupo

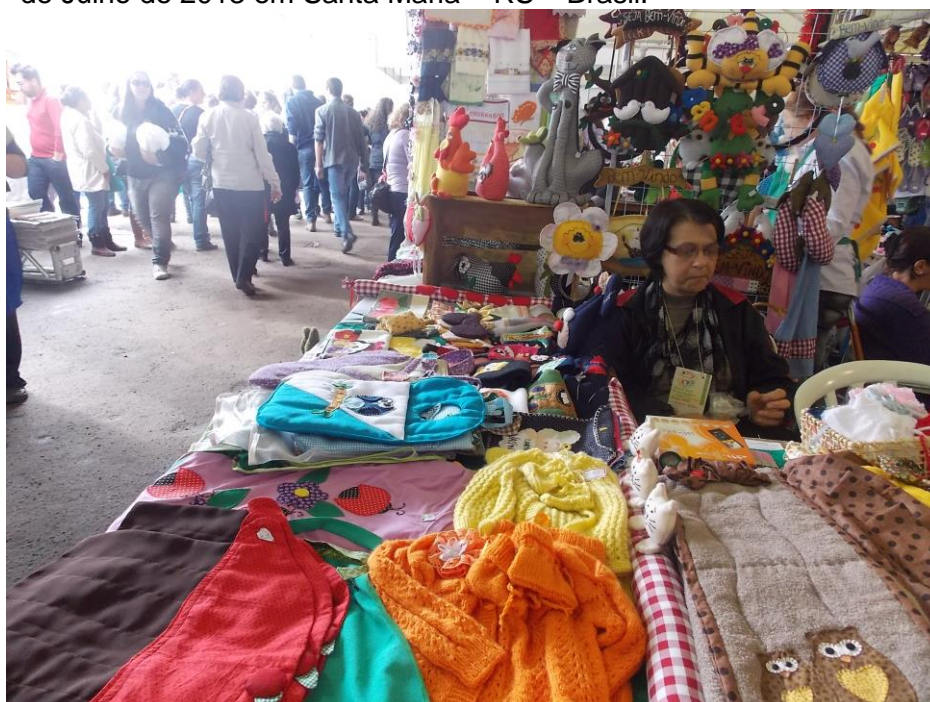
	<p>aqui tu vira uma família, porque tu trabalha e conhece muita gente e tu já pensa o ano que vem tem feira em Santa Maria e ai eu vou ver as pessoas muda no sentido de vida e de renda. O que aumentou foi amizade.</p>	
RCO	<p>Mudou porque eu aprendi que um ajudando outro, porque eu sempre fui solidária meus pais foram solidários. Sim a gente esta sempre se aperfeiçoando mais, a gente ganha formação. Você troca conhecimento e um grupo de amizade.</p>	Trabalhar em grupo
RNDT	<p>A gente tem o maior respeito quando eles dizem são as meninas do grupo de mulheres da economia solidária. Financeiramente me ajuda muito, contribui na minha renda mensal. O trabalho que eu aprendi no grupo, é o trabalho mais humano, que é outra economia é possível que nem só do dinheiro e que não. Mudou porque antes não tinha como trabalhar como se desenvolver ate a timidez que nós tínhamos que devido às muitas violências que muitas assim como eu sofríamos dos nossos maridos só que com isso já estamos tendo outra possibilidade. Eu só sabia fazer rede e com parceria com outras amigas, eu aprendi a fazer crochê, tricô e bordado, ia passando para outras e ai entre o grupo mesmo eu socializei saberes e hoje eu sei mais algumas coisas. Descobri que sozinha eu não ia para frente. Mudou a minha vida, porque quando você começa a participar do coletivo você começa a perceber que sua vida não é diferente daquelas outras, e que do jeito que você quer ajuda aquelas pessoas também querem e muitas delas passam situação pior que a</p>	Trabalhar em grupo

	sua e a economia solidária ela tem tudo isso o foco dela não é só comercialização, foco da economia solidária só a questão das vendas, mas sim o bem viver, esse é o importante da economia solidária.	
RN	A gente era muito submissa. Hoje eu tenho meu conhecimento, tenho formação, nós viajamos, agora tem mulher do grupo que é formada professora. Modificou, porque a gente fica só em casa aí só tem aquela visão de casa, mas quando você sai para trabalhar em grupo, você vê que o ser humano é totalmente diferente um do outro, aí você aprendendo muito um com os outros.	Trabalhar em grupo
RSD	A gente aprende a ser crítico e isso incrementa. O que mudou foi que tive mais facilidade de apresentar meu trabalho. Mudou porque tem a colaboração de todo mundo às vezes eu tenho uma ideia eu passo para as outras, seu sei alguma coisa diferente eu passo pra elas também. Esse trabalho alivia a vida, movimentando muito com a mente também, uma combinação de cores de retalhos, nesse ponto foi muito bom. O modo de trabalhar aumentou, aumentou bastante porque a experiência de cada um, a gente adquire, colhe, e aí a gente consegue fazer uma crítica construtiva. Muito todo dia eu estou aprendendo crescendo, nos sobrevivemos desse trabalho.	Trabalhar em grupo

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Na Economia Solidária os modos e as formas de aprendizado do trabalho artesanal das mulheres se dá com o outro, no grupo, na troca de experiências que outro traz e compartilha os saberes no coletivo.

Figura 4 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.



Fonte: Diário de Campo

Quadro 18 – Percepção da metodologia e do processo de organização da Economia Solidária por região.

REGIÃO	FRAGMENTO DO DISCURSO	IDEIA CENTRAL
RS	A convivência a participação. Conviver com outros costumes, outras vivencias, outros problemas, eu gosto de ouvir os outros. Foi uma coisa diferente. Um grupo de mulheres ensina tudo o que sabem e as outras. Troca de experiências. É a convivência eu e elas também porque são senhoras a mais nova tem 59 e a mais velha tem 82.	Trabalho Coletivo
RCO	Nosso bate papo nossa reunião em grupo. Ensinar, aprender e compartilhar. Os debates, as opiniões diversas, é uma maneira de aprender a diversidade de vários sentidos.	Trabalho Coletivo

RNDT	Eu gosto de participar e ter conhecimento para repassar. Participação, discussão e o dialogo. Ouvir quando as mulheres dizem que elas conseguiram se libertar da opressão dos maridos. De crescer de saber a gente tem ficar sempre informado.	Trabalho Coletivo
RN	A integração, as discussões. As experienciais nós vamos acumulando experiências, e assim vamos aperfeiçoando nosso trabalho.	Trabalho Coletivo
RSD	Os debates. A reunião. O grupo é heterogêneo, assim temos mais convivência. A gente gosta da parte que passa informações. Do debate entre as pessoas, das experiências que são trocadas e da motivação de continuar lutando.	Trabalho Coletivo

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Na Economia Solidária a percepção da metodologia, os modos e as formas de aprendizado do trabalho artesanal das mulheres veteranas da rede se efetuam no grupo, na troca de experiências, no dialogo, nas discussões que o outro traz e compartilha os saberes no coletivo.

Considerar as palavras, não é atividade vazia, não é simples palavrório. Quando fazemos coisas com as palavras, damos sentido ao que somos e ao que nos ocorre, não é simplesmente um tema terminológico, pois está em questão algo mais do que meramente palavras. Porque tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos (LARROSA, 2002).

Empregamos o conceito de experiência tal como definido por E.P Thompson (2009, p. 15), “resposta mental e emocional seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”. O conceito é apropriado na medida em que admite unir trajetórias e representações das mulheres. Assim, entendemos que o conceito rompe com a dicotomia objetividade-subjetividade.

Neste sentido, o saber da experiência é aquele que se dá entre o conhecimento e a vida humana, ou seja, isso é o que permite a ampliação do conhecimento, segundo diversas tradições culturais. Acrescento a essa noção de experiência a ideia de que a finalidade da experiência é nos lembrar de que temos um saber fazer (BONDÍA, 2002). Entendemos a experiência como um processo que se materializa nas relações sociais pelo qual o indivíduo amplia a posteriori seu repertório de respostas: se positivas (incorpora), se negativas (rejeita). Rejeita como resposta, porém incorpora como saber valorizando e legitimando determinadas representações sociais.

Hoje, temos o desafio de organizar uma pedagogia dirigida à construção compartilhada do saberes experiências e que a ênfase **metodológica privilegie a obra como ponto de partida e de chegada em educação**. Nesse sentido, o fazer-saber tem uma dimensão epistemológica cuja origem e fundamento é a própria ação, não um pensar que a antecede.

Figura 5 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.



Fonte: Diário de Campo.

Assim sendo, os saberes do trabalho das mulheres veteranas na rede de economia solidária, conduz um modo próprio de comunicação e de aprendizagem, pois esses espaços são entrelaçados por cooperação e solidariedade. Assim, o conhecimento é visto como efeito da ação e da experiência pessoal de tal modo que o trabalho da mente é resultante do trabalho das mãos.

Quadro 19 – Percepção do aprendizado por região na Economia Solidária

REGIÃO	FRAGMENTO DO DISCURSO	IDEIA CENTRAL
RS	É preciso respeitar para ser respeitado. Melhora o convívio o trabalho, a qualidade, tudo. União e solidariedade.	Respeito ao trabalho do outro
RCO	Valorizar a pessoa, valorizar o trabalho do outro, e não criticar e sim auxiliar se pode melhor.	Respeito ao trabalho do outro
RNDT	Aprendi a me expressar, a respeitar também os colegas. Trabalho hoje em uma equipe.	Respeito ao trabalho do outro
RN	Trabalhar em grupo, a partilhar mais tolerância, a amizade. O relacionamento com outras pessoas o convívio com outras mulheres.	Respeito ao trabalho do outro
RSD	Aprendi o respeito, que é maior entre nós. Respeitar a pessoa, respeitar o que ela é, e respeitar o seu produto, acho que isso é o mais importante.	Respeito ao trabalho do outro

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Os processos de aprendizagem que se desenvolvem nos espaços de educação não formal da rede de Economia Solidária geram o Respeito ao trabalho do outro que concebe a alteridade as mulheres.

Para Saviani (2011, p. 274),

“[...] a educação é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida toma a educação objetivamente em sua realidade histórica e contempla tanto a questão da comunicação e promoção do homem como o caráter mediador da educação no interior da sociedade” (SAVIANI, 2011, p. 274),

Para Saviani a educação é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, a função da educação é a promoção do homem.

Diferentemente de outros tempos históricos, a educação atual caracteriza-se por uma enorme gama de princípios, finalidades, conteúdos, métodos e processos que se concretizam na escola e fora dela. Na tentativa de compreender esse fenômeno educacional, principalmente aquele que se efetiva fora da escola, uma série de novos conceitos têm sido formulados, como é o caso da educação não-formal.

Considero que a educação não formal é uma possibilidade de produção de conhecimento que abrange territórios fora das estruturas curriculares consagradas como tradicionais. Tem como finalidade de trabalho a formação do indivíduo para o mundo, abrindo janelas para novos conhecimentos, criando canais de aprendizagem que poderão levar os indivíduos à emancipação de formas de pensar e agir social. (GOHN, 2011).

Segundo a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

É no mesmo sentido que a Constituição Federal também define a educação como um processo de sujeitos sociais. Em seu artigo 205, define que: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Juntos, estes instrumentos legais abrem caminhos para a educação a todas as pessoas. Desse modo, a educação é um direito social e um pré-requisito para

usufruir-se dos demais direitos civis, políticos e sociais emergindo como um componente básico dos Direitos do indivíduo, cidadão, de todas as pessoas.

Bobbio (1992) afirma que, na atualidade, o importante não é fundamentar os direitos do homem, mas protegê-los. Não preciso aduzir aqui que, para protegê-los, não basta proclamá-los. [...] O problema real que temos de enfrentar, contudo, é o das medidas imaginadas e imagináveis para a efetiva proteção desses direitos.

Ressaltamos, no entanto que, apesar de ser um reforço a ideologia patriarcal, o capitalismo não deixa de contribuir, mesmo minimamente, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, através do reforço da individualidade e da competição de todos contra todos.

Por outro lado, o paradoxal está no mercado de trabalho que, atualmente, apresenta um conjunto de determinantes que impulsiona os trabalhadores à criação de organizações econômicas alternativas e, em especial, as de trabalho cooperativo. Esse fenômeno ambíguo é um processo pelo qual os trabalhadores excluídos pelo capitalismo buscam, através da rede de economia solidária, resgatar o sentido do trabalho coletivo.

A educação é um ato político, portanto um trabalho coletivo, que reeduca todos os sujeitos envolvidos. Abarca postura e atitude diante do mundo e do homem, que é diferente um do outro com suas culturas e crenças. Não são as teorias modernas ou os conceitos abstratos que educam. É a prática concreta que, sendo pensada à luz da teoria, transforma a realidade histórica de cada povo.

Somos conscientes que toda luta no Brasil por uma educação para todos representa a afirmação de nosso país como uma república. Com essa luta, espera-se garantir, efetivamente, a igualdade. Porém, é preciso estar alerta para que a ideia do “para todos” não seja incorporada na educação uma orientação que desrespeite as diferenças.

Conforme Freire (2001), a consciência do ser-no-mundo se mostra como uma ferramenta que possibilita a construção de sujeitos sociais críticos e atuantes em uma determinada sociedade, capazes de serem protagonistas de sua própria história. Nesse sentido, torna-se fundamental reconhecer e respeitar o saber do outro.

Portanto, os espaços educativos formais e não formais são locais de estruturações de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a

cidadania, da constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. O processo formativo pressupõe o reconhecimento da pluralidade e da alteridade, condições básicas da liberdade para o exercício da crítica, da criatividade, do debate e para o reconhecimento, respeito, promoção e valorização da diversidade.

Logo, o educador precisa ser crítico. Necessita estar atento às condições objetivas, desenvolvendo projetos políticos pedagógicos que leve a compreensão dessas condições e assegurando aos educandos a sua assimilação, o que implica não abrir mão do cumprimento de ligar ao domínio do saber sistematizado.

Quadro 20 – O reconhecimento do trabalho artesanal por região na Economia Solidária

REGIÃO	FRAGMENTO DO DISCURSO	IDEIA CENTRAL
RS	Sim, se não a gente não teria vontade de fazer as coisas. Eu acho que sim. Sim, estamos tendo. Sim existe, a importância desse trabalho é que muita gente não tem renda fixa, e isso ajuda bastante.	Reconhecimento do trabalho artesanal
RCO	Sim, porque eles valorizam o que a gente faz, nos temos reforma no ateliê e eles dão preferência para nós.	Reconhecimento do trabalho artesanal
RNDT	Sim existe, a gente chega aos lugares as pessoas acreditam e apóiam o grupo. Sim, eles compram, valorizam, o fato é que agente consegue manter as próprias comunidade. As pessoas valorizam e divulgam para fora. Sim, as feiras valorizam o nosso trabalho também, e isso fez com que a comunidade valorize mais o nosso trabalho.	Reconhecimento do trabalho artesanal.
RN	Já tem esse reconhecimento, cada vez que nos vamos expor já esta fazendo a diferença na mobilidade. As pessoas procuram o grupo da economia solidaria sim, mas a gente quer mais. Queremos	Reconhecimento do trabalho artesanal

	que mais mulheres de esse grito de liberdade e de ser curiosa. Com certeza, esse ano nos fomos premiadas pelo comercio justo é um premio nacional. Existe sim o reconhecimento, porque ganhamos o premio SEBRAE a nossa associação.	
RSD	Sim, quando eles veem o nosso produto acham nosso trabalho bem interessante. O pessoal esta vendo que a maioria das mulheres mantém a casa com o trabalho. Essa união entre as mulheres nós vamos longe basta nos dar oportunidade de trabalho.	Reconhecimento do trabalho artesanal

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Conforme análise nos fragmentos do discurso do sujeito coletivo o trabalho artesanal das mulheres veteranas da rede economia solidária é valorizado pela comunidade, pois há o reconhecimento de um produto diferenciado de qualidade que não está organizado para um determinado tempo de uso.

As sociedades modernas vivem em torno da predominância ou hegemonia do sistema econômico capitalista dirigido pelos interesses do livre mercado e o consumismo desenfreado. O paradigma do neoliberalismo, apoiado na ideia do progresso e do crescimento ilimitado, nos impõe sistemas de produção, comercialização e consumo baseados em processos industriais, exploração do trabalho e alienação a globalização que integra certas coisas excluindo outras. Contrariamente, os artesãos independentes realizam as suas atividades baseados em processos manuais, de cooperação familiar e de grupo, produção em pequena escala, com identidade cultural do produto.

O objeto artesanal é produto do fazer humano (fazer manual), em que o uso de ferramentas e instrumentos de trabalho no manuseio da matéria-prima (objeto de trabalho) é subsidiário à vontade do criador, usando basicamente as mãos. Característica importante do trabalho artesanal é a liberdade do artesão para definir

o ritmo da produção, a matéria-prima e a tecnologia utilizada e a forma que pretende dar ao produto (produto de sua criação e de seu saber fazer).

Para Lima (2005), o artesanato não é mera mercadoria. Trata-se de um produto diferenciado pela sua dimensão econômica e cultural. Um produto que integra um sistema de valores culturais da comunidade ou da região.

As atividades de trabalho e de produção na cadeia de valor do artesanato articulam os três elementos do processo de trabalho (MARX, 1985): o trabalho do artesão com sua capacidade de criar e produzir (mão criativa). Sua capacidade de criar o produto a partir de elementos sociais e culturais parte do patrimônio sócio-histórico e cultural coletivo e dos saberes tradicionais. Sua capacidade de produzir usando técnicas e saberes práticos, parte desta herança social e cultural coletiva.

O Artesanato é um trabalho manual oriundo de um artesão, que pela sua inclinação cria produtos pertencentes à cultura popular e de caráter familiar. O artesão possui os meios de produção, na maioria das vezes desenvolvidos em sua própria casa.

Figura 6 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.



Fonte: Diário de Campo.

Figura 7 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.



Fonte: Diário de Campo.

Figura 8 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.



Fonte: Diário de Campo.

O artesão é o proprietário da oficina e das ferramentas, realiza todas as etapas sem a divisão de trabalho tão comum na produção industrial. Os primeiros objetos feitos pelo homem eram artesanais. Isso pode ser identificado no período neolítico (6.000 a. C.), quando o homem aprendeu a polir a pedra, a fabricar a cerâmica como utensílio para armazenar e cozer alimentos, e descobriu a técnica de tecelagem das fibras animais e vegetais. O mesmo pode ser percebido no Brasil no mesmo período. Pesquisas permitiram identificar uma indústria lítica e fabricação de cerâmica por etnias de tradição nordestina que viveram no sudeste do Piauí em 6.000 a.C.

Historicamente, o artesão, responde por todo o processo de transformação da matéria-prima em produto acabado. Mas antes da fase de transformação o artesão é responsável pela seleção da matéria-prima a ser utilizada e pela concepção, ou projeto do produto a ser executado. A partir do século XI, o artesanato ficou concentrado então em espaços conhecidos como oficinas, onde um pequeno grupo de aprendizes vivia com o mestre-artesão, detentor de todo o conhecimento técnico. Este ensinava em troca de mão-de-obra barata e fiel, recebendo ainda vestimentas, comida e conhecimento. Criaram-se as Corporações de Ofício, organizações que os mestres de cada cidade ou região formavam a fim de defender seus interesses.

Com a Revolução Industrial, teóricos do século XIX, como Karl Marx e John Ruskin, entre outros criticavam a desvalorização do artesanato pela mecanização. Os intelectuais da época consideravam que o artesão tinha uma maior liberdade, por possuir os meios de produção e pelo alto nível de satisfação e identificação com o produto. Conforme Frampton (1997), no século XIX, um dos primeiros pesquisadores a se manifestar contra a divisão do trabalho capitalista e a degradação do operário em máquina foi John Ruskin. Foi ele que destacou a superioridade da produção artesanal, bem como para a sua visão da arte como necessidade social, considerando que nenhuma nação a poderia depreciar sem colocar em perigo sua existência intelectual.

Criticando essa situação Frampton (1997, p. 42), comenta que, “[...] não é o trabalho que está dividido, mas os homens [...] de modo que os minúsculos fragmentos de inteligência que são deixados num homem não são suficientes para fazer um alfinete ou um prego”.

Desse modo, as causas da desintegração da cultura artística deviam ser procuradas nas condições econômicas e sociais que a arte era exercida. Ele

individualizava as causas desses males ao próprio sistema, tornava-se adversário de todas as novas formas de vida introduzidas pela Revolução Industrial, e passou a combater o conceito abstrato de indústria.

De acordo com Lima (2005), o artesanato não é imutável. Se o artesanato é passível de mudança, a questão é como ocorre a mudança e em que medida o artesão e suas organizações são atores atuantes na condução deste processo de mudança.

A questão da coordenação das atividades de trabalho e de produção deve se estender para todas as atividades que integram a cadeia de valor do artesanato. A atuação ativa do artesão e de suas organizações no processo de mudança envolve o desafio de conhecer as diversas etapas de trabalho e de produção que integram a cadeia do produto artesanal, desde o *design*, passando pela manufatura até a comercialização, o *marketing* e o consumo.

Figura 9 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.



Fonte: Diário de Campo.

Figura 10 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria. RS - Brasil.



Fonte: Diário de Campo.

Figura 11 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria. RS - Brasil.



Fonte: Diário de Campo.

Dessa maneira, o trabalho artesanal surge como tema importante em razão de ser uma atividade considerada tradicional e ao mesmo tempo presente na sociedade contemporânea. Sendo que, o trabalho artesanal esta ligado tanto uma dimensão criativa e simbólica quanto econômica e mercantil.

Quadro 21 – Reconhecimento da resistência de gênero na rede de Economia Solidária por região.

REGIÃO	FRAGMENTO DO DISCURSO	IDEIA CENTRAL
RS	Sim, e cada vez mais eu conheço casos de mulheres casadas com filhos que fazem o artesanato a vida inteira. As mulheres descobriram que podem fazer e ter uma renda do que elas aprenderam com a mãe, com a avó.	Emancipação
RCO	Na rede de economia solidária a maioria são mulheres. As mulheres estão se sentindo mais valorizadas, principalmente as mais excluídas.	Emancipação
RNDT	Sim, mas a mulher tem que se conscientizar que ela é importante até na política. A mulher tem que trabalhar e tem que ter mais possibilidade de trabalho.	Emancipação
RN	Eu acho que sim, estão dando mais valor para o artesanato. Sim, porque uma ajuda a outra.	Emancipação
RSD	Aqui na rede tem 20 pessoas que vive do artesanato para pagar as contas e viver, mas a maioria é mulher. Elas vivem do artesanato, os homens não, porque eles ainda estão presos ao capital.	Emancipação

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

O trabalho artesanal na rede de economia solidária possibilita a emancipação feminina. A Emancipação humana pode ser compreendida como conquista política a

ser efetivada pela práxis humana, na luta continua a favor da libertação das pessoas de sua vidas desumanizadas pela opressão e dominação social.

Segundo Freire (2000), a luta pela transformação social, para aquele que se posiciona como progressista, pode acontecer em diferentes lugares e momentos. “Tanto se verifica em casa, nas relações pais, mães, filhos, filhas, quanto na escola [...] ou nas relações de trabalho. O fundamental, se sou coerentemente progressista, é testemunhar [...] o meu respeito à dignidade do outro ou da outra” (FREIRE, 2000, p. 55).

Destacamos que, a prática da educação popular na rede de economia solidária contribui enquanto um instrumento e um espaço necessário para construção de processos de libertação, diante da problematização e reflexão crítica inseridas na realidade das pessoas e das classes oprimidas.

Quadro 22 – Significado da participação grupal por região na Economia Solidária

REGIÃO	FRAGMENTO DO DISCURSO	IDEIA CENTRAL
RS	A gente não tem estudo, mas eu aprendi muita coisa com o grupo com as pessoas. É um modo de conviver com gente diferente, é muita coisa de sabedoria, é uma troca de experiências. Para se aprender.	Autonomia
RCO	A troca de experiência o saber. Conhecer experiências diferentes e adquirir experiência de outras pessoas e de outras culturas. Eu adquiri outros conhecimentos, troca de experiências. A educação de saber valorizar as coisas do que agente não sabia da gente mesmo.	Autonomia
RNDT	Você faz amizades, é uma terapia, eu tenho o meu grupo. Eu estava com depressão e passou, assim, nos somos terapeutas. Eu podia crescer, mas sozinha como eu poderia estar aqui em Santa Maria no Rio Grande do Sul. Reconhecer que outro Brasil é possível. Agente já dá palestra, já faz grupo de ensino, já tem aluno e já repassa. Eu aprendo não é só pra mim eu aprendo para contribuir para outras pessoas terem outra possibilidade. Para mim é tudo, essa interação, se descobrindo a capacidade de desenvolver	Autonomia

	se aprimorando. Depois que entrei no grupo eu acredito que posso mudar a minha realidade.	
RN	Tem o resgate da autoestima de você esta sendo valorizada de valorizar os outros nos somos muito unido. Significa aprendizado, aprende muito coisa ate para vida social em casa. Para mim foi uma aprendizagem muito grande um crescimento para mim tanto educacional.	Autonomia
RSD	Na rede a gente esta conseguindo ter sustentabilidade para se sustentar um pouquinho mais. Uma independência não só financeira, hoje eu me sinto realizada, as pessoas nos valorizam.	Autonomia

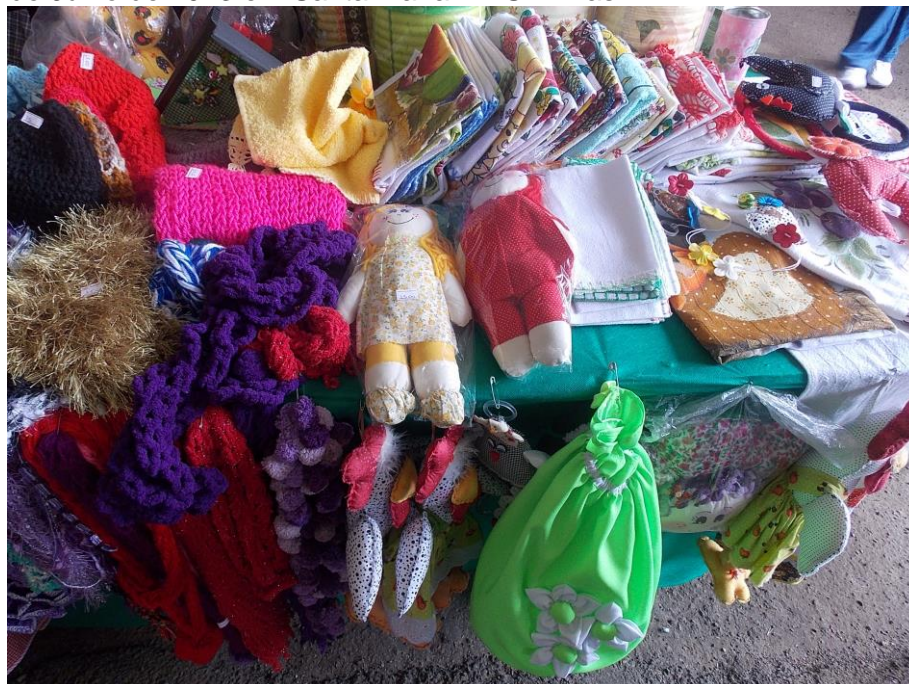
Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Figura 12 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.



Fonte: Diário de Campo.

Figura 13 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.



Fonte: Diário de Campo.

Quadro 23 – Viabilidade da ação coletiva na rede de Economia Solidária por região.

REGIÃO	FRAGMENTO DO DISCURSO	IDEIA CENTRAL
RS	É uma coletividade uma coisa que une, nós não somos as únicas nessa batalha, somos cinco famílias nessa barraca, eu não sou sozinha aqui. No momento que congrega, no momento que incentiva a participação das mulheres como uma feira como essa e tem outras feiras que a rede de economia solidária.	A viabilidade da ação coletiva na rede possibilita autonomia às mulheres.
RCO	Tudo é coletivo na economia solidaria, no nosso ateliê, nos recebemos a cada quinze dias, um fundo que é para a gente comprar nosso material, assim nos estamos unidas comprando junto e agente colabora uma com as outras.	A viabilidade da ação coletiva na rede possibilita autonomia às mulheres.
RNDT	Através da rede a gente consegue projeto de ação coletiva.	A viabilidade da ação coletiva na rede possibilita autonomia às mulheres.

RN	Tem curso, formação e estamos lutando por um espaço já temos um terreno. Através de movimento, tem que fazer o movimento. O objetivo da rede é propiciar os encontros em feiras, isso socializa, é muito gostoso. Através dessas vivencia tem um despertar.	A viabilidade da ação coletiva na rede possibilita autonomia às mulheres.
RSD	No geral o objetivo de nossa rede é proporcionar o crescimento coletivo e possibilita autonomia e sustentabilidade das mulheres porque a maior parte da rede é mulheres. Nós trabalhamos coletivamente.	A viabilidade da ação coletiva na rede possibilita autonomia às mulheres.

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

Nos espaços da rede de Economia Solidária a troca de experiências, de conhecimentos e de saberes propicia às mulheres veteranas a construção da autonomia nas varias decisões que vão sendo tomadas no trabalho coletivo.

A autonomia é uma categoria central na obra Freire (1996), uma tarefa básica no ato de educar, ligada a outros princípios fundamentais da prática educativa. Portanto, um conceito fundamental para o direito pessoal na construção de uma sociedade democrática.

Na obra “Pedagogia da Autonomia (1996) é o lugar onde Paulo Freire disserta e reflete sobre esse conceito, colocando-o como um princípio pedagógico para educadores que se dizem progressistas.

Por sermos seres de cultura, nós homens e mulheres, somos necessariamente dependentes. Desse modo, ser autônomo é ter capacidade de assumir essa dependência radical derivada de nossa finitude, estando assim livres para deixar cair às barreiras que não permitem que os outros sejam outros e não um espelho de nós mesmo. “É a autoridade do não eu, o do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu” (FREIRE, 1996, p. 46).

Por isso, o trabalho das mulheres veteranas na rede de economia solidária, propicia autonomia, porque está fundamentado na sororidade, solidariedade, e na cooperação.

Figura 14 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.



Fonte: Diário de Campo.

Quadro 24– Percepção do limite da metodologia da proposta da Economia Solidária por região

REGIÃO	FRAGMENTO DO DISCURSO	IDEIA CENTRAL
RS	<p>Sim, ela existe. Ela esta levantando o povo que era mais sofrido. O problema que nem todos chegam a entender. Eu acho que, nos temos motivos para comemorar porque estamos na 2º Feira Mundial de Economia Solidária. Precisa uma divulgação maior, não sei se as pessoas têm medo que a economia solidária vai fechar as relações de capital. Muitos países estão procurando o nosso exemplo como foi criada, como é composta, como é mantida. Mas esta faltando crescimento. Apoio dos gestores e das universidades. Em nível nacional eu penso que podia ter mais políticas</p>	<p>A Economia Solidária existe de forma fragilizada</p>

	públicas que tem muito pouca.	
RCO	Existe, mas muito devagar, porque as vezes a gente se apega muito ao capitalismo, porque ainda não da para viver de economia solidaria, nós estamos lutando. É um desafio com as grandes empresas. Para as grandes empresas é mais fácil, pra nos é mais devagar , mas com o grupo unido a gente consegue chegar lá. A economia solidária é um movimento de ruptura então vai levar um tempo para se consolidar para ser reconhecido, mas eu acho que já cresceu bastante. Seria interessante que nos tivéssemos uma capacitação na forma de dialogar com o mercado. Porque a gente chega lá gaguejando com medo do povo que acontece muito porque eles têm um linguajar muito preparado e a gente é despreparado.	A Economia Solidária existe de forma fragilizada
RNDT	Existe, mas muito fraca ainda esta muita fraca a economia solidária está engatinhando, mas eu acho que ela chega lá. a gente precisa expandir porque é nessa globalização que o povo se integra mais. Eu acho que tem que olhar um pouco mais para os empreendimentos, acho que a SENAS que é a instancia maior da Economia Solidária tem que ter mais projetos e assistência aos empreendimentos, mais formação também, mas não só formação. O que a gente mais precisa é de apoio dos gestores mais sensibilidade e que as universidades possam vir mais para	A Economia Solidária existe de forma fragilizada

	dentro, junto com as entidades. Eu fui numa rodada de negócios que o homem falou tão rápido que eu fiquei há, há, ha, da para o senhor repetir, acho que a gente precisa aprender esse linguajar, porque muito técnicos chegam lá e não sabem muito também.	
RN	Sim ela existe. Precisamos inclusive dos empreendimentos que são o foco principal. Tem que avançar muito porque os empreendimentos tem que se apodera mais dos espaços discussões políticas. A gente vê muito fomento e a falência dos empreendimentos urbanos. Tem uma fragilidade muito grande. Nós não temos um espaço fixo para comercialização, nos dependemos de uma feira, de uma encomenda e isso fica muito difícil. Que os gestores e as universidades precisam procurar mais os grupos da rede de economia solidária. Os empreendimentos precisam se apoderar porque às vezes a gente vê muito fomento e a gente agora esta cobrando dos gestores que também tem que estar participando. Se apoderar do debate, os gestores os fomentos e os empreendimentos, e ai se consegue construí uma política sólida por isso todos tem que estar na discussão.	A Economia Solidária existe de forma fragilizada
RSD	Sim, ela existe, mas tem que ser mais reconhecida porque o capitalismo esta querendo a economia solidária. Ela é tão forte e existe que o capitalismo esta usando as suas manhas para derrubar. Precisamos fortalecer a economia solidária, porque a gente esta lutando	A Economia Solidária existe de forma fragilizada

	<p>contra aos grandes. O que poderia melhor é a questão financeira eu moro numa cidade do município de Macapá, eu venho para cidade para participar do fórum o custo é caro quase duzentos reais para participar e nos não temos um fundo, aí nos temos que tirar do empreendimento, porque é um custo muito alto, aí para ir duas pessoas ou três, é mais alto ainda, acaba que nós não vamos.</p>	
--	---	--

Fonte: entrevistas realizadas na 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.

A Economia Solidária existe de forma fragilizada. Fragilidade das políticas públicas em relação à rede, há desconhecimentos, os desafios propostos aos grupos nem sempre são enfrentados, pois é limitado pela economia ortodoxa hegemônica. Para as mulheres veteranas da rede um das principais causas da falta de visibilidade da economia solidária em nosso país é a falta de apoio institucional. Para elas faltam políticas públicas e o Estado e a Universidade têm que contribuir com as entidades que compõem a rede de economia solidária.

A Política pública, do ponto de vista etimológico, refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território. Porém, historicamente essa participação assumiu feições distintas, no tempo e no lugar, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta (por representação). De todo modo, um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política pública: o Estado.

Nesse contexto, Sergio de Azevedo (2003, p. 38) definiu que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. O primeiro destaque a se fazer com relação a essa definição dada por Azevedo é de que política pública é coisa para o governo. A sua definição é clara nesse ponto. Isso quer dizer que a sociedade civil, ou melhor, o povo, não é responsável direto e nem agente implementador de políticas públicas. No entanto, a sociedade civil, o povo, faz política.

Para compreendermos as mudanças que estamos vivendo hoje na sociedade como um todo, é necessário entender que o modelo de desenvolvimento econômico

tem tido influência muito forte na construção de políticas educacionais, porque estes são moldados segundo um tipo de sociedade que se quer construir.

As políticas públicas são marcadas por ações como a conciliação, entre: Sociedade e Estado e Estado e Mercado. Sendo que essa conciliação consiste em diferentes arranjos, dependendo do exato contexto regional e o tipo da política em questão. O momento atual é marcado pela liberdade econômica, controlada pelas agências reguladoras e pelo debate público o qual caracteriza-se pela redução do Estado-empresa. No entanto, as políticas públicas são ações diretas e essenciais do Estado investindo diretamente em campanhas efetivas contra a fome (como o bolsa família), de universalização da educação, saúde, assistência social e de garantia do amplo acesso à educação como direitos de todos.

Sob esse prisma, um dos principais debates estabelecidos em torno da economia solidária como política pública relaciona-se justamente às potencialidades para institucionalização de uma nova sociabilidade, da solidariedade e de ação pública frente aos limites dos compromissos próprios da democracia, bem como à superação das políticas neoliberais.

Figura 15 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.



Fonte: Diário de Campo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como as mulheres artesãs pegam os diferentes fios e começam a fazer um mosaico. O que vamos fazer agora é aproximar esse mosaico para mostrar o desenho de como se constroem os saberes das mulheres veteranas na rede de economia solidária.

Figura 16 – 2ª Feira Mundial de Economia Solidária nos dias 11 a 14 de Julho de 2013 em Santa Maria – RS – Brasil.



Fonte: Diário de Campo.

Esta foto traduz em sua simplicidade a singularidade e a diversidade que são conceitos-chaves pelo qual se constroem os saberes das mulheres veteranas na rede de economia solidária. Na sua diversidade temos a pluralidade de modos de produzir a riqueza, assim como o modo de produzir conhecimentos.

Percebe-se que a “Mandala³⁰” se constrói a partir de elementos comuns que se repetem do cotidiano, por isso os múltiplos grupos se identificam através do tempo de experiência. A “Mandala” também mostra que os saberes se reproduzem, mas de diferentes maneiras, porque sempre há uma nuance diferenciadora.

³⁰ Madala em sânscrito significa Círculo. Mandala também possui outros significados, como círculo mágico ou concentração de energia, e universalmente a mandala é o símbolo da integração e da harmonia. Disponível em: < <http://www.significados.com.br/mandala/>>. Acesso em jun. 2014.

Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de “distanciar-se” dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um Ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se (PAULO FREIRE, 1979, p.17).

Entendemos que, somente uma pessoa que tem a capacidade de distanciar pode compreender processos e dinâmicas. Desse modo, essa pesquisa nesse momento, nessa parte que se chama considerações finais trata exatamente disso.

Eu como acadêmica, como mulher, como negra que participou da dinâmica das mulheres veteranas da economia solidária e que anteriormente estava trabalhando como educadora com mulheres veteranas da terceira idade. É por isso, que nesse momento é possível ter um olhar diferenciado e fundamental para quem em um programa de Pós-Graduação em Educação, pretende pensar os processos e dar pistas de reflexões que permitam compreender a educação como um processo aberto, plural, dinâmico, no qual aquele que aprende e aquele que ensina têm que está comprometido com a questão da emancipação e da autonomia.

Assim, as considerações finais, que vem dessa pesquisa, são resultado exatamente desse tempo que era das mulheres, que é o da academia onde buscamos fazer o necessário para traduzir um compromisso e um comprometimento.

Na metáfora da “Mandala”, estamos dizendo que as informações obtidas através da pesquisa nos levam a compreender que os saberes das mulheres veteranas na economia solidária se constroem a partir de um trinômio. E, que esse trinômio está organizado a partir das seguintes categorias: grupos de interesse, cultura familiar e sororidade. Sendo que, esses conceitos quando articulados entre si, a partir da regularidade dos encontros grupais na rede remetem aos saberes que tem por substrato as questões estruturantes, não só da economia solidária, mas também da educação.

O grupo de interesse que estão representados no quadro 15 da página 112, propostos pelas mulheres veteranas da rede de economia solidária temos o elemento chave que nos permite a identificação, não só como grupo, mas de aspectos que consolidam uma intencionalidade: cooperação para dar conta de problemas mediatos e imediatos propostos por uma sociedade capitalista que é excludente social.

Categoria básica levantada pelas mulheres no quadro 16 da página 117, é a cultura familiar onde percebemos o mérito da família e dos valores. Porque é com a mãe, com a avó, com a tia ou com a prima que os saberes são repassados e que é na rememoração o modo como as mulheres apreendem técnicas de um fazer que não se organiza na escola.

Para Mészáros (2009, p 09-10), educar é:

Resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias. É recordar que transformar essas ideias e princípios em práticas concretas é uma tarefa a exigir ações que vão muito além dos espaços das salas de aula, dos gabinetes e dos fóruns acadêmicos. Que a educação não pode ser encerrada no terreno estrito da pedagogia, mas tem de sair às ruas, para os espaços públicos, e se abrir para o mundo.

Essa perspectiva considera primordial organizarmos uma educação baseada nos interesses e nas necessidades dos que participam. Salientamos que, os quadros 18 e 19 organizados nas páginas 121, 122 e 124, indicam que os modos e as formas de aprendizado do trabalho artesanal das mulheres veteranas da rede se efetua no grupo, na troca de experiências, no diálogo, nas discussões que o outro traz e compartilha os saberes no coletivo. Esses conceitos também estão presentes no discurso das mulheres veteranas da rede de economia solidária no quadro 22 da página 135.

Conforme Ribeiro & Rossato (2011, p. 322), “[...] os saberes se referem ao que uma pessoa é capaz de assimilar, possuir e relacionar com base nos conhecimentos adquiridos, nas experiências vividas e nas socializações com o(s) outro(s)”.

Nesse contexto, a educação é vista como conceito amplo, plural e aberto o qual se desenvolve na ação coletiva e que tem como princípio primeiro a construção das relações sociais baseadas em princípios de igualdade, solidariedade, sororidade e justiça social que são valores vitais para o exercício da cidadania.

Para Marx (1982), a cooperação ocorre quando numerosos trabalhadores trabalham lado a lado, seja num único e mesmo processo, ou em processos diferentes, mas relacionados. Dessa forma, a cooperação leva a força coletiva de trabalho.

A partir do conceito de cooperação de Marx (1982), podemos inferir que, hoje, o termo foi ampliado em seu entendimento. Portanto, cooperação deve ser

entendida como prática econômica, social, e cultural e como movimento dos trabalhadores associados na produção da vida social. (JESUS & TIRIBA, 2009).

Os discursos dos sujeitos coletivos representados pelos quadros 17 e 18 (página 118 a 122), trazem a cooperação, o trabalho em grupo e ação coletiva como elementos fundamentais para a troca de experiências, de conhecimentos e de saberes. Por isso, esse processo propicia às mulheres veteranas a construção da autonomia (quadro 22, páginas 135 e 136), nas várias decisões que vão sendo tomadas no trabalho coletivo da rede de Economia Solidária.

Dessa forma, o desafio incide em estabelecer as condições objetivas e subjetivas para o fortalecimento da cooperação como prática social humanizadora e mediadora do processo de reprodução ampliada da vida (JESUS & TIRIBA, 2009).

Outro conceito estruturante elencado nos discursos das mulheres veteranas da rede de economia solidária que está evidente nos quadros 17 (páginas 118 a 120); 18 (páginas 121 e 122); 19 (página 124); 21 (página 134); 22 (páginas 135 e 136); e 23 (páginas 137 e 138), traz a sororidade como elemento fundante que permite aos saberes destas mulheres serem dinamizados por uma afetividade que por ser semelhante aos pactos familiares se replicam de forma lógica, mas fundamentalmente por afetividade (na linguagem freiriana seria a partir da amorosidade).

Amorosidade Freiriana que percorre toda sua vida e obra se concretiza no afeto como compromisso com o outro, que se faz baseado na solidariedade e na humildade. Nessa visão, amorosidade é vida e centro de possibilidade dialógica que exige o amor e a confiança em que o diálogo nunca está acabado, é sempre um caminho por onde os homens e mulheres assumem consciência de si em relação com os outros e com o mundo da natureza e da cultura, da mediação pelo trabalho como o conhecimento da vida pelo diálogo como potencialidade existencial do ser humano (FREIRE, 1987).

Dessa maneira, a amorosidade é uma capacidade humana que remete a uma condição de finalidade existencial ético-cultural no mundo e com o mundo.

Por isso, o trabalho das mulheres veteranas na rede de economia solidária, propicia autonomia, porque está fundamentado na sororidade, solidariedade, na amorosidade e na cooperação. Uma amorosidade compartilhada que possibilite dignidade coletiva e utópicas esperanças em que a vida é noção para viver com justiça social.

Destacamos que, as informações oferecidos no quadro 1 (página 98), no quadro 2 e no gráfico 1 (página 100), apontam e confirmam dado importante que esta caracterizando a rede de economia solidária: o descompasso.

Nesse momento há um descompasso entre a experiência de trabalho das mulheres e a sua participação no grupo ou na rede de economia solidária, pois a média de experiência no trabalho chega a ser quase o dobro da média de participação delas na rede de economia solidária. E isso, nos leva a compreender que as estratégias utilizadas pela rede de economia solidária nesse momento não estão alcançando e/ou atender as reais necessidades dos segmentos mais frágeis e vulneráveis da sociedade.

Essas informações são relevantes, pois mostra que esse descompasso pode comprometer o processo de continuidade dos grupos e da rede de economia solidária, visto que o saber e o modo de fazer está concentrado nas pessoas.

Outra informação relevante indicada no quadro 24 (páginas 139 a 142) enfatiza a Fragilidade das políticas públicas em relação à rede. Onde os desafios propostos aos grupos nem sempre são enfrentados, pois é limitado pela economia ortodoxa hegemônica.

Compreendemos que o momento atual é marcado pela liberdade econômica, controlada pelas agências reguladoras e pelo debate público que se caracteriza pela redução do Estado-empresa. No entanto, as políticas públicas são ações diretas e essenciais do Estado investindo diretamente em campanhas efetivas contra a fome (como o bolsa família), de universalização da educação, saúde, assistência social e de garantia do amplo acesso à educação como direitos de todos.

Para SADER (2014, p. 44-45), a política, a economia e o Estado são as três relações chaves da existência do capitalismo.

As relações políticas têm em comum com as relações de troca o fato de se abstrair igualmente da produção, tomando os indivíduos como *cidadãos*, desligados de suas funções de indivíduos que produzem. A vida política também significa um contato entre os homens no plano da generalidade, que não inclui os seus papéis privados. À justaposição das mercadorias pelo comércio socializa-se o objeto, na qualidade de mercadoria, e os indivíduos, como proprietários das mercadorias, só se tornam seres sociais dentro dele. Paralelamente, é a política que *doa* aos indivíduos a qualidade de seres sociais, através da qualidade de cidadãos. O comércio articula as formas de produção exteriormente, sem consideração das condições dessa produção; à política cabe a organização dos indivíduos, abstraindo-se das condições que os produzem como indivíduos, articulando-os exteriormente às suas condições privadas. Os laços que unem os cidadãos na política são

tão íntegros aos seus papéis privados quanto o desconhecimento que as mercadorias têm em relação às condições particulares de sua produção como coisas. Enquanto o capital comercial parece ser a função por excelência do capital, o comércio e a política se constituem nos eixos em torno dos quais se constrói a sociabilidade. Porém, são formas de relações sociais que não incorporam as condições privadas dos indivíduos, e que antes tiram daí sua vida e sua força. Enquanto é a circulação que articula o processo social de mercadorias, é na política que os indivíduos encontram o lugar por excelência de sua existência social.

Atualmente, os principais debates colocados em torno da economia solidária como política pública relaciona-se precisamente às potencialidades para institucionalização de uma nova sociabilidade, da solidariedade, da sororidade e da ação pública frente aos limites dos compromissos da democracia, bem como à superação das políticas neoliberais.

Tendo presente a dimensão política de todo ato educativo percebe-se que, no trabalho das mulheres, perpassam outros valores, como também se fazem presente outras concepções de homem e de mundo, longe daquelas que ainda persistem como verdadeiras e hegemônicas. Portanto, é na construção de uma proposta educativa que acorde com valores cooperativos, associativos que surge o diálogo com diferentes modos de pensar e produzir - fazer o econômico.

Assim, no Brasil, a rede de economia solidária vem conduzindo a constituição de coletivos de mulheres organizados sob os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade para enfrentar as problemáticas locais por meio da elaboração de atividades econômicas que têm no artesanato um fazer diferenciado.

Com efeito, a inserção das mulheres nessas organizações é uma possibilidade para a conquista de respeito igualitário, não apenas o de gênero, mas também revela que o modo de produção capitalista que conhecemos não é imutável, nem designado a existir eternamente, é apenas uma fase, uma etapa no desenvolvimento histórico que ocorre num determinado modo que deixará de existir e se transformará noutra coisa ao longo do tempo (MARX, 2007).

A correlação do saber feminino e a economia permitem, não só uma abordagem retroalimentadora no pensar a atuação de um dado sujeito social. Permite, também, valorizar e recuperar experiências históricas de como a compreensão dos coletivos de trabalho podem ser os elementos materiais e simbólicos de uma construção de identidade social e coletiva.

Entendemos que, este espaço também é educacional, pois afirma nas oficinas, nos debates e na troca de saberes das mulheres que a economia solidária como projeto político se contrapõe ao capitalismo e como estratégia para um desenvolvimento democrático, integral e sustentável, promove o diálogo e a articulação da rede a nível local, nacional, regional e mundial do movimento de economia solidária.

Destacamos que os espaços da rede de economia solidária são espaços de educativos não formais, pois a formação e capacitação para cidadania estão presentes nos cursos de formação. São espaços educativos para cidadania, pois as mulheres que estão excluídas são empoderadas³¹ e começam a pensar a questão da economia, da comercialização como se constrói o preço de um produto, elas começam a aprender.

Mészáros (2009), defende que a educação deve ser continuada. Ele afirma que é importante romper com a lógica do capital. Para ele, educar é processo de conscientização, pois atualmente estamos vivenciando um período em que muitas vezes aprendemos a conhecer apenas a aparência das coisas, porque se explicam determinadas situações, mas não se compreende o real significado das coisas.

O papel da educação é soberano, tanto para elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZÁROS, 2009, p. 65).

No entanto, esta reflexão somente é possível se a teoria estiver relacionada com a práxis educativa baseada no respeito, na solidariedade, na união e considerar que possam se estabelecer novas formas de convivência humana.

De acordo Gohn (2011, p.10), existem,

Formas educacionais fora da realidade escolar, fora da educação formal propriamente dita. Há produção de saberes e aprendizagem extra-curriculares, distintos do conhecimento prescrito às escolas, e fazem parte da formação dos indivíduos.

³¹ Emporamento é conceito central na obra Medo e Ousadia, do referencial teórico e prático de Freire & Shor (1986). Porém, os autores alertam do perigo que o termo pode conduzir. O conceito deve ser tomado não no sentido de dar poder a alguém, em que o sujeito recebe de outro algum recurso, com merecimento dele ou sem, dentro de uma visão individualista, mas no sentido de ativar a potencialidade criativa de alguém, como também de desenvolver e potencializar a capacidades das pessoas. Assim, o empoderamento é um ato social e político.

Desse modo, o agir coletivo remete-nos a uma responsabilidade individual na promoção de espaços sociais, através dos quais as mulheres que participam da rede podem se apropriar do seu destino como uma saída para reconstruir sua existência.

Enfatizamos que nos saberes das mulheres veteranas que participam da rede de economia solidária, há um modo próprio de comunicação e de aprendizagem, porque, nesses espaços, a construção da subjetividade associa-se não só a processos socioeconômicos, mas ao modo de como um sujeito social dá conta das próprias limitações ideológicas e materiais do grupo comprometido com bem viver.

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas sem um acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente. Pois caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercambio social, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação (MÉSZÁROS, 2005. p. 25)

Por isso, compreendemos que, o trabalho das mulheres veteranas na rede de economia solidária tem uma expressão não só produtiva, mas essencialmente educativa, pois tem em sua base um compromisso ético, que incide no reconhecimento do outro como produtor de diferentes saberes, onde a sororidade é um dos conceitos básicos de uma proposta educativa que junto com a cooperação e autogestão almeja a superação e resistência à institucionalização da exclusão e da pobreza proposta pela lógica do capital.

Assim sendo, sobretudo que foi pesquisado, analisado, interpretado e compreendido é que a hipótese de trabalho foi comprovada:

As mulheres veteranas nas redes de economia solidária resgatam o trabalho como valor fundamental da vida humana, e, este saber fazer está alicerçado em pilares que divergem das bases capitalistas.

O trabalho feminino nos espaços da rede solidária correlaciona à atividade (qualquer que seja) a liberdade, a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência dos indivíduos, onde o fundamental é o reconhecimento individual e coletivo das pessoas, e, em especial, daquelas organizações que buscam na

solidariedade a ferramenta para superar as perversidades de um sistema de produção econômico que se caracteriza essencialmente pela exclusão social e impede o protagonismo e a autonomia das mulheres.

A partir da pesquisa e da confirmação que os saberes das mulheres veteranas se constroem em coletivo e nos espaços de cooperação é possível e importante destacar num programa de Pós-Graduação em Educação que estes espaços educativos não formais podem abrir pistas para compreender o estabelecimento de novas estratégias de educação.

Deste modo, as considerações que passo agora a fazer tem haver com uma transformação profunda nos modos de conhecer que deve estar relacionada, de uma maneira ou doutra, com uma transformação igualmente profunda nos modos de organizar a sociedade (SANTOS, 2010).

Neste sentido, destacamos que a rede de econômica solidária abre espaços importantes para aqueles que têm na educação o seu que fazer profissional. Pois a rede permite pensar que no fazer do artesanato, no fazer da confecção, no fazer da alimentação, ou seja, no fazer feminino há outra epistemologia que permite a partir das lógicas plurais apontar processos de ensino aprendizagem diferenciados.

Para tanto a formação de professores precisa levar em consideração que a luta por outro tipo de educação coincide com a luta pela instauração de outro tipo de sociedade que supere a atual.

Conforme Saviani (2011), essa luta, em termos educacionais poderá causar dois movimentos organicamente correlacionados entre si: um momento de crítica da concepção dominante representada pela ideologia burguesa; e um momento de proposição inovadora que implicará nos espaços educativos formais e escolares necessariamente na reorganização dos currículos de modo que garanta a todos os educandos o acesso a pluralidade dos saberes produzido historicamente e que leve em considerações os múltiplos espaços sociais (hegemônicos e não hegemônicos).

Desse modo, as propostas de formação de professores não devem se limitar a uma análise ou construção da realidade tal como ela se apresenta. Elas necessitam tenta avançar aspectos que permitam uma reconstrução da realidade, no sentido da mudança do *status quo*.

E, Albuquerque (2003), explica:

Quando tentamos compreender a vida nos damos conta do paradoxo: que para a compreensão da realidade, o mundo dos sonhos e dos desejos, não entra; ficando definitivamente de fora. Parece que a realidade da vida não pode ser percebida de outra forma a não ser através de fragmentos que apontam para situações imensamente diferentes e superpostas que não admitem o desejo, o sonho. O significado deste perceber a vida não está na fragmentação, mas no modo como as pessoas aprendem e constroem os seus saberes (ALBUQUERQUE, 2003b, p. 20).

Por isso, torna-se relevante para um programa de Pós-Graduação em Educação considerar as pistas de reflexão que os **Saberes das Mulheres Veteranas na Economia Solidária: Sororidade a Outra Educação**, revelam ao apresentar que, na pluralidade do pensar e do produzir conhecimento e riqueza é possível identificar utopias cada vez mais necessárias num mundo carente de utopias.

REFERÊNCIAS

ABRAMO Laís. Perspectiva de Gênero e Raça nas Políticas Públicas. Mercado de Trabalho/IPEA. Nota Técnica. Novembro, p. 17-22, 2004.

AFONSO, Almerindo Janela. Sociologia da educação não-formal: reactualizar um objecto ou construir uma nova problemática? In: A. J. Esteves, S. R. Stoer. A Sociologia na Escola. Porto: Afrontamento, 1989, p. 76-86.

ALAMBERT, Zuleika. Feminismo: o ponto de vista Marxista. São Paulo: Nobel, 1996.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, A. A Outra Economia. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Associativismo. CATTANI, Antonio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a, p. 15-19.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Reflexões Sobre Contemporaneidade, Educação e Agir Cooperativo. 2003b. Disponível em:< [http://www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Release/Artigo%20UNISINOSvf_3_\(1\).pdf](http://www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Release/Artigo%20UNISINOSvf_3_(1).pdf) >. Acesso em: 10. março. 2012.

ALVES, Simone Silva. A Vida dos Idosos nas Instituições de Longa Permanência Segundo o Poder Público Municipal de Alvorada – RS: Um estudo de caso. Porto Alegre, 2011. 114f. Dissertação (Dissertação em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **ADEUS AO TRABALHO? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho.** 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997. 155 p.

ANTUNES, Ricardo. O século XX e a era da degradação do trabalho. Por uma sociologia do século XX. Josué Pereira da Silva (Orgs.). São Paulo: Annablume, 2007, p. 21-35.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Informalidade e relações de Gênero. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia de P. (Orgs). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**, São Paulo, Annablume, 2012.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o Infra-humano**: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

ARROYO, Miguel. Escola Plural. Proposta pedagógica Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte: SEMED, 1994.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: A Pobreza e as Políticas de Gênero no Brasil. MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes (Orgs). *Unidad Mujer y Desarrollo* Proyecto "Governabilidade democrática e igualdade de gênero" CEPAL - SERIE Mujer y desarrollo N° 66. Santiago de Chile/ Junho, 2005.

BARATO, Jarbas N. **Educação Profissional**: saberes do ócio ou saberes do trabalho? São Paulo: Editora SENAC, 2004.

BARBIERI, Terezita. Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica. Revista Interamericana de Sociologia, México, ano 6, n.2-3, maio/dez. 1992.

BEAUVOIR Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRANDÃO Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Lei nº8. 842, de 04 de janeiro de 1994. A política nacional do idoso. Brasília: Senado Federal. Secretaria especial de Editorial e Publicações, 1994.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Brasília: Senado Federal. Secretaria especial de Editorial e Publicações, 2004.

BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília-DF, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Relatório Anual do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero 2008/2009/2010.1ªImpressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 mar. 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – PME, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.org.br>> Acesso em set. 2012.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, M. R. Instruídas e Trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. Cadernos Pagu (17/18) 2001/02: pp.157-196.

BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margareth e HIRATA, Helena. As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC, 2003.

BURKE Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002, p. 76.

CAILLÉ, Alain. **A demissão dos intelectuais**: a crise das ciências sociais e o esquecimento do factor político. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. Coleção Epistemologia e Sociedade.

CAILLÉ, Alain. Dádiva e associação. In: Paulo Henrique Martins (Org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do Dom**: o terceiro paradigma. Rio de Janeiro: Vozes, 2002b.

CAILLÉ, Alain. **Antiutilitarismo**. Dicionário Internacional da Outra Economia. HESPANHA, Pedro [et al.]. Almeida Brasil, LTDA. São Paulo, 2009. p. 16 – 20.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza (2002). Envelhecimento, Condições de Vida e Política Previdenciária: Como Ficam as Mulheres? IPEA. Texto para Discussão nº 883. Rio de Janeiro, Brasil.

CAMARANO, Ana Amélia. Mulher Idosa: Suporte Familiar ou Agente de Mudança. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_239.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2012.

CANDAU Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. Currículo sem Fronteiras, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011.

CARLOTO, Cássia Maria; GOMES Anne Grace. Grupos de geração de renda para mulheres: reforço ou ruptura com a divisão sexual do trabalho?. I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina/Paraná. Anais ISSN 2177-8248, p.16-24, Junho, 2010.

CATTANI, Antônio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Editora Cortez, 8ª edição, 2006.

COSTA, Pedro de Almeida. Inovação em Economia Solidária: um desafio no campo político. Porto Alegre, 2007. 206f. Tese (Tese em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DEMO Pedro, Educar Pela pesquisa. SP: Autores associados, 2007.

DIAS, Alexsandra Marinho. **O processo de envelhecimento humano e a saúde do idoso nas práticas curriculares do curso de fisioterapia da UNIVALI campus Itajaí: um estudo de caso**. 2007. 189 f. Dissertação de Mestrado – Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva, “Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 39-53.

DUBY. Georges & PERROT, Michelle. História das Mulheres no Ocidente. Porto: Afrontamento. São Paulo: Ebradil, 1991, v. 1.

FISCHER, Maria Clara Bueno & ZIEBELL, Clair Ribeiro. Mulheres e seus Saberes Engravitando uma Outra Economia. Cadernos de educação, Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, n. 25, p. 79-98, Jun/Dez. 2005.

FISCHER, Maria Clara Bueno & FRANZOI, Naira Lisboa. Formação humana e educação profissional: diálogos possíveis. *Educação, Sociedade & Culturas*, v. 29, p. 33-49, 2009.

FISCHER, Clara Maria & TIRIBA, Lia. Saberes do Trabalho Associado. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. HESPANHA, Pedro [et al.]. Almeida Brasil, LTDA. São Paulo, 2009. p. 293 – 299.

FRAMPTON, Kenneth. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de & LAVILLE, Jean-Louis. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

FRANCO, Sebastião Pimentel. As escolas femininas de formação para o magistério no Espírito Santo: Primeira República. *Dimensões – Revista de História da Ufes*. Vitória: Ufes, n. 16, 2004, p. 312.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo & SHOR Ira. *Medo e Ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. O compromisso do profissional com a sociedade. In: *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 15-25.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE Paulo. *Pedagogia do compromisso: América Latina e educação popular*. Indaiatuba: Vil das Letras, 2008.

FREITAG, Barbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Editora Brasiliense S. A. 1988.

FREITAS, ElizabeteViana. *Demografia e epidemiologia do envelhecimento*. In: PY, Ligia *et al.* (Orgs.). *Tempo de Envelhecer: percursos e dimensões psicossociais*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2004. P. 257-283

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos* In: IV Conferência Brasileira de Educação, 1986, Goiânia. *Anais...* São Paulo: Cortez, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional*. In: FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 69-90.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. *O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores*. In: COSTA, Hélio da e CONCEIÇÃO, Martinho. *Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional*. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005. p. 63-71.

GATTI, Bernardete Angelina. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

GODBOUT, JACQUES T & CAILLÉ Alain. *O espírito da Dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de nossa Época; v.71).

GOLDANI, Ana Maria. Mulheres e envelhecimento: desafios para os novos contratos intergeracionais e de gêneros. In: CAMARANO (org). Muito Além dos 60: os novos idosos brasileiros, IPEA, Rio de Janeiro, 1999. pp.75-114.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1982. 203 p.

GUÉRIN, Isabelle. As mulheres e a economia solidária. São Paulo: edições Loyola, 2005.

HASENBALG, Carlos. Pobreza no Brasil no Final do Século XX. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Mesa Redonda: Exclusão Social e Cidadania. UNICAMP, Campinas/São Paulo. Setembro, 2003.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, set./dez, 2007.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual de trabalho numa perspectiva comparada. In: Nadya Araújo Guimarães, Helena Hirata (orgs). **Trabalho flexível, empregos precários?** Uma comparação Brasil, França, Japão. São Paulo, Ed USP, 2009.

HOLLANDA Heloisa Buarque de. Tendências Impasses: o feminino como crítica da cultura. Rio de Janeiro:Rocco, 1994.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed.34, 2003.

HOUAISS Antônio. Houaiss Dicionário da Língua Portuguesa. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografias e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda – 3ed. Ver. E aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IANNI, Octavio. A questão social. Revista São Paulo em Perspectiva. Volume 5 – número 1. São Paulo, 1991.

IPEA. **Mulher e trabalho**: avanços e continuidades. Brasília: Comunicados do IPEA, nº 40, 8 de março/2010.

JESUS Paulo de & TIRIBA Lia. Cooperação. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. HESPANHA, Pedro [et al.]. Almeida Brasil, LTDA. São Paulo, 2009. p. 80 – 85.

KERGOAT, Daniele. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R. (Orgs.) **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.55-61.

KERGOAT, DANIELÉ. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as Políticas Públicas / Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). São Paulo. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

KOLLONTAI Alexandra. **Marxismo e Revolução Sexual**. Coleção 42. Global São Paulo: Editora e Distribuidora LTDA, 1982.

KONDER, Leandro. **Marxismo e Alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. São Paulo, Expressão Popular: 2009.

KOPNIN, Pável Vassílyevitch. **A Dialética como Lógica e Teoria do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A, 1978.

LARROSA Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf>. Acesso em: 03 maio. 2012.

LARROSA Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20-28, Abr. 2002.

LEFEVRE, Fernando & LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Depoimentos e Discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. 97p.

LEFEVRE, Fernando & LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. Interface. O sujeito coletivo que fala. Comunicação, Saúde, Educação, v.10, n.20, p.517-24, jul/dez 2006.

LEFEVRE, Fernando & LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. Pesquisa de representação social: um enfoque qualiquantitativo: a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. Brasília: Liber Livro Editora, 2. ed. 2012. 224p.

LEHR, Ursula. A Revolução da Longevidade: o impacto na sociedade, na família e no individuo. Estudos Interdisciplinares Sobre Envelhecimento, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 07-35. 1999.

LEONE, Eugenia Troncoso. O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal. Organização Internacional do Trabalho/Escritório do Brasil. Documento de trabalho nº 3. Série Trabalho Decente no Brasil. Brasília: OIT, 2010.

LIMA, Jacob C. *Artesanato*: cinco pontos para discussão. Brasília: Ed. do Ministério da Cultura – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, 2005.

LOIZOS, Peter. Vídeo, Filme e Fotografias como Documentos de Pesquisa. In: Martin W. Bauer e George Gaskell. (Orgs.). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático. . Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2002. p. 137-155.

LOLA Cendales & GÉRMAN Mariño. Educação não-formal e educação popular. Para uma pedagogia do diálogo cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

LOPES Maria Antónia. Mulheres, Espaços e Sociabilidade. Coleção Horizonte Histórico. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII). Lisboa: Livros Horizonte, LTDA, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. Os estudos de gênero e a história da educação: desafios de uma proposta teórica. ANPED. Caxambu - Minas Gerais, 23 a 27 de outubro de 1994.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero: questões para a educação. In: Cristina Bruschini e Sandra G. Unebehaum. (Orgs.). Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Editora 34, 2002.

LUKÁCS, György. Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, Carmen Lucia Bezerra. Experiência-ação e formação orgânica de educador@s. In: MACHADO, Carmen Lucia Bezerra (Org.). Cartas educativas: uma experiência-ação de resistências, anúncios, e fazeres. Porto Alegre: Editora Itapuy, 2010.

MALGLAIVE, Gérard. Formação e saberes profissionais: entre a teoria e a prática. In: CANÁRIO. Rui. Formação e Situações de Trabalho. Porto: Editora Porto, 2003.

MARTINS, Paulo Henrique & NUNES, Brasilmar Ferreira Nunes (Orgs.). A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Paralelo 15, 2004.

MARX, Karl. O Capital, Vol. I. São Paulo: Difel, 1982.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. A Ideologia Alemã. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos Filosóficos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de Gênero: percursos e possibilidade na historiografia contemporânea. Cadernos pagu 1998. V. 11, p. 67-75.

MATURANA, Humberto R, & FRANCISCO J. Varela. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Arthena, 2001.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENDES Márcia R.S.S. Barbosa; GUSMÃO Josiane Lima de; FARO Ana Cristina Mancussi e ; LEITE Rita de Cássia Burgos de O. **A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração.** Acta Paulista de Enfermagem; vol.18, nº.4, São Paulo Oct./Dec. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0103-21002005000400011&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 dez. 2013.

MELO, Hildete Pereira de. Gênero e Pobreza no Brasil. In: Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América Latina y El Caribe. Brasília: CEPAL, 2005.

MELO, Hildete Pereira de; BARROS, Flávio, “O Desemprego no Feminino”, em Archétypon, n. 22, jan/ab. 2000.

MÉSZÁROS, István. O Poder da Ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. A Crise Estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MÉSZÁROS, István. A Educação Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) et al. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEVES, Magda de Almeida. Gênero, mercado de trabalho e qualificação. In: Revista de Administração da FEAD-Minas, v. 1, n. 2 - jul./dez. Belo Horizonte: FEAD-Minas, 2004.

NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. CATTANI, Antonio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 205-211.

NOGALES, Ana Maria Vasconcelos. A Mortalidade da População Idosa no Brasil, in: Como Vai? População Brasileira. Ano III nº 3. IPEA. Brasília, Dezembro 1998. pp 24-32.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: Modulo 1. Brasília: OIT, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Planificacion y Organizacion de los Servicios Geriatricos. Genebra: OMS, 1974.

PAIXÃO, Márcia & EGGERT, Edla. A Hermenêutica Feminista como suporte para pesquisar a experiência das mulheres. In: Edla Eggert. (Org.) Processos Educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Com desigualdade, IDH-D do Brasil cai 19%, aponta nova metodologia do PNUD. 2010. Reportagens. [s.p.]. Disponível em:<http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3524&lay=pde>. Acesso em: 10. out. 2011.

POLANYI Karl. A Grande Transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org.). A Colonialidade do Saber, Eurocentrismo e Ciências Sociais: perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLASCO, 2005.

RAZETO, Luis. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. Revista Proposta Nº 75 dezembro fevereiro de 1997.

RIBEIRO, Hidelberto de Souza & Marilene Marzari RIBEIRO. Educação informal, formal e não-formal. Revista de Educação, poder e cidadania. Cuibá, v. 12, n. 21, jan, - jun. 2003 p. 149-168.

RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. Caminhos de pesquisa e seu aprendizado. In. RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa & RIBEIRO Marlene. Redes de pesquisa: trabalho, movimentos sociais e educação. Porto Alegre: Itapuy, 2011.

RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa & ROSSATO Janine. Saberes do Trabalho. CATTANI Antonio David & HOLZMANN Lorena (Orgs.). Dicionário de Trabalho e Tecnologia. 2 ed. revisada e ampliada. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011. p. 322-326.

SADER Emir. **Estado e política em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SÁNCHEZ, Carmen Delia Salgado. Mulher Idosa: a feminização da velhice. Estudos Interdisciplinares Sobre Envelhecimento, Porto Alegre, v. 4, p. 07-19. 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. Crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura Souza. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Silvana Sidney Costa. Gerontologia á Luz da Complexidade de Edgar Morin. **Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental**, vol. Especial, out, 2004. P-22-35. Disponível em <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol_e_1/rt02.pdf>. Acesso em 12 jun. 2013.

SARRIA. Ana Mercedes Icaza. Economía solidaria, accióncolectiva y espacio público en El sur de Brasil. Thèse de doucur em sciencessociales. Université Catholique de Louvain. Faculté dès sciences économiques, sociales Et politiques Département dès sciences de La populacion ET Du développement Institut d'études Du développement. Louvain-la-Neuve,jun 2008.

SAVIANI, Dermeval. O Choque Teórico da Politecnicia. Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro, v1, nº1, p. 131-152, 2003.

SAVIANI Dermeval. Educação em Diálogo. Campinas, São Paulo, Autores Associados: 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade 1995. V. 20, n.2 jul/dez. Tema em destaque gênero e educação, p. 71-99.

SILVA Tomaz Tadeu da. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMMIONATTO, Ivete. Estado e Sociedade Civil em Tempos de Globalização: reinvenção da política ou despolitização? Revista Katálysis do Departamento de Serviço Social da UFSC, Florianópolis, primeiro semestre de 2004, edição n. 1, volume 7. Disponível em: <http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/Cadernos39.PDF>

SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de. Economia solidária um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). A

economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Boaventura de Sousa Santos (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-129.

SINGER, Paul. Um olhar diferente sobre a Economia Solidária. (Prefácio). In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de & LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 4ª reimpressão: fevereiro de 2010.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. In COSTA, Albertina O; SORJ, Bila; BRUSCHINI, C; HIRATA, Helena (Orgs). Mercado de trabalho e gênero. Comparações internacionais. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

SOUZA, Eros de; BALDWIN, John R. A construção social dos papéis sexuais femininos. Psicologia, reflexão e crítica. vol. 13, n.03, 2000, Porto Alegre, P. 485-496. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psicologia/revista>>. Acesso em: 05 mar. de 2014.

THOMPSON. E.P. Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Edição eletrônica e capa: Cap. Swing e Ludistas Sensuais. Tradução: Waltensir Dutra, 2009.

TOURAINÉ Alain. O Mundo das Mulheres. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

TOURAINE Alain. Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje. Rio de Janeiro: Vozes, 2007b.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Escola e Constituição no Cone Sul:Tendências e Formalismo. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais. Porto Alegre: Editora da Ritter dos Reis, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 2007.

VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. A perspectiva de gênero redimensionando a disciplina histórica. Revista Ártemis, n. 03, dez., 2005 (A), p. 02. Disponível em: <<http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis>>. Acesso em: 05 de abril de 2014.

VIEITEZ, Candido Giraldez & DAL RI Neusa Maria. Etnia e gênero. Cap. V. Educação, sociabilidade e relações com a sociedade. Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão. VIEITEZ & DAL RI (Orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ZARETO, Luis. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, Moacir& GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). Educação Comunitária e Economia Popular. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção questões de nossa Época; v. 25).

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, declaro que fui esclarecida, de forma detalhada sobre a pesquisa que tem como título “Saberes das Mulheres Veteranas na Economia Solidária: sororidade a outra Educação” que tem por objetivo: compreender como os saberes experiência das mulheres, nos empreendimentos econômicos solidários (EES), se constroem e podem ou não trazer elementos para se pensar em outra proposta de ensinar, aprender, criar e produzir, outra(s) sociabilidade(s) e outro(s) modo(s) de viver e ser no coletivo social. Fui esclarecida também a respeito do sigilo das informações coletadas e da possibilidade de desistência em qualquer circunstância da pesquisa.

Fui igualmente informada:

- de que não terei nenhum gasto pela participação n estudo;
- sobre os objetivos do presente estudo;
- da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a cerca dos procedimentos e outros aspectos relacionados a pesquisa;
- da afirmação de que não serei identificado e que as informações obtidas serão utilizadas exclusivamente para a sua pesquisa;
- da liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem nenhum prejuízo à minha pessoa.

Esta pesquisa é desenvolvida por Simone Silva Alves, aluna do Curso de Doutorado em Educação da UFRGS, localizado na AV. Paulo Gama, s/n, prédio 12201, telefone: 3308.3428

Porto Alegre, ____ de _____ 2013.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

E que tem como principal objetivo a construção do trabalho acadêmico – Tese de doutorado em Educação – PPGEDU – UFRGS.

Idade: _____

Cidade: _____

Estado: _____

2. QUESTÕES

- 1) Quanto tempo você participa da rede de Economia Solidária?
- 2) Quando tempo você faz artesanato?
- 3) Como você chegou até a rede de Economia Solidária?
- 4) Como você aprendeu a fazer artesanato?
- 5) Participar do grupo modificou ou alterou o teu modo de Trabalhar? Explique
- 6) Participar do grupo e da rede que significado tem para você?
- 7) Nas reuniões da rede de Economia Solidária o que você mais gosta?
- 8) Nas reuniões da rede de Economia Solidária o que poderia ser melhor?
- 9) O que você aprendeu na rede e no grupo além do que você já sabia?
- 10) Há o reconhecimento por parte dos outros dos saberes que o grupo possui?
- 11) Na rede é possível um projeto de emancipação?
Simque tipo?
Não...por que?
- 12) A rede de Economia Solidária possibilita uma pratica de resistência de gênero?
Sim Não Por que?
- 13) A rede viabiliza um projeto de ação coletiva?
Sim ...de que modo?
Não ...por que?
- 14) Com a Globalização da economia a Economia Solidária existe ou não existe?
- 15) Deseja acrescentar algo além do que você já expressou até aqui?